

JUVENTUDE NO BRASIL

Organizadores: **Laura Martin e Luís Fernando Vitagliano**

Anderson Campos • Clédisson Júnior • Coletivo Nacional
de Juventude do MST • Erik Bouzan • Filipe Rodrigues
• Juliane da Costa Furno • Luana Alice Forlini • Luiza
Dulci • Matias Rebello Cardomingo • Rodrigo Toneto •
Severine Macedo • Tamires Sampaio



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**JUVENTUDE
NO BRASIL**

JUVENTUDE NO BRASIL

Laura Martin e Luís Fernando Vitagliano (orgs.)

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann
Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos
Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa
Preparação editorial e revisão: Mayara Fernandes

Projeto gráfico e diagramação: Antonio Kehl
Capa: Antonio Kehl sobre foto de Inês Bonduki (Manifestação pela morte de Marielle Franco na avenida Paulista, em 15 mar. 2018)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J97

Juventude no Brasil [livro eletrônico] / Laura Martin, Luís Fernando Vitagliano (orgs.). – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019.

1.60 Mb ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5708-117-8

1. Juventude - Brasil. 2. Políticas públicas. 3. Direitos. 4. Comportamento. 5. Trabalho. 6. Educação. 7. Lazer. 8. Cultura. 9. Saúde. 10. Sexualidade. 11. Drogas. I. Martin, Laura. II. Vitagliano, Luís Fernando.

CDU 316.346.32-053.6(81)

CDD 305.2350981

Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 – São Paulo, SP
www.fpabramo.org.br
f: 5571-4299

Sumário

Introdução	7
Juventude da periferia: reflexões iniciais com base na formação brasileira	13
<i>Filipe Rodrigues e Juliane da Costa Furno</i>	
“Pessoal, jogral!” – novos sujeitos entram em campo	27
<i>Erik Bouzan</i>	
Genocídio da juventude negra no Brasil	43
<i>Tamires Sampaio</i>	
Mercantilização da juventude, consumo e degradação do trabalho	67
<i>Anderson Campos</i>	
Ocupar e resistir: pautas e desafios do movimento estudantil hoje	83
<i>Rodrigo Toneto e Matias Rebello Cardomingo</i>	
A juventude camponesa e o modelo de produção no campo	103
<i>Coletivo Nacional de Juventude do MST</i>	

**Quando a juventude torna-se agenda governamental:
reconhecimento político e direito a ter direitos nos
governos Lula e Dilma 117**

Luiza Dulci e Severine Macedo

**Jovens mulheres e as contribuições para o campo
feminista brasileiro 141**

Clarisse Paradis

**Cansados de não sermos, abriremos o nosso caminho:
uma juventude negra que (re) existe e luta 157**

Clédisson Júnior

**A juventude latino-americana: os movimentos
sociais contemporâneos 171**

Luana Alice Forlini

Sobre os autores e autoras185

Introdução

A juventude esteve e está presente na história não apenas como parte, mas como protagonista das lutas e revoluções que mudaram os rumos do mundo. É o jovem que carrega em si a qualidade do sonho do futuro cheio de expectativas, assim como um presente de grandes possibilidades. A construção de uma sociedade mais justa passa necessariamente pela organização da juventude e, é munido desses sonhos que somos capazes de agregar em torno de nós a potência necessária para enfrentar as lutas diárias. Por isso, é necessário nos atentarmos ao valor da juventude e ao seu papel transformador. É preciso fazer entender que o jovem está em todos os espaços, e por isso influencia diretamente nos rumos da sociedade em todos os seus segmentos. É através da compreensão dessa juventude, com olhar atencioso e com senso de prioridade, que transformaremos a sociedade.

O que queremos fazer aqui é colocar o jovem onde ele pertence e merece estar: na linha de frente da política. E para isso precisamos começar entendendo de onde viemos e para onde estamos indo. Entre tantas reviravoltas que a política brasileira vive atualmente, qual o papel das organizações de juventude? É o que buscamos entender nesse livro.

Nessa coletânea trataremos sobre diversos temas que compõem o segmento Juventudes. A partir de 11 artigos escritos por 15 colabo-

radores buscamos analisar o contexto que vive atualmente a juventude brasileira e sua formação e, a partir disso procuramos propor uma reflexão acerca dos objetivos e direcionamentos da militância e organizações de esquerda em seu projeto de sociedade e formas de atuação. Os artigos apresentados se iniciam a partir da análise da formação histórica da juventude no Brasil e no mundo. e seguem para o recorte de diversas pautas pertencentes ao debate desse segmento hoje.

A origem desse projeto se deu no início de 2017, ao nos depararmos com a difícil realidade do Brasil Pós Golpe e o avanço das forças conservadoras que rapidamente provocaram um forte retrocesso das políticas sociais duramente conquistadas nos últimos anos. A necessidade de se reorganizar e refletir sobre quais são os novos caminhos de enfrentamento que a esquerda deve seguir crescente, exige que tal reflexão seja feita em constante diálogo e colaboração entre todos que comungam das mesmas ideias de resistência e luta pelos direitos adquiridos e pelas conquistas a serem ainda alcançadas. Foi com essa proposta que a Fundação Perseu Abramo buscou diversos movimentos sociais parceiros, na tentativa de construir ferramentas de formação e análise para o enfrentamento às ameaças conservadoras. A demanda pela discussão dos temas que abarcam a juventude e suas organizações apareceu de forma gritante, tanto pela escassez de materiais de apoio quanto da necessidade de atualização do debate a partir de um novo contexto ainda muito recente que precisa ser compreendido.

Contando com a colaboração essencial de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT), Levante Popular da Juventude, Juventude do Movimento Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT - SP), Instituto Lula, Balaio – Núcleo de Estudantes Petistas da USP, Projeto Nossa America Nuestra da FPA, além de especialistas vindos de diversas experiências de gestões públicas e jovens organizadores de coletivos de bairros periféricos, produzimos essa coletânea de artigos que tenta de maneira breve apresentar o contexto da juventude brasileira no Brasil atual e seus desafios.

Tratar sobre o tema Juventudes é, sem dúvida, complexo e desafiador. Afinal, o que é, ou então, quem é a juventude? Não há uma única resposta para essa pergunta. É importante entender que juventude é uma construção social muito diversa, que abarca inúmeros segmentos. Para entender juventude precisamos contextualizá-la a partir de suas relações com gênero, raça, cultura e classe social. Não há uma única juventude, e sim várias formas de vivências de juventudes.

O jovem, portanto, se encontra em todos os espaços, vivendo as mais diferentes realidades. Ao discutirmos a relação entre política e juventude poderíamos voltar para os mais diversos segmentos, pois o jovem está na saúde, na educação, no transporte, no trabalho, na cultura, no bairro. Não teríamos a pretensão de conseguir abarcar aqui todas as visões e todos os recortes possíveis quando se trata das juventudes. Por isso buscamos, nesse projeto, tratar de forma introdutória sobre alguns dos recortes que costumam aparecer com destaque entre as organizações e entidades que militam nesse setor hoje, para que se possa ao menos iniciar a reflexão e nos munir de ferramentas para a multiplicação do debate, mesmo que saibamos que há muito ainda a ser estudado e discutido além das breves análises desse livro.

Os artigos dessa publicação apresentam como temas os movimentos contemporâneos da juventude latino-americana; a juventude da periferia e a formação econômica do Brasil; as políticas públicas de juventude nos governos Lula e Dilma; a relação da juventude com a violência e o genocídio da juventude negra; a relação entre juventude e mercado de trabalho; as pautas e desafios do movimento estudantil; realidade e organização da juventude rural; o papel das mulheres jovens e do feminismo no Brasil; a realidade da juventude negra no Brasil; a luta da juventude LGBT no Brasil; os novos sujeitos da juventude e seus atuais formatos de organização e manifestação.

Os autores realizam suas colaborações através de artigos inéditos e a partir da visão e lugar de fala de cada um, e refletem a opinião e análise pessoal dos autores.

O contexto atual da juventude no Brasil é complexo. Dentro das várias reviravoltas políticas que o país vive, ela aparece como parte im-

portante na constituição do cenário político atual. A participação da juventude nas Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, é sem dúvida fator determinante para essa análise. No desenvolvimento dessa publicação poderemos perceber como se deu a influência internacional e a formação do Brasil para que se culminasse nas atuais organizações de jovens do país.

Grande parte da geração da juventude atual nasceu nos anos de 1980 e 1990, quando se via a predominância do liberalismo no mundo. A partir dos anos 2000 vimos uma crescente progressista representada pela vitória de governos de esquerda no Brasil e na América Latina, permitindo um avanço nas pautas sociais, que no Brasil foram visíveis a partir de políticas que permitiram a diminuição significativa da fome, novas oportunidades de acesso ao ensino, aumento significativo do salário-mínimo, entre outras tantas políticas que representaram o avanço social no país. Nesse ponto, é importante ressaltar também o aumento das possibilidades de participação do jovem nas tomadas de decisão e no debate político, por exemplo, com a ocorrência das diversas conferências de juventude que permitiram a participação popular na construção das demandas e a aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013, que reconhece o jovem como sujeito de direitos universais e garante a valorização e promoção da participação política da população jovem¹. Foi dentro desse contexto que os jovens de hoje se formaram enquanto cidadãos, distante da vivência da realidade anterior vivida no Brasil.

Com a crise mundial de 2008, os projetos e governos progressistas se veem também em dificuldade de manutenção, e é nesse momento que o neoliberalismo retoma sua força, com forte aparato midiático. No Brasil surgem novas organizações, tanto de viés progressistas quanto conservador, inspirados e influenciados por experiências internacionais, como o Movimento Passe Livre (MPL) nas Jornadas de Julho de 2013,

¹ A lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

ou o Movimento Brasil Livre (MBL) no processo de *impeachment* da presidenta Dilma, influenciando diretamente nos processos políticos. Além disso, as organizações já existentes passam a se ver na necessidade de se atualizarem e tomarem frente nas novas pautas, além de precisarem cada vez mais reforçar a luta pelas pautas estruturais e, que passam nesse momento a enfrentar ameaças de retrocesso.

É sintomático que a gente encontre inúmeras vezes, nessa publicação, questões de ordem estrutural colocados como pontos centrais no debate das várias juventudes, como a questão do racismo e do machismo. Nas palavras de Iole Íliada² (2013):

Dizer que o Brasil mudou – e mudou para melhor – está longe de significar, contudo, que nossos problemas históricos tenham sido resolvidos. Não podemos nos esquecer que o passado colonial, a inserção subordinada e dependente da economia mundial, os anos de conservadorismo, ditaduras e autoritarismo e a ação das elites econômicas liberais e neoliberais marcaram estruturalmente o país por cerca de 500 anos, produzindo desigualdades e iniquidades sociais, econômicas, culturais e políticas, com impactos importantes na distribuição de direitos básicos de saúde, educação, habitação, mobilidade espacial e proteção contra as distintas formas de violência e de preconceitos, inclusive aquelas perpetradas por agentes do próprio Estado.

Questões como essas se apresentarão de forma detalhada nessa coletânea, demonstrando que a juventude é a primeira a sofrer com as consequências das deficiências estruturais e dos retrocessos políticos atuais. É, por exemplo, a juventude de hoje que sentirá os efeitos de uma provável reforma da Previdência e é o jovem o primeiro a ser imposto à precarização das formas de trabalho causada pela reforma trabalhista, se tornando cada vez mais refém da informalidade. Com o golpe de 2016, os primeiros cortes se deram justamente em áreas que afetam diretamente os jovens, como os cortes do FIES e o fim do Ciências Sem Fronteiras, além da interrupção de programas como o

² FONSECA, Ana. FAGNANI, Eduardo. Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania – Prefácio. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013

Juventude Viva que surgia como possibilidade de enfrentamento da violência que vitimiza principalmente os jovens de periferia. É, enfim, principalmente o jovem que se vê prejudicado com a conformação de um sistema histórico e intrinsecamente problemático e carente de mudanças estruturantes.

Nessa coletânea as várias faces da juventude serão apresentadas visando atingir as entidades e indivíduos que se organizam em torno da construção de políticas para a juventude, buscando congregiar visões e contribuindo para a formação das bases de militância.

A conclusão desse projeto não seria possível sem a colaboração e contribuição de todos aqueles que compuseram a comissão de juventude responsável pela elaboração do projeto. Nosso agradecimento à Alessandra Almeida (FPA), Telma Victor (secretária de formação da CUT São Paulo), João Paulo Farina (secretário nacional de juventude do PT) e Karina Lima (Marcha Mundial das Mulheres). Agradecemos também à secretaria da Fundação Perseu Abramo pela integral atenção e apoio e à equipe de Difusão do Conhecimento, especialmente a Isabella Jinkings, Roberta Coimbra e Antônio Lopes Cordeiro. É claro, agradecemos aos autores que se dedicaram aos artigos que compõem esse livro.

Considerando os desafios apontados e o árduo trabalho de conseguir abarcar vários ângulos de um tema tão amplo temos a felicidade de concretizar esse projeto de forma representativa. A construção desse debate, que se mantém em curso, contribui para a garantia da democracia e de um projeto socialista de sociedade, onde a juventude seja vista não apenas como “o futuro do país” mas também como agente do presente e construtor constante da história.

Juventude da periferia: reflexões iniciais com base na formação brasileira¹

Filipe Rodrigues e Juliane da Costa Furno

O presente texto faz parte de uma reflexão, ainda inicial, sobre questões cada vez mais importantes para a esquerda brasileira, tais como a juventude, a periferia e a formação nacional. Consideramos como fundamental nesse novo momento do capitalismo brasileiro – no qual se abrem novas fronteiras de contradição que não somente a de capital *versus* trabalho – o entendimento da construção de tais categorias que são, ao mesmo tempo, um exercício de compreensão teórica e prática. Dessa forma, a ação concreta do Levante Popular da Juventude, nesses seus onze anos de experiência, tem nos suscitado – militantes e acadêmicos – reflexões coletivas e nos feito entender a importância de situar a periferia e a juventude de forma historicizada, buscando desvendar suas características no tempo e no espaço.

Partimos da compreensão de que a periferia não é apenas um espaço geográfico, se não uma construção social inserida em um projeto de país, que cumpre uma função social ao capitalismo superexplorador brasileiro e que desenvolveu características políticas e sociais pró-

¹ Este texto é um acúmulo presente nos espaços de formação e organização dentro do Levante Popular da Juventude e faz parte dos nossos esforços coletivos de compreender melhor o tema da juventude e do território, assim como as interfaces com a formação nacional.

prias. A construção das periferias brasileiras foi fruto de um projeto de Brasil que reforça o que Florestan Fernandes chamou de “Dupla Articulação”², ou seja, historicamente nossas elites mantêm-se presas à contradição de permanecer como sócias menores das burguesias internacionais sem poder empreender reformas modernizantes e superar parte das profundas desigualdades que assolam a nossa nação. Ou seja, manter um mercado de trabalho no qual coexistem atividades de alto valor agregado com outras ainda pré-capitalistas, assim como manter um território modernizado e uma periferia ainda sem saneamento básico, não representam entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário, são essas questões que singularizam o nosso capitalismo, extremamente desigual, dependente e subdesenvolvido.

As origens para tal também remontam ao que Caio Prado Junior chamou de o “Sentido da Colonização”³. O vetor que deu sentido ao que somos até hoje sempre foi pautado na manutenção da dominação externa, no latifúndio, do Brasil empresa e da forte precarização da força de trabalho. Esses elementos todos se resignificaram – porém, sem deixar de existir – até hoje, e as periferias brasileiras são funcionais a esse processo, assim como os jovens, que historicamente são a parcela mais explorada da mão de obra. Por isso, o presente texto busca refletir sobre as marcas do Brasil colonial e escravocrata, no que tem de mais fundamental das periferias brasileiras – especialmente no que concerne à sua cor negra – bem como sobre quem é essa juventude que hoje habita esse território pois, como dissemos anteriormente, não é apenas apartado geograficamente, mas também social, política e economicamente.

Favela ainda é senzala, jã?

Para falar da juventude periférica é preciso compreender a periferia. Hoje o conhecimento científico pode nos dizer muita coisa sobre a

² FERNANDES, 1975.

³ PRADO JR., 2011.

juventude, mas talvez não fale tanto da periferia quanto a sua própria população e sua sabedoria presente num Hip Hop ou um samba bem-feitos. Para falar da juventude da periferia, precisaremos juntar o saber popular com o científico. Afinal, a cultura popular é uma das formas mais potentes construídas pelo povo para expressar sua visão de mundo. Poderia a ciência ficar à parte da sabedoria popular, distante da visão de mundo de quem se busca compreender, sem assumir uma visão elitista? O ser humano já pisou em Marte sem compreender a favela. Talvez seja mesmo como diz Emicida: “foda-se a vida em Marte, o que tem me zuado é a morte na Terra”⁴.

Ao falar de periferia entramos em um campo minado. Revelam-se diversas tensões entre as classes sociais nos mais variados planos, inclusive na construção do conhecimento. Na busca de alguma compreensão mais justa é necessário ter imensos cuidados e fazer algum esforço para compreender a periferia, evitando noções elitistas. Citando a histórica música *Da ponte pra cá*, do Racionais MC’s⁵, vamos buscar nessas linhas articulação de diversas fontes para montar o cenário de vida da juventude periférica do Brasil. E para isso, é necessário atravessar a ponte.

O Brasil é um país muito rico, praticamente de todos os ângulos que se olhe. No entanto, é extremamente desigual e existe muita distância entre as classes, simbolizada na ponte presente no título da música do Racionais MC’s. Poderíamos dizer que o pedágio para cruzar essa ponte e compreender a periferia é “pago” em parte rompendo a dicotomia entre o saber científico e o saber popular. E assim buscando conhecimento sobre os quase quatro séculos de sociedade escravista junto à sociedade capitalista que a ela sucedeu e se articulou. Esse processo histórico de muitas lutas e contradições dão o tom de nossa conversa.

Esse DNA histórico da periferia é bastante complexo, cheio de mistérios, tensões e embates. Boas companhias para atravessar essa ponte, cada qual com suas contribuições e limites, estão em Celso

⁴ Música “E.M.I.C.I.D.A”, Emicida.

⁵ Música “Da ponte pra cá”, Racionais MC’s.

Furtado, Florestan Fernandes, Heleieth Saffioti, Darcy Ribeiro, Sueli Carneiro, Jacob Gorender, Clementina de Jesus, Maria Carolina de Jesus, Racionais MC's, Bezerra da Silva, assim como milhares de mestres, mestras, lideranças populares e os mais jovens como Emicida de quem pegamos emprestado a provocação dessa introdução⁶.

Compreender a periferia é compreender a história da classe trabalhadora brasileira. A periferia, além de um lugar geográfico, é um lugar social dos trabalhadores e trabalhadoras. A origem das periferias está no processo de abolição da escravatura, considerando-o na tensão entre um processo histórico de lutas e uma lei para transição ao trabalho assalariado assinada no final do século XIX. Evidentemente a Lei Áurea é um símbolo, mas a gênese dessa tensão é anterior à lei e não foi resolvida por ela.

Uma primeira relação social não abolida foi a das senzalas, local produzido pela exclusão dos benefícios sociais, inclusive quase que integralmente daquele vindo do próprio trabalho, e por isso então uma relação de produção de miséria pela exploração e violência; mas também espaço de resistência. A senzala ainda não foi abolida e por isso o *quilombo* ainda resiste e persiste enquanto relação de resistência à alienação das relações sociais da escravidão colonial. Resistência que é inseparável da persistência afirmativa de relação não escravista e não capitalista, desde a África, sobrevivendo dinamicamente até os dias de hoje.

Como assim senzala e quilombos juntos? Sim, um existe em relação ao outro. A senzala é a tentativa de negação do *estilo de vida* de diversos povos africanos. O quilombo é a tentativa de negação da senzala, uma síntese de resistência e afirmação de um *estilo de vida* em uma construção afro-brasileira. As favelas, desde suas origens, são marcadas por essa contradição que é um dos pilares históricos de nossa nação e uma das gênese centrais na formação do povo brasileiro.

A primeira favela conhecida por esse nome foi originada de uma luta por cidadania em resposta à sua extrema negação, embate que

6. Música “Boa Esperança”, Emicida.

originou o histórico Morro da Providência no Rio de Janeiro. Favela é uma árvore muito comum na Bahia, na região de Canudos, onde diversos escravizados lutaram com a promessa de liberdade e cidadania no retorno. Ao não ser cumprida a promessa, os soldados se reuniram e se aglomeraram no morro nas proximidades da atual Central do Brasil e ali desenvolveram sua comunidade exigindo o reconhecimento de sua cidadania. Essa atitude dos negros e negras em busca de um lugar na sociedade na então capital do Brasil deu o nome à comunidade: Providência.

Embora tenhamos esse registro como marco histórico, o processo da Guerra do Paraguai também resultou em processos similares cerca de duas décadas antes. E ambas ações possuem a tática de organização social dentro e por meio de um território com muitas lutas, de maneira bastante similar àquelas desenvolvidas no processo de construção dos quilombos nos séculos anteriores. Evidentemente, esse lugar e essas relações são alvo de criminalização e repressão por parte das elites em busca de um recuo ou não dissociação dessa população ao lugar social da senzala, da miséria, violência e injustiças, como já exposto. Vide a importância histórica dos terreiros e de como os mesmos são tratados no discurso hegemônico. De todo modo, favela ainda é senzala, e por isso mesmo também ainda é quilombo. Essa tensão entre senzala e quilombo constitui a gênese das periferias brasileiras. Registros ricos sobre esse processo também podem ser encontrados na capoeira em suas diversas dimensões como a filosofia, a dança e a luta⁷.

“Ordem para o povo, progresso pra burguesia”

Com essa frase de BNegão vamos focar na compreensão da era republicana, na qual se preparavam as condições para grandes mudanças sociais no Brasil visando a implementação do capitalismo. Foi precisamente nesse período que surgiram e se espalharam as favelas. Com-

⁷ A capoeira, inclusive, é apropriada e desenvolvida como meio de embate muito utilizado na fuga das senzalas, defesas de quilombos, guerras, além de outros usos.

preendemos isso como um sinal de que o processo de industrialização e urbanização brasileiras se articularam às dimensões expostas do escravismo colonial e as colocaram em um patamar diferenciado. A massiva emigração da classe trabalhadora do campo para as cidades, do Nordeste para o Sudeste, e de Minas Gerais para São Paulo, se deu em um processo histórico que modernizou, mas não aboliu a estrutura social escravista.

A ausência de acesso à terra e a ausência de reconhecimento cidadão do imenso contingente de negros e negras, outrora escravizados, fez com que os mesmos fossem jogados na miséria, criminalizados e penalizados pela injustiça secular praticada contra eles. Nas palavras de Wacquant (1999) “penalizar a miséria significa aqui ‘tornar invisível’ o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado”⁸. Isso aprofundou e segue aprofundando a desigualdade social brasileira. A política de embranquecimento da sociedade brasileira moderna levou à recusa, por parte das elites, de indenizar os ex-escravos e mesmo de conceder-lhes direitos básicos e trabalho assalariado, o que reforçou o lugar social da senzala. Essa tensão produziu imensos aglomerados autoconstruídos em condições extremamente precárias.

De variados ângulos que se olhe, eis a chave para compreender que, ao se industrializar e formar cidades, o Brasil foi guiado por uma política conservadora do ponto de vista das relações sociais, de modo que o processo de modernização não está em oposição a muitas das relações consideradas “arcaicas” do escravismo colonial. Isso é absolutamente central na formação da classe trabalhadora brasileira e das periferias. O período capitalista narra a produção e reprodução de riquezas em escalas jamais vistas com poucas reformas sociais substantivas, reproduzindo diversas relações oriundas do escravismo. Assim, a elite brasileira, para reproduzir sua posição privilegiada dentro de uma aliança internacional subordinada, não foi capaz de superar muitos dos desafios deixados do modo de produção anterior, nem do ponto

⁸. WACQUANT, 1999.

de vista internacional e tampouco nacional, embora tenha dado a ele uma nova roupagem⁹.

O capitalismo brasileiro ou de outros países dependentes – e o Brasil como expressão especial – é ilustrativo. De acordo com Ferreira, o rápido crescimento econômico (com taxa média anual de 7%) permitiu que o PIB dobrasse de volume a cada dez anos e decuplicasse entre 1945 e 1980. Esse crescimento, fortemente puxado pelo setor industrial que se ampliou e se diversificou no período, “confronta-se, por outro lado, com um quadro profundamente negativo no que se refere aos resultados sociais e econômicos”. O Brasil combinava, então, o elevado dinamismo econômico com “o mais vergonhoso descaso social, agravando as carências sociais, a miséria e a marginalidade urbana”¹⁰.

Para designar este tipo de desenvolvimento industrial, A. Lipietz (1991) mobiliza o conceito *fordismo periférico*. Para Lipietz o fordismo periférico

tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo periférico, no sentido em que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados são majoritariamente exteriores a estes países. Além disso, os mercados correspondem a uma combinação específica de consumo local das classes médias, consumo crescente de bens duráveis por parte dos trabalhadores e de exportação de baixo preço para os capitalismos centrais (LIPIETZ, A., 1991, p. 119).

Podemos averiguar duas premissas importantes para a compreensão das relações sociais reproduzidas pela industrialização na formação social brasileira:

1. *Reproduz as relações de dependência externa*: apesar do vigor de alguns movimentos nacionalistas no Brasil, a industrialização pós-guerra reproduzia as mudanças na hegemonia global e o Brasil

⁹ Ver *A Escravidão Reabilitada*, Jacob Gorender

¹⁰ FERREIRA, C.G. p. 21 apud QUADROS, W.J. (s/d), p. 10.

não conseguiu evitar o trânsito de sua dependência da Inglaterra para os EUA ao longo do século XX.

2. *Reproduz as heranças do escravismo na formação da classe trabalhadora*: grande massa de trabalhadores rurais e urbanos marginalizados (esmagadora maioria negra), salários baixíssimos, empregos informais, desequilíbrios regionais, baixíssima escolaridade da classe trabalhadora, enorme abismo social e material entre as classes junto a uma intensa política de repressão à classe trabalhadora.

Esses fatores combinados criaram dificuldades para a organização dos trabalhadores e garantiram grandes privilégios para as classes dominantes na barganha capital-trabalho, eixo estruturante da distribuição do progresso material e social da industrialização. Reafirmado pelo quadro de ditaduras, a barganha mencionada tinha amplo desequilíbrio de força em favor do capital multinacional oriundo da aliança das elites norte-americanas com as classes dominantes do Brasil.

Esse acordo político *elitista* era praticado tanto em nível estatal quanto no mercado das firmas privadas, gerando um pacto social excludente apesar do dinamismo industrial. Ao contrário da Europa e dos EUA que experimentaram Estados de Bem-Estar Social, o Brasil viu algumas tentativas de modernizações por meio de reformas econômicas e sociais de caráter popular e nacional interrompidas por um Estado autoritário guiado pela aliança supracitada, como, por exemplo, durante a ditadura civil militar (1964-1985).

Muito embora tenhamos vivido conjunturas de maior ou menor agravo dessas relações políticas bastante diferenciadas, principalmente nas décadas iniciais do século XXI, esses elementos se configuraram como dinâmicas estruturais das relações de classe no Brasil e permanecem atuais. Portanto, quem é a periferia? É a classe trabalhadora brasileira. Quem são os jovens da periferia? Os filhos e filhas da classe trabalhadora. Evidentemente a periferia não é o único lugar da classe trabalhadora, mas sem dúvida é o principal. Com essa base sobre o que estamos falando, vamos refletir agora um pouco sobre a juventude periférica.

Mas antes de entrarmos a fundo em nosso tema final, um pequeno comentário para o leitor e leitora que estejam pensando: ora, mas essa compreensão do quilombo e senzala é reduzida pra pensarmos a periferia, porque a periferia não é só negra. Bem, procede a segunda parte da observação. Ao que acrescento: o quilombo também nunca foi só da população negra, embora a narrativa principal que dá conta de constituí-lo como processo histórico seja a dos ex-escravizados, assim como no caso da periferia. E como diz Gil e Caetano, o Haiti é aqui: “para mostrar aos outros quase pretos (e são quase todos pretos), e aos quase brancos pobres (tratados como pretos), como é que pretos, pobres e mulatos, e quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados”.

Dos filhos deste solo

Desde cedo a mãe da gente fala assim: filho por você ser preto você tem que ser duas vezes melhor. Aí passado alguns anos eu pensei, como fazer duas vezes melhor se você está pelo menos cem vezes atrasado? Pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas? Se você vai escolher, é o que estiver mais perto de você, na sua realidade. Duas vezes melhor como? (Mano Brown)

Com toda essa carga histórica desenhada na primeira parte do artigo, nada melhor que retomar essa conversa com a reflexão de Mano Brown que introduz a música “A vida é desafio”¹¹. A periferia se faz e se refaz na luta. O desafio é cotidiano. E o que podemos dizer e fazer agora sobre as condições de vida da juventude da periferia, herdeira desse Brasil?

Se a luta pela verdadeira abolição do povo ainda persiste um século depois, fica a pergunta: Como podemos resgatar, evidenciar e difundir a realidade de resistência da classe trabalhadora para que a juventude periférica possa ter a possibilidade de aderir ao *quilombo* em

¹¹. Música “A vida é Desafio”, Racionais MCs

sua realidade? Como fugir da imposição das *senzalas*, da exploração já exposta de forma maçante pelos dados econômicos, indissociáveis da violência, encarceramento, criminalidade, subemprego, desemprego, mortes violentas e todo tipo de negação de direitos? E, nos termos do movimento negro e popular contemporâneo, como parar o extermínio da juventude negra? Como diria Clementina: Eu não quero essa vida assim não, Zambi, ninguém quer essa vida assim não, Zambi¹²! Estão aí então grandes desafios.

Em um plano estratégico, a transformação estrutural da sociedade é indispensável. O acúmulo de forças políticas para um projeto de desenvolvimento popular e democrático de nossa nação é fundamental – Um projeto que articule na compreensão do povo as noções de gênero, raça e classe de forma libertadora. Uma sociedade que não confunda diferenças com desigualdades e que respeite as diferenças. Como diz outra bela canção: que a ordem seja ninguém passar fome e progresso signifique o povo feliz. Este caminho, no entanto, precisa ser trilhado com ações práticas e não apenas com discursos inflamados ou palavras convincentes. Hoje colocamos a questão da seguinte forma: Como construir um projeto de vida para a juventude periférica?

Pensando de maneira ampla, nossos desafios são enormes. Hoje a juventude é cerca de 25% da população brasileira, aproximadamente 50 milhões de pessoas. Nas cidades o mundo do trabalho caminha a passos largos para as relações de trabalho flexíveis e em grande parte automatizadas. A economia agrário-exportadora, intensiva em tecnologia, impera sobre outras formas de produção no campo. Isso gera bastante desemprego e subempregos. Justamente quando a população jovem é a mais numerosa da história, as oportunidades parecem se encolher de forma bastante significativa, condição agravada pela crise internacional pós-2008 e notoriamente com o golpe de 2016 no Brasil.

Ao mesmo tempo, vemos movimentos pelo direito à cidade com adesões cotidianas e também em momentos decisivos da luta política. Acreditamos, pela análise das condições históricas, assim como pe-

¹² Música “Assim não, Zambi!”, Clementina de Jesus.

las experiências desenvolvidas em algumas periferias brasileiras, que a luta pelo direito à cidade é uma chave fundamental para compreendermos a dimensão cotidiana da luta, vinculando-a a um projeto de transformação estrutural da sociedade. Este fundamento ainda pode ser considerado amplo demais, embora já esteja aproximado de uma concepção programática mais delimitada em uma estratégia. Ora, mas ainda é preciso começar de algum ponto. Sim, e este ponto é conhecer a necessidade do território em que se atua, compreender seu tempo, suas relações e então escolher as armas (ou ferramentas) para despertar o quilombo adormecido em cada esquina.

“Se liga, Juca! Favela pede paz, lazer, cultura. Inteligência, não muvuca”¹³

Uma primeira linha de ação é combater a criminalização da periferia. Compreendendo-a num sentido amplo como exposto por Angela Davis¹⁴, inclusive de forma contrária à chamada guerra às drogas. A lógica de guerra instaurada pelas elites brasileiras, junto a uma recomendação dos EUA de resolver com tiro e porrada as gritantes injustiças sociais brasileiras, precisa ser questionada. A rua precisa ser ocupada, a população periférica precisa ser estimulada a se apropriar do território como meio de mostrar outro mundo possível. A dispersão e o medo impostos pela lógica de guerra aos pobres precisam ser questionados, precisamos romper “as prisões da miséria” e a ditadura sobre os pobres para usar os termos do famoso livro de Loic Wacquant¹⁵.

Com o samba, a capoeira e o Hip Hop e outras culturas de resistência, podemos constituir um primeiro eixo de ações. A classe trabalhadora periférica tem suas formas seculares de resistir. Não é preciso construir quilombos nas periferias. É preciso somar-se a eles e multiplicá-los. De maneira simples, podemos dizer que há portas de consciên-

¹³. Música “No Brooklin”, Sabotage.

¹⁴. Ver Angela Davis em *A Democracia da Abolição*.

¹⁵. WACQUANT, 1999.

tização fundamentais abertas através da cultura popular. O Hip Hop, a capoeira, o funk, o samba e outros elementos da *cultura popular* podem construir lugares de encontro diferenciados, de conscientização, fortalecimento e criação de laços construtivos entre os jovens de uma determinada comunidade. Isso vem sendo demonstrado por experiências recentes, assim como demonstra a história de resistência do povo brasileiro. É preciso fortalecer a cultura popular da periferia e na periferia.

Outra linha de ação absolutamente central indissociável das outras está no incentivo ao estudo e o cuidado com o acompanhamento escolar dos e das jovens, mesmo com todos os limites desse ambiente escolar, ele ainda permite inserções sociais diferenciadas. Não é acaso que a maioria da população carcerária é jovem, negra e com baixíssimo nível de escolaridade. Mesmo que não seja inicialmente para todas as pessoas, esse incentivo à mudança de postura e da valorização do estudo pode mudar a vida de muitos jovens. A organização estudantil, os programas de escola integral, cursinhos populares e reforços escolares são portas importantíssimas para a atuação da militância preocupada com as abissais injustiças de nosso país.

Por fim, e de forma transversal, está a compreensão da família e a geração de renda. Não raro o jovem se submete ao tráfico e outras atividades ilegais por necessidades básicas, por cinco séculos de injustiça, quatro deles sem um centavo de remuneração. É preciso criar condições para a juventude gerar renda e sustentar sua vida e a de sua família fora de atividades criminais – família tanto do núcleo familiar de origem quanto da família já constituída pelos jovens¹⁶. Experiências baseadas em fundamentos da economia popular e solidária possuem grande potencial de melhorar a vida dessa juventude e transformar as condições de luta.

Elencamos então um tripé importante, mas não excludente de ferramentas (ou armas) para a luta pelo direito à cidade a partir das

¹⁶ Vale dizer que este é um fator importantíssimo para a vida da juventude periférica, as relações de originar-se e reproduzir famílias desestruturadas também é uma violação de direitos.

periferias: a cultura popular, a educação popular e a geração de renda. Dirão os críticos: mas isso por si só não muda nada. Evidentemente não estamos falando de arte pela arte, educação pelo diploma ou renda para ser rico. Estamos falando de instrumentos com alto conteúdo prático e imediato, capazes de alterar o curso da vida de milhares de pessoas e proporcionar melhores condições de luta. Hoje nosso desafio prático mais imediato não é como vencer uma suposta *batalha final* capaz de transformar toda a estrutura da sociedade. Precisamos tratar de como criar melhores condições de luta, como envolver a juventude nessa luta, como articular e fortalecer os quilombos dentro das favelas. Não há receita de bolo, mas é preciso agir. Como diz Sabotage, somos sobreviventes, e o sobrevivente age.

Referências bibliográficas

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.
- WACQUANT, Loic. *As prisões da Miséria*. Paris: Raisons d'Agir, 1999.
- FERREIRA, Cândido Guerra. *O fordismo e o caso brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1993.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.
- DAVIS, Angela Y. *A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- LIPIETZ, A. (1991). As relações capital-trabalho no limiar do século XXI. *Ensaio FEE*, ano12, nº 1, Porto Alegre.

“Pessoal, jogral!” – novos sujeitos entram em campo

Erik Bouzan

No final dos anos 1980, o sociólogo Eder Sader, em seu livro *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, estuda a formação de novos sujeitos políticos coletivos, em um momento de intensa transformação da sociedade¹. A partir de experiências tão diferentes entre si e a partir da vida cotidiana de diferentes personagens conseguiram produzir algo novo, autônomo e superaram o imobilismo dos principais setores da esquerda na época.

A evolução desses movimentos, que rejeitavam as velhas categorias prontas e o *modus* político tradicional, vai ao longo de suas próprias experiências, práticas e construção da realidade, determinando o surgimento de um novo sujeito social e histórico. A percepção coletiva, a partir de cada especificidade, da necessidade de uma estratégia conjunta constituiria, em pouco tempo, uma força política inédita no país.

Vale ressaltar alguns aspectos significativos desse processo, como a construção do que Eder Sader chama de “matrizes discursivas” a partir do enfrentamento à realidade concreta e, com isso, em cons-

¹: SADER, Eder. 2001.

tante movimento, dinâmico, que apontava para o surgimento de algo novo.

Essas experiências apontadas no estudo, dentre tantas outras, determinaram a trajetória (bem-sucedida) do campo democrático popular e hegemonomizam a luta social desde a redemocratização até os dias de hoje, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) seu principal resultado e expressão.

O resgate deste estudo não pretende propor um comparativo, muito menos determinar o desenrolar dos recentes acontecimentos históricos. Mas, sim, indicar um ponto de partida que possa suscitar reflexões sobre alguns movimentos de nossa história que apontam para o surgimento de algo novo, impensável, tempos antes de surgir e muitas vezes imperceptível (ou quase) até eclodir. A história é dinâmica, constante, e cobra de tempos em tempos a capacidade de se reinventar, sob risco de perder seu último trem.

O novo sempre vem

Nos últimos anos presenciamos no Brasil e em boa parte do mundo o surgimento de novos personagens na cena política e social, ante uma cena, com aparente estabilidade. As instituições estavam consolidadas, as esquerdas de maneira geral adaptadas a elas e ao jogo político constituído. Um tipo de monotonia com quase nenhum espaço para radicalização. A internacional do capital financeiro regia com êxtase a globalização e a economia de mercado. As experiências progressistas latino-americanas, em maior e menor proporção, estavam presas à falta de reformas estruturais que pudesse acelerar as mudanças em curso. A recente crise estrutural do capital joga o mundo numa instabilidade econômica, sob forte recessão e baixo crescimento.

É nesse contexto que explode uma série de manifestações de caráter diversificado, mas que carrega algumas características bastante semelhantes. A rejeição às instituições vigentes e ao sistema político; a forte crítica aos movimentos e partidos tradicionais; a luta pela radicalização da democracia e a negação de estruturas verticais e buro-

cratizadas. Além das reações contra os efeitos do capitalismo global e a financeirização da economia.

Mas a questão mais emblemática dessa eclosão é o protagonismo de uma nova geração de atores sociais que lideraram esses movimentos. Jovens, em sua maioria, não organizados em nenhum grande partido ou movimento, mas que protagonizaram revoltas no mundo todo. Tudo isso passando ao largo das principais organizações da esquerda.

Coletivos, movimentos específicos e autônomos, mobilização pelas redes sociais e vasta diversidade. Esses fenômenos roubaram a cena dos últimos anos e evidenciam o surgimento de algo novo, ainda em processo, mas com uma potencialidade há tempos não vista. Tal como os movimentos estudados por Sader, esses personagens não cabiam nos cenários políticos já instituídos. Do “Não Me Representa” a “Democracia Real Ya” eles resolveram, portanto, fazer do seu próprio jeito. O desfecho, se é que na história pode-se ter um, está em aberto.

De Taksim à Wall Street: a juventude se rebela peso2

A crise do *subprime* e a estagnação econômica levaram países da Europa e os EUA ao aumento da desigualdade e a problemas sociais graves, como o desemprego, o endividamento e o aumento da pobreza. Boa parte desses efeitos afeta drasticamente a juventude de seus países. Na Europa, a esquerda tradicional, quando no poder, adotou políticas de austeridade duras, em nada, se diferenciando da receita neoliberal ortodoxa proposta pelos partidos conservadores, levando países como a Espanha a aprofundarem a recessão. Esse movimento aguçou a perda significativa de adeptos e simpatizantes.

Uma onda de manifestações toma diversos países, desde potências à economias em desenvolvimento. Na Turquia, milhares de jovens desceram à Praça de Taksim, contra a transformação de um parque em centro comercial, em Portugal lutaram contra a precarização do emprego, na Espanha contra o desemprego e o endividamento das hipotecas, no Chile os estudantes tomaram as ruas contra as reformas educacionais privatizantes, nos EUA ocuparam Wall Street, cerne da

crise mundial e símbolo do rentismo feroz que destrói empregos e aumenta a concentração de renda.

Desde 2011, movimentos como Occupy Wall Street (EUA), 15M (Espanha), YoSoy132 (México) e DirenGezi (Turquia) tomaram o mundo e as ruas de seus países. Cada qual com reivindicações específicas, mas semelhantes em algumas coisas. Entre elas, a crítica às instituições, ao sistema político e econômico e às organizações tradicionais e defesa incondicional dos princípios da democracia direta e da horizontalidade.

A partir de cada realidade local, problemas estruturais ou que, de alguma forma, mesmo que pontuais, desnudavam toda a crise social fruto de um capitalismo global violento e irracional. Colocava em xeque o “consenso” da democracia limitada à representação cada vez mais distante do povo e uma economia política que não hesitava em salvar instituições financeiras e deixar milhões de indivíduos desabrigados e sem emprego. Ou seja, duas grandes motivações regem esse movimento: 1) a luta pela democracia plena, não só a eleitoral, institucional, não a que cede o direito de referendar de tempos em tempos governos que, em sua maioria, pouco tem a oferecer de mudança concreta, pois fazem parte desse “consenso”. Querem democracia real e já! Enfim, a superação da democracia liberal. 2) O aspecto econômico. Esse que aí está, capitalista, neoliberal, não serve pois não está a serviço do combate às desigualdades, nem em defesa do emprego, dos direitos, mas sim subordinado aos desmandos de Wall Street. Que restringe cada vez mais a livre circulação, a ocupação da cidade, a moradia e o trabalho decente².

Obviamente essa combinação é dispersa, em maior e menor grau. Mas são evidentes as similitudes desses movimentos, cada qual com sua própria experiência, e que os tornam, também de maneira dispersa, sujeitos históricos e políticos de nosso tempo.

² Para ler mais: Vários autores. Occupy Movimentos de Protestos que tomaram as ruas. 1ª edição. São Paulo. Boitempo. Carta Maior.

Jornadas de Junho: o estopim do novo ciclo

No Brasil, apesar da relativa estabilidade econômica, do baixo desemprego e das políticas sociais do período petista, em 2013 as chamadas Jornadas de Junho incendeiam o país e anunciam um novo ciclo de lutas sociais. É bem verdade que já começava a ser sentida a saturação do modelo vigente e que a queda de braço do governo com o capital especulativo trazia alguma instabilidade, incentivado fortemente pela grande imprensa.

Assim como boa parte dos movimentos que eclodiram pelo mundo, apesar de ter sido desencadeado por algo específico, no caso, por R\$0,20 de aumento das passagens em São Paulo, um mal-estar mais profundo foi ao longo das manifestações se revelando, trazendo à tona problemas estruturais que as limitações conjunturais não enfrentavam, pelo menos com a intensidade necessária, de ordem econômica, social e, sobretudo, política³.

Mas a principal novidade de junho de 2013 foi que, pela primeira vez no pós-redemocratização, pelo menos de forma substancial, as manifestações eram convocadas por fora dos principais movimentos e partidos hegemônicos desde então. O grande sujeito social histórico de Sader se vê pela primeira vez de fora da condução de grandes atos de massas e a formação de novos sujeitos, ainda que de maneira embrionária, com uma vertente reivindicatória semelhante: a busca por direitos específicos, mas que alteram a realidade concreta como um todo, capaz de transformá-los em força política.

Junho de 2013 consolidou um novo ciclo de lutas sociais no país e de experiências organizativas da juventude brasileira. Desde então as ruas não se esvaziaram mais, experimentando práticas, ações e linguagens como há tempos não era presenciado.

³ Para uma leitura aprofundada sobre o tema HARVEY, Coletânea Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª edição. São Paulo. Boitempo. Carta Maior.

As primaveras de todas as cores da juventude

Desde o reascenso da luta social, o país passa por um *boom* de atos, ocupações, agitações culturais, resistências e mobilização em torno de pautas cada vez mais latentes na juventude.

As ocupações das escolas em São Paulo pelos secundaristas, no final de 2015, sem dúvida foi um marco histórico para a juventude brasileira e para a esquerda. De maneira autônoma esses jovens construíram uma das maiores derrotas do governo tucano no estado, algo que por muito tempo a oposição e os movimentos sociais não conseguiram fazer. Com táticas de luta ousadas e inovadoras redimensionaram a resistência popular. Ainda os secundaristas, dessa vez em nível nacional menos de um ano depois, protagonizaram mais um processo de ocupações das escolas, contra a proposta de reforma do ensino médio, de Temer. Esse processo chegou também às universidades, transformando-se numa grande primavera estudantil. Outra primavera, a feminista, eclodiu fortemente durante esse período. Um movimento, também de jovens feministas, que coloca definitivamente essa agenda como prioritária para qualquer movimento e organização de esquerda.

Os movimentos da juventude periférica, os saraus, o movimento negro e LGBT redimensionaram a luta social. Todos eles trazendo novos elementos políticos e organizativos, que perpassam as principais organizações políticas.

A resistência ao golpe de 2016, sem dúvida, é bastante emblemática. Durante a resistência ao *impeachment* da presidenta Dilma, as ruas foram palco de manifestações contra o golpe parlamentar quase que diárias. Pela democracia milhares de jovens, sem militância em partido ou grandes organizações, foram às ruas lutar para barrar o golpe contra a presidenta eleita, em uma demonstração real de maturidade política.

A contra hegemonia da informação talvez seja um dos principais legados desse novo momento. Coletivos de comunicação e o jornalismo independente transformaram o conceito de comunicação, perfuraram como nunca o monopólio da informação e, com o uso das

novas tecnologias digitais, inauguraram um ciclo fundamental de democratização e compartilhamento da informação. Além, é claro, do poder mobilizador das redes sociais.

O “Fora Temer” e a luta contra as reformas neoliberais tomam proporções cada vez maiores. Sindicatos, partidos e movimentos dividem as ruas com uma parcela há tempos não vista de jovens engajados em maior e menor proporção à luta diária contra o retrocesso social e a radicalização do bloco liberal-conservador. Mas, obviamente, nem tudo são flores.

Um novo às avessas também toma as ruas: a ascensão dos movimentos à direita

Se aproveitando do vácuo deixado pelas Jornadas de Junho, da indefinição das pautas e a mudança de postura da grande mídia, surge à tona uma nova direita. Dessa vez, tentando disputar a partir do descontentamento das ruas a narrativa das manifestações, invertendo rapidamente o caráter de esquerda e popular dos atos. Não podemos desconsiderar também os ensaios, já há algum tempo, de tentativa de disputar as ruas e apostar no processo de mobilização social desse setor. Entre ações fracassadas e pequenas movimentações que receberam por parte da esquerda organizada pouca atenção e muitas vezes deboche, o segundo momento das Jornadas de Junho, reuniu as condições propícias para a criação, ou crescimento, de organizações autorreivindicadas de direita. Também pela primeira vez desde o fim da ditadura que organizações à direita e conservadoras lideraram protestos em boa parte exitosos e que tiveram papel significativo na ofensiva reacionária que desencadeou a crise política no país.

Longe de fazer uma análise aprofundada sobre esse fenômeno⁴, o que nos interessa neste artigo é a participação expressiva de jovens e sua capacidade de difusão das ideias.

⁴ Para ver mais a esse respeito: VELASCO E CRUZ, Sebastião. KAYSEL, André. CODAS, Gustavo. Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político. 1ª edição. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2015.

Ao contrário de épocas recentes, o argumento da divisão ultrapassada entre direita e esquerda dá lugar, em boa medida, à busca da construção de uma identidade de direita. A tática outrora adotada quase como voz uníssona do campo direitista, explorada muito bem pelos propagadores do “fim da história”, “da modernização” neoliberal, fazia sentido: o termo “direita” carregava certo tom pejorativo, de *status quo*. A defesa da “superação da velha divisão” prenunciava o unilateralismo neoliberal. No auge do processo de globalização, só havia um único caminho “modernizante” para o país e qualquer pensamento crítico seria “ultrapassado”, do século XX.

Apesar da ainda forte influência desta despolitização na sociedade, um fato que chama a atenção é a radicalidade dos novos movimentos à direita na polarização com princípios de esquerda e na afirmação dos princípios de direita, muitas vezes se entrelaçando com o conservadorismo. Radicalismo esse ausente em períodos mais recentes. E o protagonismo dessa radicalidade vem de uma juventude que “veste a camisa” da economia de mercado, prega “Menos Marx, Mais Mises” e está disposta a destruir qualquer resquício de “marxismo cultural” na sociedade, das escolas ao parlamento.

Essa geração de militantes aguerridos à direita do espectro político é, sem dúvida, um fenômeno pouco comum e muito menos banal. Com grande habilidade na cultura das redes sociais e com grande capacidade de disputa de ideias, muitas vezes assumem um papel de *Front Group* num tipo de *Think Tanks*⁵, escancarado, apesar de serem organizações políticas autodeclaradas, ou até mesmo partidos. Movimentos como o MBL, o Vem pra Rua e o Partido Novo, três das principais organizações deste ciclo, revelam o protagonismo de jovens. Todos os três basicamente foram criados e são dirigidos por essa nova geração e que, em pouco tempo, conseguiram vitórias significativas no campo social e institucional.

⁵ Think Tanks estratégia da direita norte-americana de difusão da economia de mercado e políticas de cunho neoliberais. Por meio de fundações, por exemplo, as corporações e associações empresariais financiam grupos de mídia, pesquisas acadêmicas e organizações jurídicas pró-mercado e conservadores.

Algumas características desses movimentos chamam a atenção: 1) são organizações com pouco lastro social, ou seja, com grau de militância ativa e capacidade de mobilização direta relativamente baixas, mas que conseguem ecoar suas ideias, principalmente por meio virtual, de maneira expressiva. 2) embora neguem relações próximas com partidos e organizações da velha direita, a proximidade é inegável. Candidaturas acomodadas em partidos como o DEM e o PSDB, com apoio veemente a políticos, como João Dória, governador de São Paulo, entre outros tantos exemplos. 3) e, sobretudo, o desconhecido financiamento, que insistem em afirmar ser apenas das doações que recebem, mas sem uma prestação de contas convincente.

Não é possível afirmar concretamente ainda o resultado da difusão desses movimentos e suas conseqüências reais no imaginário da juventude brasileira. Entretanto, é presumível que o alcance desses e de outros movimentos, fortemente ajudados pelo aparato ideológico das instituições burguesas e dos grandes meios de comunicação, chegue a uma boa parcela da juventude e que assuma as bandeiras direitistas.

O fato é que nos últimos tempos a direita rompeu o ostracismo social e decidiu enfrentar a esquerda, com bandeiras, camisas e palavras de ordem, nas redes e nas ruas. Isso coloca para a esquerda, num cenário de forte polarização, a necessidade de uma nova estratégia na disputa de hegemonia.

Limites no Horizonte

Como já dito, algumas das principais características desses novos movimentos se refere à novidade de seu perfil organizativo. A busca pela horizontalidade, a crítica à verticalização e centralização das organizações do século passado. Também o personalismo, o carreirismo e o conceito de liderança política são combatidos. A ideia da representação nas organizações políticas é vista como insuficiente para a realização plena da militância. O “ser dirigido” por alguém não lhes cabe.

A ideia da igualdade plena entre seus membros, a concepção de que “tudo deve ser decidido por todos” não suporta nenhum tipo de hierar-

quização, sendo esta prejudicial para o desenvolvimento do movimento segundo essa perspectiva. A negação da representatividade das instituições políticas se traduz no modelo proposto para uma nova organização política. Aberta, sem donos, sem líderes e sem burocracia! Enfim, sem estrutura. A forma de organização dos atos é um bom exemplo disso. Em assembleias nas quais todos os manifestantes participam, é decidido o trajeto, os percalços em seu desenrolar e as ações futuras. Saem o caminhão e o microfone, entram o jogral e o megafone.

Entretanto, esse modelo já apresenta suas limitações, principalmente para a continuidade e o acúmulo de forças das ações. E evidência, também, os seus perigos. Para a cientista política e militante feminista Jo Freeman (1970), essa ênfase a grupos sem estrutura é característico de movimentos em formação. Tem

(...) origem numa reação natural contra a sociedade superestruturada na qual a maioria de nós se encontrava, no controle inevitável que isso dava a outros sobre nossas vidas e no elitismo persistente da esquerda. (FREEMAN, J. 1970)

Tem a ver como fase inicial de “conscientização” dos novos movimentos, uma maneira que os tornam mais informais, o que ajudaria no enraizamento, na receptividade.

Mas, ainda segundo Freeman, essa característica incorre em três problemas: 1) a medida que o movimento e suas pautas se desenvolvem, as limitações deste estágio embrionário aparecem. 2) a crítica aos excessos de centralismos e dirigismos se transforma em dogmatismo principista, negando qualquer forma de organização estruturada. 3) a premissa da ausência total de estrutura é ilusória e pode desembocar em um tipo de “tirania”.

Ocorre que a superação dessa fase não é algo simples e o risco de ficar estagnado é grande, perdendo assim o tempo histórico da consolidação do movimento. Algo muito semelhante ocorreu, por exemplo, com o Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo. Lançado como principal referência das Jornadas de Junho, evidentemente liderando

os atos que cresciam a cada dia, perderam as condições de delimitar o avanço dos setores conservadores e com rachas internos causados pelo debate acerca do futuro do movimento, diminuiu seu potencial de consolidação.

Isso significa que lutar por um grupo “sem estrutura” é tão útil e tão ilusório quanto almejar uma reportagem “objetiva”, uma ciência social “desprovida de valores” ou uma economia “livre”. Um grupo de “laissez-faire” é quase tão realista quanto uma sociedade de “laissez-faire”; a ideia se torna uma dissimulação para que o forte ou o afortunado estabeleça uma hegemonia inquestionada sobre os outros. Essa hegemonia pode facilmente ser estabelecida porque a ideia da “ausência de estrutura” não impede a formação de estruturas informais, apenas de formais. Da mesma forma, a filosofia do “laissez-faire” não impedia os economicamente poderosos de estabelecer controle sobre os salários, preços e a distribuição dos bens; ela apenas impedia o governo de fazê-lo. Assim, a “ausência de estrutura” torna-se uma forma de mascarar o poder e no movimento feminista é normalmente defendida com mais vigor pelos mais poderosos (estejam eles conscientes de seu poder ou não). As regras sobre como as decisões são tomadas são conhecidas apenas por poucos e na medida em que a estrutura do grupo permanece informal, a consciência do poder é impedida por aqueles que conhecem as regras. (FREEMAN, J. 1970)

Para o bom desenvolvimento da organização, portanto, sua estrutura precisa ser explícita, e não implícita, aparente, mas que se possa ter de fato o controle sobre o poder exercido pelos participantes. Do contrário, as lideranças informais, que são inevitáveis em qualquer agrupamento humano, passarão a agir com o aval da negação da estrutura.

A fragmentação excessiva também pode vir a ser um problema e, em certa medida, é encontrada em organizações de perfil autonomista. O que não significa incorrer em um erro estrutural das esquerdas mais tradicionais, o de impedir o desenvolvimento das lutas contra a opressão, sob a acusação de “fragmentar a esquerda”. Mas, sim, a divisão dispersa impedir o desenvolvimento de uma estratégia coletiva. Retomando a formação do sujeito histórico de Sader, as pautas e experiências especí-

ficas, a partir de sua própria ação, levam à necessidade da construção da estratégia comum. É isso que dá o caráter de força política.

Algumas experiências novas conseguiram de certo modo incorporar o “espírito” das revoltas e empolgar parte importante dos manifestantes, alguns deles protagonistas da construção dessas experiências, como foi o caso do Podemos na Espanha, que em pouco tempo já é a terceira maior força do país e o Bloco de Esquerda em Portugal, criado em 1999, até então força marginal, mas que vem crescendo significativamente. Outras com pouca viabilidade, como o Partido X, também na Espanha, não emplacou. Mesmo assim é difícil caracterizá-los como herdeiros diretos desse novo ciclo que se anunciou. Mas que de fato simbolizam a construção de algo novo em suas regiões. O que mais se aproxima do desenvolvimento de uma síntese nas esquerdas, que se faz urgente.

Em busca de uma síntese

Se, por um lado, os novos movimentos enfrentam as limitações de sua fase inicial, por outro, é também preocupante o estágio de burocratização e acomodação dos principais partidos e movimentos de esquerda. É notório que a crise de representação também atinge esses setores. Parte das estruturas organizativas ficou, de fato, velha. Já não correspondem mais às necessidades dos novos tempos. É preciso pensar novos modelos, repensar estratégias e práticas, a fim de superar a inércia e adaptar as formas de organização e ação política. Para isso é preciso compreender que passamos também, e sobretudo, por uma crise geracional profunda. Crise esta que atinge fortemente as instituições, o sistema político e as estruturas engessadas das formas mais tradicionais de organização e expõe as fragilidades deste modelo organizativo, corroborando com a fragmentação e dispersão. Cito dois casos simbólicos dessa crise de representação e que refletem o ciclo de “inversão de prioridades” na agenda de esquerda.

As experiências de construção de organizações como a #Partida e a Frente Favela Brasil (FVB) revelam a tensão entre os movimentos e par-

tidos já constituídos com as novas demandas de parte significativa dos novos atores sociais. Essas duas experiências chegam ao ponto de sentirem a necessidade de criarem partidos voltados para sua demanda. “É triste a gente precisar chegar ao ponto de criar um partido, mas não há outra opção. Os favelados só participam da vida política do país na hora do voto”, diz um dos idealizadores da FVB⁶. A intenção deles é viabilizar um partido regulamentado para disputar as eleições ainda em 2018.

Já #Partida se define como um “movimento que funciona como um partido, a fim de impulsionar mulheres feministas para a ocupação do governo!”. Com pretensões menos institucionais, mas que procura organizar, de fato, as mulheres na ocupação dos espaços de poder. Em seu manifesto deixa nítido que “#partida é um laboratório de confluências políticas e poéticas para ações afirmativas cujo protagonismo é das mulheres.” E que “procura se esquivar das velhas lógicas políticas e construir novos espaços que incluam todos os que sofrem de exclusão.”⁷

Essa dentre outras experiências, de movimentos, coletivos, grupos de agitação demonstra a necessidade de reinvenção das organizações já consolidadas e que, certamente, como a conjuntura nos mostra, estão longe de ter esgotados sua capacidade de organização e de construção de alternativas de poder e de luta. Mas fica evidente também que o momento pede a confluência desses setores para que o reascenso das lutas sociais se transforme em um novo projeto de sociedade e reúna as condições de transformá-la.

As incertezas e o momento de tensão pelo qual passamos é, no entanto, uma importante oportunidade de reorganização das esquerdas, reflexão das práticas e a formulação de novas estratégias de disputa na sociedade. O novo ciclo traz também a necessidade de se abrir para as novas agendas e práticas políticas.

⁶ Disponível em: www.pragmatismopolitico.com.br/2017/01/partido-favelas-passo-oficial.html. Acesso em: 10/05/2017.

⁷ Disponível em: https://web.facebook.com/pg/sigapartida/about/?ref=page_internal. Acesso em: 10/05/2017.

Vejamus um exemplo interessante. No Chile a eleição em 23 de outubro de 2016 de Jorge Sharp, liderança do movimento estudantil chileno de 2011, a prefeito de Valparaíso, terceira maior cidade chilena, é emblemática. Fruto de um processo aberto, composto por diversos novos movimentos sociais, essa e outras candidaturas se transformaram num bloco antagônico às coalizões de direita e centro-esquerda tradicionais chilenas. Sharp e as outras candidaturas desse novo campo foram escolhidos por um processo chamado de “primárias cidadãs”, visando reforçar a imagem de democracia direta efetiva. Com colapso da Nueva Mayoría⁸, a Frente Ampla, coalizão construída a partir deste processo surge com grande força para as próximas eleições chilenas. Mesmo assim, esse bloco, ou frente de organizações já enfrenta processos duros de divisões, rachas e divergências políticas.

O surgimento de uma nova geração de movimentos e de militantes, que se consolidam no cenário político com o aprofundamento da crise do sistema político e de suas instituições, é inegável. Esses e outros movimentos evidenciam a necessidade urgente do chamado campo democrático-popular se atentar para o novo ciclo que surgiu, trazendo novos elementos de organização e de dinâmica. Apesar de certo tensionamento, as possibilidades da confluência das experiências são reais. Ao contrário de outras conjunturas mundo afora, no Brasil as chances colocadas são evidentes. Mas, se é verdade que espontaneidade e voluntarismo são aspectos de movimentos ainda em construção, e que é preciso dar o passo seguinte em sua organização, é inegável que a máquina burocrática das estruturas mais tradicionais de organização política está engessada e é de longe insuficiente para preparar o novo período de lutas sociais que surge nesse momento de fim de um ciclo.

Não tenhamos dúvidas: as primaveras estudantis e feministas, LGBTs, das periferias e as mobilizações contra o golpe e os retrocessos

⁸. Coalizão de centro-esquerda que substituiu a antiga coalizão “Concertacion”, também de centro-esquerda. Surgida em 2013, deu sustentação às eleições e ao governo de Michelle Bachelet.

golpistas são sintomáticos desse novo período. Apesar dos setores “pé atrás” com as forças ditas mais tradicionais, a aproximação e a troca de experiências entre esses campos serão importantes para a reorganização das esquerdas. Ainda está em sua fase inicial de organização, dito “de conscientização”, e por isso mesmo suscetível ao “horizontalismo dogmático”, reação à crise de representação e a certo elitismo das esquerdas, que também reproduz boa parte da saturação do sistema político.

A partir do momento em que o movimento não se prende mais te-
nazmente à ideologia da “ausência de estrutura” ele estará livre para
desenvolver aquelas formas de organização que melhor se adequam ao
seu funcionamento saudável. Isto não significa que devemos ir ao ou-
tro extremo e cegamente imitar as formas tradicionais de organização.
Mas nós também não devemos cegamente rejeitá-las. Algumas técnicas
tradicionais mostrar-se-ão úteis, ainda que imperfeitas; outras nos da-
rão ideias sobre o que devemos fazer para obter certos fins com custos
mínimos para as pessoas no movimento. Na maior parte dos casos, nós
teremos que experimentar com formas diferentes de estruturação e de-
senvolver uma variedade de técnicas para usar situações variadas. [...]
(FREEMAN, J. 1970)⁹

Ou seja, a produção de uma síntese entre eles dará a força e a orga-
nização necessárias para a construção de um novo projeto político ca-
paz de se tornar alternativa real de poder e transformação da sociedade.

Os tais sujeitos históricos de outrora, aos poucos, criaram ele-
mentos e instrumentos para sua constituição enquanto força trans-
formadora da sociedade. Entre erros e acertos, moldaram a luta social
e a democracia no país. Desta vez, as possibilidades são grandes e
animadoras. As condições para que a efervescência política e social
vívida recentemente, e que tudo indica sua permanência nesse pe-
ríodo, se transforme em força motriz para uma esquerda repagina-
da, atualizada, estão dadas. As próprias contradições capitalistas e a

⁹ Freeman escreve esse artigo analisando o movimento feminista norte-americano da época. A partir dele tira como arquétipo para a defesa de sua tese da elitização das organizações com ausência de estrutura formal, e que a negam.

radicalidade de nosso período histórico trarão alguns dos elementos necessários. O novo ciclo de lutas e desenvolvimento sociais depende de nossa capacidade de organização, ousadia e da paixão revolucionária de construir uma nova sociedade e o socialismo democrático.

Referências bibliográficas

FREEMAN, J. *A Tirania das organizações sem estrutura*, , 1970.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*: 4ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2015.

HARVEY, D.; DAVIS, M.; ZIZEK, S. et al. *Occupy: Movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo 2012.

HARVEY, D.; MARICATO, E.; M. ZIZEK, S. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo 2013.

Genocídio da juventude negra no Brasil

Tamires Sampaio

Os estudos direcionados à questão étnica e racial carecem de um profundo aparato teórico, muitos dos analistas de questões raciais não se aprofundam em seu tema central: o racismo. Eduardo Bonilla (1997) diz que muitos pesquisadores sobre o racismo assumem que trata-se de um fenômeno auto-evidente e que, portanto, não é necessário fornecer uma definição, não uma definição fundamental. Porém, implícita ou explicitamente, a maioria dos pesquisadores considera o racismo como um fenômeno puramente ideológico.

No decorrer dos anos, foram várias as definições acerca do que é racismo, seja as baseadas na teoria de supremacia racial, em que uma raça é superior à outra por determinada questão, seja as baseadas em um suposto determinismo biológico ou social, em que determinada raça é condenada a servir à outra de acordo com traços físicos e biológicos. Nesse trabalho, vamos partir do pressuposto do racismo como uma doutrina de supremacia racial, em que determinada raça é superior à outra.

Este ponto de vista idealista ainda é mantido amplamente entre os cientistas sociais. Seu foco estreito sobre as ideias reduziu o estudo do racismo principalmente para psicologia social, e essa perspectiva tem produzido

uma visão esquemática da forma como o racismo opera na sociedade. Em primeiro lugar, o racismo é definido como um conjunto de ideias ou crenças. Em segundo lugar, essas crenças são consideradas como tendo potencial para levar os indivíduos a desenvolver o preconceito, definida como "atitudes negativas para com todo um grupo de pessoas" (SCHAEFER, 1990, p. 53). Finalmente, essas atitudes preconceituosas podem induzir indivíduos a ações reais ou a discriminação contra as "minorias" raciais. Este quadro conceitual, com pequenas modificações, prevalece nas ciências sociais¹. [tradução livre]

Com a abolição da escravidão, a partir da Lei Áurea, não houve uma política de inserção do negro na sociedade brasileira, muitos dos negros libertos não tinham para onde ir, não tinham onde trabalhar, e em diversos casos continuaram nas fazendas em que trabalhavam em troca de alimento.

Além disso, no dia seguinte à abolição da escravidão foi sancionada a "lei da vadiagem", que criminaliza os cidadãos que ficavam nas ruas sem trabalho. Uma clara tentativa de criminalização dos que acabavam de conquistar a liberdade e o início de uma política de encarceramento da população negra que perdura até hoje. Essa política institucionalizou e estruturou o racismo em nossa sociedade colocando o negro como socialmente inferior às outras etnias. Eduardo Bonilla (1997), em seu artigo sobre racismo estrutural demonstra a ligação entre o sistema colonial, a escravidão e o racismo estrutural:

De perspectiva institucionalista (Alvarez et al.1979; Carmichael 1971; Carmichael e Hamilton de 1967; Chesler 1976; Knowles e Prewitt 1969; Wellman 1977), o racismo é definido como uma combinação de preconceito e poder que permite à raça dominante institucionalizar sua posição dominante em todos os níveis em uma sociedade. Da mesma forma, a partir da perspectiva do colonialismo (Barrera 1979; Blauner 1972; Moore 1970), o racismo é visto como uma questão institucional baseada em um sistema no qual a maioria branca "levanta sua posição social através da exploração, controle e manutenção de outros que são catego-

¹. *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, Jun. 1997, p. 466.

rizados em termos raciais ou étnicos” (BLAUNER 1972: 22). A principal diferença entre essas duas perspectivas é que este último referente às minorias raciais como súditos coloniais nos Estados Unidos; este ponto de vista conduz inequivocamente a soluções nacionalistas. Ambas as perspectivas contribuem muito para a nossa compreensão dos fenômenos raciais, sublinhando a natureza social e sistêmica do racismo e da natureza estrutural de vantagens das pessoas brancas. Além disso, o esforço da perspectiva institucionalista para descobrir mecanismos e práticas que reproduzem vantagens aos brancos ainda é empiricamente útil e contemporâneo (por exemplo, KNOWLES E PREWITT 1969). No entanto, nenhuma dessas perspectivas fornece um quadro conceitual rigoroso que permite que pesquisadores estudem o funcionamento das sociedades racialmente estratificadas². [tradução livre]

Como pudemos ver nesse trecho de seu artigo, a partir de uma perspectiva histórica de exploração de uma raça perante outra, o racismo se torna uma determinante estrutural em nossa sociedade e molda os princípios de organização de todas as nossas relações sociais.

A perspectiva de formação racial (OMI e WINNANT 1986, 1994; WINNANT, 1994) é a alternativa teórica mais recente a abordagens idealistas tradicionais. Omi e Winant (1994, p.55) definem a formação racial como ‘o processo sócio histórico pelo qual categorias raciais são criadas, habitadas, transformadas e destruídas’. Em sua opinião, a raça deve ser considerada como um princípio de organização das relações sociais que molda a identidade dos atores individuais no nível micro e molda todas as esferas da vida social no nível macro³. [tradução livre]

Com o fim da abolição e a intensa imigração que ocorreu no Brasil, o país se tornou em grande parte miscigenado. No livro *O Espetáculo das Raças*, Lilia Moritz Schwarcz destaca que:

Em finais do século XIX o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Um “festival de cores” (Ai-

² *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, Jun. 1997, pp. 465-480.

³ *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, Jun. 1997, p. 666.

mard, 1888) na opinião de certos viajantes europeus, uma "sociedade de raças cruzadas" (Romero, 1895) na visão de vários intelectuais nacionais; de fato, era como uma nação multiétnica que o país era recorrentemente representado. Não são poucos os exemplos que nos falam sobre esse "espetáculo brasileiro da miscigenação". (SCHWARCZ, 1993, p. 15)

Se, de um lado, o país era caracterizado como extremamente miscigenado, de outro o racismo estrutural da sociedade brasileira à época tentava criar formas de "embranquecer" cada vez mais a população, estimulando a miscigenação de negros com brancos, tendo assim, na política de branqueamento, uma perspectiva de progresso na sociedade.

O quadro "A Redenção de Cam", de Modesto Broccos, é a representação da política de miscigenação que passou a ser estimulada após a abolição e com a massiva chegada de imigrantes para trabalho assalariado e para a conquista de terras novas. O pintor espanhol aborda na pintura as teorias sobre as raças do fim do século XIX e o fenômeno da busca pelo "embranquecimento" das gerações familiares descendentes de escravizados. A pintura representa uma senhora que alcançou a redenção ao conseguir da filha um neto branco, pois sua filha que faz parte de um relacionamento interracial, se casa com um estrangeiro europeu e tem um filho branco, acabando assim com a linhagem negra de sua família. Junto ao quadro de Broccos, estava a frase "*Le nègre passant au blanc, à la troisième génération, parl'effet du croisement des races*"⁴.

O tráfico negreiro teve fim, a escravidão foi abolida no país, mas até hoje temos reflexos desses 388 anos de exploração do povo africano no Brasil. Os afrodescendentes são mais de 50% do total da população brasileira (IBGE, 2010) hoje em dia e o número de africanos trazidos para cá explica o porquê.

Sabemos que com a abolição da escravidão não houve um processo de inserção do povo que foi objetificado e explorado durante mais da metade da história desse país e isso resultou em uma sociedade extre-

⁴. "O negro passará a se tornar branco, em sua terceira geração, por efeito do cruzamento das raças" (SCHWARCZ, 1993, p. 16)

mamente desigual e racista, em que a população mais pobre e carente tem cor e endereço: negra e periférica.

Esse histórico de exclusão tornou o racismo estrutural em nosso país, pois uma ideologia de exclusão e opressão, imposta por 388 anos de história em uma sociedade, resulta em relações sociais e institucionais marcadas pela reprodução do racismo até hoje.

A população periférica é majoritariamente negra. A presença dos negros nas universidades é bastante limitada e também existe uma defasagem muito grande de negros nas representações políticas, assim como nos cargos de mais alto escalão. Já nos empregos mais precários e informais, entre a população de rua e a carcerária, estão majoritariamente negros.

Esse quadro tem uma justificativa histórica e é resultado do processo de exclusão e criminalização do povo negro no Brasil, que tem como base a construção da política de segurança pública brasileira.

Impacto do racismo institucional na política de Segurança Pública no Brasil

A construção histórica do sistema de segurança pública no Brasil é baseada na perspectiva de uma política de manutenção da ordem e prevenção do risco que, ao serem confrontadas com a construção sobre o racismo estrutural, levam à idealização de um sistema de política criminal direcionado ao encarceramento e ao extermínio da população negra. A manutenção da ordem nada mais é do que a manutenção do *status quo*, ou seja, a preservação das estruturas sociais de poder, principalmente as relacionadas à raça e à classe social.

O Estado brasileiro, além de não proporcionar políticas públicas de inserção do negro na sociedade, agiu apenas a partir do viés da repressão. Além de não proporcionar nenhuma alternativa de trabalho, por exemplo, para os que outrora foram escravizados, imediatamente após a abolição da escravatura foi criada a lei da vadiagem. Sendo assim, percebemos que o Estado escolheu responder aos anos de exploração e exclusão social com a força e com políticas de segurança

pública e, como Humberto Fabretti em seu livro bem destacou, a finalidade da segurança pública sempre foi a manutenção da ordem, em outras palavras, a manutenção do *status quo*.

O paradigma tradicional da segurança pública, mantido através dos séculos desde os tempos absolutistas, é o da ordem pública. Segurança sempre foi sinônimo de ordem. No Brasil, desde o período colonial, passando pelo Império e pela República, e de forma ainda mais clara, durante o Estado Novo e a Ditadura Militar, buscou-se proporcionar segurança a partir da manutenção da ordem. (FABRETTI, 2014, p. 3)

Ou seja, a segurança pública surge como justificativa social e legal para a exclusão e encarceramento dos negros e negras após a abolição da escravidão, pois a manutenção da ordem nada mais é do que a manutenção de uma estrutura social predeterminada e de privilégios de poucos em detrimento da maioria da população que é menos favorecida.

Além do mais, que ao determinar que a segurança pública está baseada na manutenção da ordem e não na preservação dos direitos de toda a sociedade, se escolhe uma parcela para proteger em detrimento de outra que passa a ser criminalizada por seus atos. Pois para garantia de que um grupo de pessoas não terá sua “ordem” desestabilizada, é necessário determinar o que é a ordem, qual o *status quo* deve ser mantido e, assim, determinar quais são os padrões de comportamentos permitidos e os proibidos, bem como quais terão os seus direitos garantidos e os que não terão.

Argumentam os críticos desse paradigma que a segurança pública assim configurada serve à preservação de uma ordem preestabelecida – manutenção do *status quo* – por aqueles que dominam o processo de escolhas políticas, quando deveria estar orientada à preservação de direitos da cidadania. Daí o surgimento da expressão *segurança cidadã*. Ademais, também apontam que a segurança pública assim orientada acaba por excluir parcelas da população, pois rotulam-se aqueles que não se enquadram, ou que perturbam a ordem desejada, como fontes de risco, como sujeitos perigosos que precisam ser neutralizados.

Existe ainda uma outra questão que contribui para o insucesso da segurança pública, que é sua própria compreensão como um direito individual. Aceitar a existência de um direito individual à segurança de uma pessoa significa que, para garanti-lo, é preciso eliminar as fontes de risco, o que necessariamente significa limitar o direito de outras pessoas. Para garantir que determinadas pessoas não sejam vítimas de crimes em um determinado lugar, é necessário negar acesso a esse lugar a outras pessoas. (FABRETTI, 2014, pg. 3) [grifo nosso]

Sendo assim, determinar o direito à segurança como um direito individual constrói um conflito entre a ordem pública e o direito à segurança, uma vez que ao determinar qual o *status quo* a ser protegido, a principal tarefa dos agentes de segurança é a de neutralizar e excluir as fontes de desordem. E, assim, em vez de garantir o direito de todos, são excluídos os direitos de muitos para a efetivação dos direitos de poucos.

Nesse jogo de segurança em que a ordem é o fator principal a ser assegurado, o risco se torna um fator essencial, pois este trabalha diretamente com a prevenção, que se resume em uma busca pelo controle racional dos riscos, isto é, pela prevenção de determinados fatos a partir das estatísticas. Essa obsessão pela prevenção dos riscos, se levada ao extremo, pode se transformar em uma verdadeira política criminal que determina onde, quando e quem é criminoso em nossa sociedade. Ou seja:

O risco passa a se relacionar diretamente com a prevenção, ou seja, há uma busca incessante pelo controle racional dos riscos, isto é, pelo cálculo racional das probabilidades estatísticas de ocorrência de um determinado evento. Há, portanto, uma obsessão pela prevenção dos riscos, situação que, se levada ao extremo, chega no que CASTEL (1991, p. 289) identificou como um grandioso sonho da racionalização tecnocrática do controle absoluto do acidental, entendido como a irrupção do imprevisível. [...] Uma sociedade obcecada pelo controle dos riscos nada mais é do que uma sociedade obcecada por segurança, não sendo sem motivo a tão comum referência a uma série de circunstâncias sempre precedidas da expressão 'segurança' para significar a minimização dos riscos em relação a uma determinada situação, tal como ocorre com 'segurança econômica', 'seguran-

ça alimentar', 'segurança nuclear', 'segurança social' e 'segurança pública'. Parece, entretanto, que quanto mais se busca a segurança, paradoxalmente, mais cresce a insegurança (FABRETTI, 2014, p. 9) [grifo nosso]

E quanto mais cresce a insegurança, mais atos arbitrários são justificados, pois “num mundo inseguro, segurança é o nome do jogo. A segurança é o principal objetivo do jogo e seu maior prêmio”, como já dizia Bauman (2013, p. 31).

Quando a política de segurança se constrói é baseada na manutenção da ordem, o risco passa a se relacionar diretamente com a prevenção e, se levado ao extremo, pode se tornar em uma verdadeira política criminal que determina onde, quando e quem é o criminoso em nossa sociedade. E uma sociedade obcecada pelo controle dos riscos torna-se obcecada por segurança. Porém, quanto mais se busca segurança, em razão da política de criminalização, mais se gera insegurança e os dados mostram isso.

Mais de 100 anos após o fim da escravidão, vivemos em uma sociedade em que a maioria da população é negra, mas quase não se vê negros em postos de representatividade, ou nas universidades, ou nas profissões mais consideradas socialmente. Porém, nas periferias, nas profissões com os piores índices de insalubridade e nos trabalhos informais, a maioria é de negros. Ao analisar o Mapa da Violência, os dados são alarmantes. De acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus), 53,3% dos 52.198 mortos por homicídios no Brasil eram jovens e, destes, 71,44% eram negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino. Ao se cruzar os dados históricos com os índices de mortalidade da juventude negra, a tese de que existe um genocídio da juventude negra no Brasil se torna uma triste realidade.

A população negra, portanto, desde a abolição da escravidão, passou a ser sistematicamente perseguida pelo Estado brasileiro, que é estruturalmente racista e reproduz o racismo em todas as relações sociais e institucionais. Isso até hoje pode ser observado a partir dos dados sobre a letalidade policial, sobre a população encarcerada, sobre o nú-

mero de negros que alcançam o ensino superior etc., pois como pontua Bonilla (1997) em seu artigo “American Sociological Review”:

A reprodução de preconceitos raciais nas sociedades contemporâneas é explicado neste quadro, não por referência a um passado há muito distante, mas em relação à sua estrutura contemporânea. Porque o racismo é visto como sistêmico (possuindo uma estrutura racial) e organizado em torno de interesses diferentes das raças; os aspectos raciais dos sistemas sociais hoje são vistos como fundamentalmente ligadas às relações hierárquicas entre as raças nesses sistemas. [p. 476 – tradução livre]

A comprovação empírica de que a juventude negra é a principal vítima da política de segurança brasileira resta incontestável a partir das análises feitas sobre os dados apresentados pelo Mapa da Violência. A partir daí fica comprovado que a vitimização da juventude negra cresceu exponencialmente nesses últimos anos e é maior, em até três vezes, se comparada à da juventude branca.

Pesquisas sobre a vitimização da juventude negra

Dentro da lógica que vem sendo desenvolvida no presente artigo, segue uma análise dos dados sobre a letalidade policial e o encarceramento da população brasileira, em especial de sua juventude. Foi usado como fonte principal para a obtenção desses dados o Mapa da Violência de 2015, a pesquisa sobre Desigualdade Racial e Segurança Pública no Estado de São Paulo promovida pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (Gevac), que é um Grupo de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal sobre homicídios de jovens negros e pobres.

Dados dos homicídios contra a juventude negra

Como conclui o relatório da CPI sobre os homicídios de jovens negros e pobres no Brasil⁵, esse fenômeno é um dos problemas atuais mais desafiadores para a agenda de políticas públicas brasileiras. No Brasil, entre 1980 e 2010, mais de um milhão de pessoas foram vítimas de assassinato, e o homicídio é a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos, atingindo principalmente jovens negros do sexo masculino, com baixa escolaridade, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Em 2013, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2013) na pesquisa “Estudo Global sobre Homicídios 2013”⁶, indicou que cerca de 437 mil pessoas perderam a vida em 2012 no mundo inteiro como resultado de homicídio doloso e mais da metade das vítimas tinham menos de 30 anos de idade. O Brasil ocupa lugar de destaque no estudo, por estar no *ranking* dos países mais violentos, com 11 das 30 cidades mais violentas do mundo. Maceió (AL) é apontada como a 5ª cidade mundialmente mais perigosa.

Esse estudo nos traz uma taxa de homicídios global de 6,2 por 100 mil habitantes, contudo a média brasileira é de 30 vítimas para cada 100 mil pessoas, um dos indicadores mais altos do mundo e que pode ser considerado epidêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

É importante destacar que esse cenário necessita de uma ação urgente do Estado, pois cria um cenário de medo e incertezas para toda a sociedade brasileira. E, quanto maior o medo, maior a percepção do risco. E, quanto maior o risco, maiores as medidas do Estado para pre-

5. Câmara Federal. CPI sobre os Homicídios de jovens negros e pobres. Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/relatorio-final-14-07-2015/relatorio-final-reuniao-de-15-07.15>. Acesso em: 17 mai. 2016.

6. UNODC. Estudos Global sobre Homicídios. 2013. Disponível em: <www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

venção dos riscos que geram muito mais insegurança para a população como um todo, como foi destacado no início deste capítulo.

Mapa da Violência e CPI sobre Homicídios da Juventude Negra e Pobre

Em 2015 foi divulgado o relatório intitulado Mapa da Violência de 2015 – Mortes Matadas por Armas de Fogo⁷, o relatório faz parte do Programa Juventude Viva⁸, os dados apresentados por esse relatório e por dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, também foram apresentados no Relatório da CPI sobre homicídios da juventude negra e pobre.

De acordo com os dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus), é possível afirmar que entre 2001 e 2011, ocorreram 547.490 homicídios, sendo que entre as vítimas 188.378 (34,4% do total) eram brancas e 354.435 (64,7% do total) eram negras. Se consideramos apenas os dados dos homicídios ocorridos entre 2008 e 2011, que totalizam 206.005 homicídios, é possível afirmar que a média anual de homicídios é de 51,5 mil por ano ou de 141 por dia.

Importante destacar que os 62 maiores conflitos armados do planeta, entre 2004 e 2007, causaram um total de 208.349 mortes diretas.

Seguindo o resultado das pesquisas do relatório da CPI, de acordo com o SIM/Datasus, 53,3% dos 52.198 mortos por homicídios no Brasil eram jovens, destes, 71,44% eram negros (pretos e pardos) e

⁷ BRASIL. Mortes Matadas por Armas de Fogo – Mapa da Violência 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

⁸ O Plano Juventude Viva é uma iniciativa do governo federal, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir). O Plano reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano#.V0MGlPkrIdU>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

93,03% do sexo masculino. No Balanço de Gestão da Secretaria Nacional de Justiça é possível observar dados de 2012, e percebermos o aumento nessa porcentagem de 2011 ao analisar que em 2012, morreram 56.337 pessoas vítimas de homicídio, sendo 30.072 jovens, o que equivale a 53,4% do total. Desses jovens, 71,5% eram negros e 93,4% eram do sexo masculino.

No Mapa da Violência de 2015 é possível observar em uma pesquisa do SIM/Datasus, sobre a taxa de homicídios de 2003 a 2012, com recorte racial e regional que, com relação aos níveis de vitimização de negros por armas de fogo, existem estados, como Alagoas e Paraíba, nos quais a diferença no quesito racial nos homicídios por essa modalidade supera a casa de 1.000%. Ou seja, para cada vítima branca de arma de fogo nesses estados, morrem proporcionalmente mais de dez negros, vítimas de homicídio doloso.

Ainda no Mapa da Violência de 2015, é possível perceber que existe uma inegável desproporção entre as vítimas de homicídio de acordo com a sua raça. É possível também observar que em estados que possuem uma população com a classe social mais baixa, economicamente falando, essa desproporção tende a aumentar.

Pode se observar também uma queda da taxa de homicídios contra brancos e um aumento na taxa de homicídios contra negros de 2003 e 2012⁹.

O mais assustador é perceber, pelos dados apresentados, que com o passar dos anos essa taxa de homicídios tende a crescer, o que ratifica a tese de que quanto maior a sensação de insegurança da população e maior a tentativa do Estado de prevenir os riscos, mais insegurança se cria e aumenta o número de vitimização, pois as medidas para a manutenção da ordem se refletem na maior repressão nas periferias do país. Isso nos traz um resultado no Brasil de maior violência contra os jovens negros.

⁹. Gráfico 8.1 – Taxas de homicídios de brancos por AF. População Total. Brasil. 2012. P. 84.

Pesquisa Gevac: Desigualdade racial na segurança pública do estado de São Paulo

Outra pesquisa que merece destaque é a feita pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (Gevac), grupo de pesquisa da UFSCAR coordenado pela professora doutora Jacqueline Sinhoretto, sobre a Desigualdade Racial na Segurança Pública do Estado de São Paulo¹⁰. Nessa pesquisa podemos analisar que a taxa de negros mortos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo é três vezes maior que a de brancos. E nessa pesquisa temos um fator interessante a acrescentar que é o de que os policiais envolvidos são, em sua maioria, brancos, 79%.

Na pesquisa é possível destacar que o índice de negros mortos em decorrência de ações policiais, a cada 100 mil habitantes no estado de São Paulo, é quase três vezes maior que o registrado para a população branca, bem como a taxa de prisões em flagrante de negros chega a ser 2,5 vezes maior que a verificada para brancos.

A pesquisa ratifica a tese de que o racismo, por ser estrutural em nossa sociedade, se reproduz em todas as nossas relações sociais e institucionais e que o Estado, através de seus setores, o reproduz institucionalmente. Dados revelam que 61% das vítimas da polícia no estado são negras, dessas 97% são homens, e 77% têm de 15 a 29 anos. E quanto aos dados sobre o perfil dos policiais, 79% são brancos e 96% são da Polícia Militar.

O número de vítimas entre 15 e 29 anos fica ainda evidente na pesquisa, em que podemos perceber também um pico nas vítimas com idade entre 20 e 24 anos.

Na pesquisa, podemos perceber a diferença numérica entre as vítimas de mortes em decorrência da ação policial quando se refere ao quesito cor. Sendo que em todas as idades o número de negros assassinados pela Polícia Militar é maior que o número de brancos. Mais

¹⁰. Gevac – UFSCAR. Desigualdade Racial na Segurança Pública do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

uma vez confirmando a nossa tese defendida de que existe uma política de estado de extermínio da juventude negra.

Os dados demonstram que existe maior letalidade policial sobre a população negra. Se forem calculadas as taxas de mortos por 100 mil habitantes, dentro de cada grupo de cor/raça, no ano de 2011, é possível destacar que são mortos três vezes mais negros do que brancos. A população negra residente em São Paulo em 2011 era de 14.287.843 e no mesmo ano foram mortos 193, o equivalente a 1,4 homens negros; já a população branca era de 26.371.709 e no mesmo ano foram mortas 131 em decorrência da ação policial, o equivalente a 0,5 homem branco.

A partir desses dados é possível dizer que há três negros para cada branco, vítimas de homicídio, em decorrência de atividade policial.

Diante do que foi apresentado no decorrer deste capítulo, é possível afirmar que a política de segurança pública no Brasil, ao reproduzir institucionalmente o racismo de nossa sociedade, é um fator determinante para a promoção da exclusão, criminalização e extermínio da população negra, principalmente da sua juventude.

A política de criminalização da população negra, a partir da desesperada tentativa de prevenir os riscos e de manter a ordem de uma sociedade estruturalmente racista, causa a sistemática criminalização e exclusão dos negros e negras em nosso país, principalmente da juventude negra.

Genocídio

A palavra “genocídio”, criada por Raphael Lemkin, em 1944, vem da junção da palavra grega “*geno*” (raça ou tribo) com a palavra latina “*cidio*” (matar). Sendo assim, Lemkin definiu a palavra “genocídio” como “o crime de destruição de grupos étnicos, raciais ou religiosos de um país”.

A Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio, em seu Art. 2^o¹¹, estabelece o crime de “geno-

¹¹ ONU. Convenção das Nações Unidas Para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio. Disponível em: <[https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%2078/volume-78-I-1021-English.pdf](https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%202078/volume-78-I-1021-English.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2016.

cídio” como crime internacional, bem como estabelece que as nações signatárias se comprometem a “efetivar ações para evitá-lo e puni-lo”, definindo “genocídio”:

Na presente convenção entende-se por genocídio quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como:

- (a) Assassinato de membros do grupo;
- (b) Causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo;
- (c) Impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial;
- (d) Impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo;
- (e) Transferir à força crianças de um grupo para outro.

Tal termo foi criado com a intenção de designar os crimes que têm por objetivo a eliminação da existência de grupos nacionais, raciais, étnicos ou religiosos.

Para Simone de Alcantara Savazzoni, o crime de genocídio pode ser dividido em três espécies¹²:

- (i) genocídio físico: assassinato e atos que causem a morte;
- (ii) genocídio biológico: esterilização, separação de membros do grupo, e o
- (iii) genocídio cultural: atentados contra o direito ao uso da própria língua; destruição de monumentos e instituições de arte, história ou ciência.

O crime de genocídio, portanto, pontua Savazzoni (2009), trata-se de um crime contra a humanidade e a ordem internacional, já que tem por objetivo acabar com uma etnia, raça, grupo religioso etc. Está consolidado na doutrina que o crime de genocídio trata da defesa de um bem jurídico coletivo, supra individual, cujo titular é o grupo vítima da perseguição, que é entendido como uma coletividade.

¹² SAVAZZONI, Simone de Alcantara. Crime de Genocídio. Disponível em: www.lfg.com.br. Acesso em: 04 jul. 2009.

O nosso Estado Democrático de Direito deve garantir, como pontua a nossa Constituição Federal de 1988, a pluralidade e a diversidade humana, portanto, o crime de genocídio vai ao encontro com os princípios de nossa Constituição da República, além de infringir os bens jurídicos da vida, integridade física e mental.

Além disso, é importante citar o que Kai Ambos diz em seu artigo “What does ‘intent to destroy’ in genocide mean?”¹³:

Um caso em questão seria um racista branco que tem a intenção de destruir o grupo de pessoas negras em uma grande cidade, mas, agindo sozinho, só vai ser capaz de matar alguns membros deste grupo. Levando a sério a estrutura de intenção de crime específico de genocídio, sua intenção genocida seria suficiente para cumprir os elementos de contra ordenação se apenas um dos atos subjacentes, in casu o ‘matando [de] membros do referido grupo (Estatuto do TPI, Art. 6 (a)), foram a ser realizado. Quanto aos crimes contra a humanidade, sobre o genocídio um lado essencialmente constitui um tal tipo de crime em sua semelhança com a perseguição por motivos particulares discriminatórias (ICC Estatuto, Art. 7 (1) (h)). A ‘intenção de destruir’ transforma genocídio em ‘um extremo da forma mais desumana de perseguição’. Por outro lado, a intenção ulterior distingue o genocídio da perseguição e todos os outros crimes contra a humanidade e contribui para a sua ilicitude e seriedade particular. No entanto, enquanto o genocídio pode, então, ser qualificado como crime de intenção especial, isso não responde à pergunta quanto ao significado concreto e grau dessa intenção. (2009, p. 3-4) [tradução livre]

Ou seja, o crime de genocídio tem como cerne a intenção de destruir determinado grupo, por motivos discriminatórios. No caso do Brasil, o genocídio contra a juventude negra, não é somente a intenção de uma pessoa contra toda a população jovem e negra, é uma po-

¹³ AMBOS, Kai. What does ‘intent to destroy’ in genocide means?.Disponível em: <www.icrc.org/eng/resources/documents/article/review/review-876-p833.htm>. Acesso em: 17 mai. 2016.

lítica de Estado, baseada na reprodução do racismo pelas instituições estatais, que visam o extermínio dessa população.

A legitimação do genocídio pelo Sistema de Justiça Criminal no Brasil

É importante destacar que a violência e o racismo no Brasil possuem traços históricos e remontam à própria formação dos movimentos sociais ligados à temática racial no Brasil. Desde a repressão e violência contra os escravos, a luta contra a tortura sobre a população negra é pauta dos movimentos.

O Movimento Negro Unificado (MNU), iniciado em 1978, tem como uma de suas primeiras bandeiras, a luta contra a violência policial. Essa pauta causou polêmica, pois o Brasil ainda vivia em regime ditatorial e o racismo não era visto como um fator social relevante.

O relatório da CPI¹⁴ sobre os homicídios contra a juventude negra e pobre chega a pontuar a violência policial e as teorias do Direito Penal da época como fatores determinantes da criminalização da população negra, como podemos observar no trecho a seguir em que falam sobre os teóricos naturalistas da teoria do crime:

Paralelamente, emergem os teóricos naturalistas e racistas como Cesare Lombroso e Nina Rodrigues que atribuíam as características físicas de negros e índios a sua “tendência” a cometer crimes, chegando a descrever o perfil de um possível criminoso; não por acaso coincidia com as características fenotípicas de homens negros. Nina Rodrigues, por sua vez, ia além e defendia a necessidade de se criarem Códigos Penais distintos para negros/índios e brancos, posto que para as raças “inferiores” os atos criminosos seriam os atos comuns. (2015, p. 34)

Com base nessas teorias e, em conformidade com todo o histórico racista brasileiro, a cor negra passou a ser associada à causa da criminalidade e isso demonstra um senso que passou a ser partilhado na sociedade como um todo e, sobretudo, pela Polícia Militar.

¹⁴. Idem 14. (?)

Como principal agente da manutenção da ordem, a Polícia Militar passa sistematicamente a perseguir a população negra e pobre que fora naturalizada socialmente como a imagem do potencial criminoso. Santos ainda destaca que há um consenso em todos os estudos quanto ao caráter discriminatório das agências encarregadas de conter a criminalidade: a intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões, recaem preferencialmente sobre “os mais jovens, os mais pobres e os mais negros”.

Somado a essas teses, temos o resultado da pesquisa do Gevac supracitada que chegou à conclusão que a Polícia Militar no estado de São Paulo mata três vezes mais jovens negros do que brancos.

Outro fator determinante para esse número alarmante de homicídios causados pela Polícia Militar é o chamado “auto de resistência”, utilizado desde os tempos da ditadura militar para justificar os homicídios cometidos pela PM, com a declaração de que foram casos de resistência seguida de morte. Os autos de resistência faziam com que os processos de casos de homicídios cometidos por policiais militares fossem arquivados sem nenhuma investigação.

No início de 2016, foi publicada uma resolução no Diário Oficial, pelos comandos da Polícia Federal e das polícias civis que aboliu os termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” dos boletins de ocorrência e inquéritos policiais. Essa foi uma vitória de uma luta de anos dos movimentos de direitos humanos e sociais que pregavam o fim dos autos de resistência, porém, é considerada por muitos especialistas uma vitória simbólica, uma vez que não ataca o cerne da questão que é a forma de organização e ação da Polícia Militar, que trata a população, principalmente a mais pobre e negra, como “inimigo do Estado” nessa busca pela manutenção da ordem.

Thomas H. Holloway, em seu livro *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*, analisa o sistema de política criminal carioca e chega à conclusão de que existe todo um processo institucional que permite o encarceramento e a criminalização dos negros e mais pobres, resultado do modo como

o sistema de segurança pública foi desenvolvido com o passar dos anos no Brasil.

As instituições estatais assumiram a autoridade que antes era exercida principalmente pelas hierarquias personalistas. As mudanças conexas incluíram a transição da vontade arbitrária do soberano para procedimentos judiciais baseados amplamente nos direitos do homem e do cidadão, bem como da tortura pública para preencher o espaço público, Michel Foucault, em importante ensaio interpretativo desse processo, vê como resultado uma sociedade “carcerária” ou disciplinada, em que a prisão moderna se torna metáfora da condição de humanidade moderna. (1997, p. 21)

As instituições brasileiras reproduzem as estruturas de poder que existem em nossa sociedade, pois foram designadas para isso. Mesmo o conceito de igualdade formal nunca foi além do *slogan* contido na expressão “para inglês ver”, muito utilizada por brasileiros, que designa a intenção de impressionar as potências da Europa, mas não concretizar de fato na realidade da nossa sociedade. Holloway, em seu livro, disserta sobre isso:

A igualdade perante a lei foi destacada na Constituição de 1824, que regeu formalmente as instituições brasileiras até a queda do Império em 1889, e desde então vem sendo ratificada em documentos semelhantes. No entanto, mais de século e meio depois da promulgação do princípio, um estudioso arguto da cultura brasileira observou que o cidadão no Brasil está sujeito a leis impessoais e ao poder brutal da polícia, que o discrimina sistematicamente e o explora impiedosamente, tornando-o um “igual para baixo”, em clara perversão dos conceitos liberais.

Tendo como pressuposto que as instituições brasileiras ligadas ao sistema de segurança pública estão institucionalmente estruturadas para a manutenção do poder e para a reprodução do racismo, se esclarece o fato do porquê a política criminal brasileira atinge principalmente a população negra e pobre do nosso país.

É importante ressaltar que a Polícia Militar é apenas o soldado de rua dessa política de criminalização. Temos também envolvidos nesse sistema a Polícia Civil que arquiva ou que não investiga os homicídios

cometidos pelos policiais militares, o promotor de Justiça que em vez de proteger a sociedade surge como um carrasco do Estado, justificando a violência policial e criminalizando a população negra, bem como os juízes que arquivam os processos ao invés de dar seguimento à investigação.

As estatísticas apresentadas, bem como o histórico da sociedade brasileira, baseados no racismo estrutural e institucional, servem de contexto e indicadores de que a população negra e pobre desse país, em especial a juventude negra, está sendo vítima de um crime de genocídio.

O Congresso Nacional realizou uma CPI sobre os homicídios contra a juventude negra e pobre que em seu relatório demonstra que no Brasil, as pessoas negras e pobres, principalmente a juventude, vem sofrendo “um tipo diferente e especial de genocídio”. Os argumentos são que juridicamente não há como se falar em genocídio, porém existem dados históricos e sociológicos que comprovam a existência de genocídio:

Procede-se, aqui, a um reconhecimento sociológico, atestando o descalabro da matança desenfreada de jovens negros e pobres no Brasil e a condenação dessa população à falta de políticas que promovam o seu bem-estar. Trata-se de iniciativa que promove a maturidade do Estado brasileiro, que, por iniciativa o Poder Legislativo, dá um passo decisivo para a mudança de tal quadro, independentemente de qualquer ingerência externa em sua História e Soberania. O genocídio com o qual esta Comissão entrou em contato é uma matança simbólica de todo um grupo em meio a uma quantidade absurda de mortes reais. É uma tentativa de amordaçar a vontade, de esmagar a autoestima e de suprimir a esperança da população negra e pobre ao longo dos séculos em que está presente no território deste país. Ao sufocá-la pela quase completa ausência dos serviços mais básicos que o Estado tem o dever de prestar, promove-se o surgimento de todo o tipo de sentimentos negativos, incluindo o medo, na população em relação aos agentes do Estado nos territórios onde a violência se instalou. (2015, p.36)

Ao final da CPI, são propostas diversas medidas para a contenção do número de assassinatos da juventude negra que ocorre no país, bem como políticas públicas de proteção à juventude negra e ao fortalecimento da família e reparação de danos aos familiares das vítimas dos ho-

micídios. O relatório também pauta a importância do fim dos autos de resistência e demonstra como a redução da maioridade penal é mais uma política que perpetua a perseguição contra a população negra no Brasil.

Segurança cidadã

É urgente e necessário que haja uma transformação no sistema e na política de segurança pública no Brasil. Enquanto a segurança de poucos se sobrepuser aos direitos de muitos e enquanto o direito à segurança se mantiver como um direito individual e baseado na manutenção da ordem e prevenção de riscos, o racismo estrutural em nossa sociedade garantirá que a população negra seja sempre a criminalizada, a excluída e a exterminada.

O direito à segurança em um Estado Democrático deve existir em função dos direitos fundamentais. Ou seja, a segurança de todos somente poderá ser garantida se for direcionada à defesa e garantia dos direitos sociais e da cidadania.

A manutenção da ordem não é garantia de segurança – a história tem comprovado isso – e muito menos se adequa a um sistema que se diz democrático. Já a cidadania é o mecanismo que inclui, jurídica e politicamente, e que tem como base o princípio da igualdade.

O sistema de segurança nunca será verdadeiramente público e eficaz enquanto estiver baseado na manutenção da ordem e prevenção dos riscos, pois a prevenção de riscos, em excesso, gera a retirada de direitos de muitos para a garantia dos direitos de poucos, que verdadeiramente comandam as instituições.

O termo genocídio carrega consigo um significado histórico e uma carga que gera um grande impacto nas sociedades em geral, principalmente nos governantes das nações em que esse crime ocorre. Eles se utilizam de subterfúgios para negar a existência da intenção de destruir determinado grupo.

Não à toa muitos teóricos negam a existência de um genocídio dos negros no Brasil, negam até mesmo a existência do racismo. Mas os dados apresentados não deixam dúvidas de que estamos vivenciando

um processo genocida contra a população negra, em especial a juventude, no Brasil.

A negação do genocídio pode ser encontrada em todos os casos de genocídio que ocorreram durante a história mundial. Ela ocorre de diversas e perversas maneiras: seja escondendo os dados, seja negando a autoria, seja dizendo que não se trata de genocídio e, sim, de uma “limpeza étnica” ou de “homicídio em massa”.

O histórico de exploração e criminalização, somados ao racismo estrutural em nossa sociedade, que se reproduz no atual sistema de segurança pública visando à proteção de poucos em detrimento da criminalização de muitos, gera a grande taxa de homicídios contra a juventude negra brasileira. Além disso, gera uma verdadeira política criminal contra os negros e negras no Brasil, que se reflete desde a ação ostensiva do policial nas ruas até os arquivamentos dos processos de homicídios pelo judiciário. Está em curso no Brasil um processo sistemático de exclusão, extermínio e criminalização do povo negro que tem como foco a população jovem.

Referências bibliográficas

- AMBOS, Kai. *What does 'intent to destroy' in genocide means?* Disponível em: <www.icrc.org/eng/resources/documents/article/review/review-876-p833.htm>.
- BRASIL. Mortes Matadas por Armas de Fogo – Mapa da Violência 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>.
- CÂMARA FEDERAL. CPI sobre os homicídios da juventude negra e pobre. Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/relatorio-final-14-07-2015/relatorio-final-reuniao-de-15-07.15>.
- CHARNY, Israel W. *A Classification of Denials of holocaust and others genocides*. Disponível em: <www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14623520305645?journalCode=cjgr20#.V0MSbfrIdU>.
- FABRETTI, Humberto Barrionuevo. *Segurança Pública e Cidadania: Fundamentos Jurídicos para uma abordagem constitucional*. 2014. 1ª Edição. Atlas.
- FLAUZINA, A.L.P. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. 2006. Brasília Disponível em: <www.cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf>. Acesso em: 17 mai 2016.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. 2008. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2002. Tradução de Raquel Ramalhe. 26ª Edição. Petrópolis: Vozes.
- GEVAC – UFSCAR. Desigualdade Racial na Segurança Pública do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf>.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 2011. 5ª ed. Fundação Perseu Abramo.
- HOLLOWAY, Thomas H. – *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. 1997. 1ª Edição. FGV.
- LEMPKIM, Raphael. Genocide. *American Scholar*, v. 15, n. 2 (April 1946), p. 227-230. Disponível em: <www.preventgenocide.org/lemkin/americanscholar1946.htm>.
- MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. *Abolição no Brasil: a construção da liberdade, Revista HISTEDBR Online*. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf>.
- Museu Histórico do Holocausto. Linha Cronológica sobre o Conceito de genocídio. Disponível em: <www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007095>. Falta data do acesso
- SANTOS, T.V.A (2012). *Racismo Institucional e violação de direitos humanos no sistema de segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial*. São Paulo.
- SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Crime de Genocídio. 2009. Disponível em: <www.lfg.com.br>.
- SCHABAS, William A. Convention for the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, p. 1. Disponível em: <http://legal.un.org/avl/pdf/ha/cppcg/cppcg_e.pdf>.
- SMANIO, Gianpaolo; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. *Introdução ao Direito Penal: Criminologia, princípios e cidadania*. 2012. 2ª edição. Atlas.
- UNODC. Estudo Global sobre Homicídios 2013. Disponível em: <www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>.

Mercantilização da juventude, consumo e degradação do trabalho

Anderson Campos

Vivemos um tempo em que emergem novas formas de reprodução do capital, cuja configuração se expressa nas relações capital-trabalho. Acumulação e competição consolidam-se como referência de modo de vida, esvaziando o significado humano. A vida é reduzida à busca da sobrevivência, não mais à satisfação das vontades.

O presente artigo busca inserir o tema trabalho de jovens no debate sobre os rumos da luta pela superação do projeto societário neoliberal. A vida da juventude, ao ser ocupada de maneira quase absoluta pela dedicação ao trabalho, é sequestrada por um padrão de acumulação do capital que degrada e retira sentidos de viver.

Organizamos este artigo em três partes. Na primeira, tratamos da mercantilização da juventude como parte do regime de acumulação capitalista hegemônico desde os anos 1970. Na segunda, buscamos explicitar o padrão de inserção ocupacional do segmento juvenil da população brasileira, à luz dos modelos econômicos vigentes. Por fim, apontamos alguns aspectos que podem fornecer uma agenda de estudo (quicá, de luta social) sobre a juventude na sociedade neoliberal.

Regime de acumulação flexível, vida para o presente

Desde o início dos anos 1970, temos vivenciado a emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Um novo ciclo de organização do capitalismo emergiu, comprimindo o tempo e o espaço e estabelecendo um modo flexível de acumulação do capital.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972 (HARVEY, 2008, p. 135).

A recessão de 1973 resultou no solapamento do compromisso fordista como resposta sistêmica. Reestruturação econômica e reajustamento social e político inauguraram uma nova ordem mundial.

[...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinta (op.cit., p. 140).

O regime de acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Ainda segundo Harvey, a acumulação flexível envolve um outro movimento, chamado por ele de compressão do espaço-

-tempo no mundo capitalista. Significa a brutal e abrupta redução dos horizontes temporais de tomadas de decisão privada e pública.

O globo encolhe e os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente. Inaugura nova era de expectativas decrescentes, algo vivido em regime de urgência (ARANTES, 2014, p. 67).

Os sistemas de produção flexíveis possibilitaram intensamente a aceleração do ritmo de inovação das mercadorias. Porém, para que essa aceleração da produção pudesse garantir o giro do capital, foi necessário reduzir drasticamente o tempo de consumo das mercadorias. A diminuição do tempo de duração da mercadoria foi uma solução encontrada. Criar, ininterruptamente, novas necessidades de consumo, tornou-se a regra básica, resultando em fortes impactos culturais. Tudo, em todas as dimensões da vida, pode se tornar mercadoria, de forma efêmera e espetacular.

Desde o coração dessas transformações – a sociedade norte-americana – vimos crescer a mercantilização da imagem do adolescente. Ao ser considerado como importante fatia do mercado consumidor, foi criada uma cultura juvenil sedutora para esse momento do sistema capitalista. Uma geração vista como problemática, mas, também, como espelho refletor da sociedade americana do pós-guerra:

Muita da insistência sobre os jovens como consumidores – novo e gigantesco mercado que se abriu à venda da Coca-Cola, goma de mascar, balas, discos, roupas, cosméticos, acessórios para carros e carros usados – podia ser transmitida, apesar dos tons de escândalo, ao prazer secreto de ver confirmada a filosofia do consumo que representava uma bíblia do bem-estar americano (FONTENELLE, 2002, p. 54).

Viver a juventude passou a significar viver apenas o presente. A sensação da vida que é vivida no imediato, descomprometida com planos, é compatível com o consumo de mercadorias de vida curta. A imagem da juventude tornada mercadoria poderia ser vendida e comprada por adultos e idosos. A cultura jovem foi integrada à produção de mercadorias em geral, processo intensificado conjuntamente com o uso da propaganda e da publicidade pela concorrência

empresarial. Mercadorias igualmente descartáveis, compatíveis com a cultura descartável.

A mercantilização da imagem da juventude desvela também a funcionalidade dos preconceitos para a exploração do trabalho. Ser jovem equivale a ser flexível, adaptável, maleável para as mudanças constantes nas relações sociais de trabalho, para a vida instável e a aventura que se tornou a inserção na sociedade. A rigidez, palavra símbolo do regime fordista – portanto, antagonista da acumulação flexível – equivale à idade, ao velho, ao trabalhador dependente das leis e da proteção das instituições (seja do sindicato, seja do Estado). O capitalismo flexível impõe a formatação de trabalhadores abertos ao curto prazo e aos riscos, sem dependência das leis. A ênfase na flexibilidade muda o significado do trabalho (SENNET, 2007, p. 9).

A vida está organizada para o presente. A observação de Sennet é contumaz: a inexistência do longo prazo afrouxa os compromissos e divorcia a vontade do comportamento (*op. cit.*, p. 33). O comportamento humano flexível deve ser tênsil, ou seja, ser adaptável às circunstâncias, mas não quebrado por elas (*idem*, p. 53). Enverga, mas não quebra. Mas o risco de quebrar é iminente. Não é uma condição humana promissora. É, antes de tudo, uma condição deprimente (*ibidem*, p. 97).

Existe uma relação intrínseca entre a degradação do trabalho na era do capital monopolista e o consumismo no modo de vida (BRAVERMAN, 1980). Diante da constatação de que os trabalhadores perderam o controle do projeto e do ritmo do trabalho¹, novas formas de disciplina de trabalho foram criadas para motivá-los, para elevar sua moral. O trabalho industrial reduzido à rotina deixou de ser fonte de satisfação pessoal. Os trabalhadores foram estimulados a encontrar a satisfação na esfera do consumo.

¹. Com a introdução da administração científica e a divisão do trabalho entre as tarefas de planejamento e execução.

A inserção da juventude brasileira

A vitória política-ideológica do liberal-conservadorismo no Brasil nos anos 1990 é expressa pela teia complexa de reformas estruturais envolta pela ortodoxia, fundada em juros permanentemente altos; câmbio valorizado, exceto em momentos de crise; política fiscal hostil ao avanço dos investimentos e das políticas públicas (GIMENEZ, 2008, p. 95).

O sentido da flexibilização das relações de trabalho deve ser entendido como parte das mudanças em curso na ordem capitalista mundial. Deve, portanto, atender à dupla necessidade dos empresários: garantir liberdade para definir as condições de uso, de contratação e de remuneração do trabalho, e permitir que o volume e o preço da força de trabalho sejam ajustados, de forma a reduzir o custo (KREIN, 2013).

O resultado do liberalismo vitorioso nos anos 1990 foi estagnação econômica e aprofundamento da subordinação da política econômica à lógica dos mercados financeiros globalizados.

Esse modelo de desenvolvimento destruiu postos de trabalho, reduziu o poder de compra dos salários, aumentou a quantidade de empregados sem carteira assinada e de autônomos e criou obstáculos profundos para a organização sindical. A redução do custo do trabalho foi um elemento decisivo do ajuste neoliberal. As mutações sofridas nas relações de trabalho e no papel do Estado no período de hegemonia neoliberal no Brasil produziram efeitos devastadores sobre o padrão de inserção ocupacional da juventude brasileira, consolidando-a como segmento mais vulnerável.

A diminuição da renda dos salários e o aumento do desemprego, ao rebaixarem as condições de vida das famílias, forçaram os adolescentes e jovens a buscar trabalho como forma de sobrevivência coletiva. Eleva-se substancialmente o excedente de mão de obra, acentuando a concorrência em condições ainda mais desfavoráveis. Trata-se de uma força de trabalho mais desqualificada e com menor experiência. Em um mercado de trabalho altamente flexibilizado, o segmento mais frágil torna-se a principal vítima dos mecanismos de precarização: é o alvo certo da rotatividade no emprego e da informalidade. O impacto central da precarização é a ausência de proteção social (CAMPOS, 2010, p. 52).

A partir de 2006, a opção por uma política econômica desenvolvimentista, recuperando a postura do Estado na promoção do desenvolvimento, garantiu novo patamar para o crescimento econômico brasileiro. A política social dos governos Lula evidenciou as possibilidades do crescimento apoiado no mercado doméstico e na expansão da demanda agregada. As políticas de elevação da renda e de estímulo à expansão do crédito ajudaram a estruturar um mercado de consumo de massas capaz de dar sustentação ao novo ciclo de crescimento.

O país passou a vivenciar avanços importantes nas condições de vida de gigantescas parcelas da sua população. A combinação do crescimento econômico com distribuição de renda permitiu a retomada da mobilidade social. As mudanças no padrão de consumo ocorreram fundamentalmente na base da pirâmide social, fazendo emergir um consumo de massas de baixo custo, não restrito aos bens duráveis e serviços. Verificamos a elevação do consumo popular de tecnologias de informação e comunicação e de acesso a bens culturais.

A capacidade de consumo consolida-se como mecanismo definidor de identificação de individualidades. O avanço das tecnologias de informação em redes globais permitiu impulsionar fortemente um consumismo desenfreado e alienante. A promoção do consumismo – ou seja, além do consumo de bens e serviços baseados em necessidades reais – faz parte da estratégia para impulsionar o consumo de massas.

O crescimento econômico do país esteve assentado, no período recente, na expansão do consumo das famílias. Assim, o crescimento real na renda média da população ocupada impactou diretamente o consumo das famílias, que passou a representar cerca de 60% do PIB ao longo dos últimos anos. Dada sua dimensão estratégica, foi alvo dos principais esforços anticíclicos após a crise de 2008 (POCHMANN, 2010; 2012).

Os padrões de consumo das diferentes camadas da população não são idênticos. Senão, o consumo dos diversos bens seria homogêneo: “Todos buscam o padrão de vida da classe média, definido pelas práticas da classe média alta, mas a percepção que têm desse padrão e sua capacidade de alcançá-lo é imperfeita e enviesada” (EARP & PAULANI, 2014, p. 474).

O trabalho de Earp & Paulani (2014) dá importantes indicações sobre o consumo de bens culturais no período recente. A mudança no padrão de consumo de bens duráveis em paralelo com o crescimento e a distribuição da renda “implicou uma mudança no espaço público de sociabilidade que desviou o interesse dos consumidores para novas atividades propiciadas pela difusão do uso de computadores e da internet” (*op. cit.*, p. 471). O aspecto da diferenciação pelo consumo é enfatizado pelos autores, tratando de padrões (no plural) de consumo das diferentes camadas da população, sempre com o anseio de alçar ao consumo das camadas superiores de renda. Outro aspecto relevante da vida, que contribui para conformar o nosso olhar sobre a dinâmica social, é o aparecimento de novos espaços para troca de experiências entre as pessoas, relacionados diretamente aos novos padrões de consumo, como o espaço de sociabilidade virtual (*idem*, p. 477-480).

A realidade brasileira, conforme analisou Novais & Cardoso de Mello (2009, p. 82), é de uma sociedade assentada num capitalismo plutocrático, que combina “concentração gigantesca da riqueza e mobilidade social vertiginosa, concentração de renda assombrosa e ampliação rápida dos padrões de consumo moderno, diferenciação e massificação”. É sobre as fragilidades econômicas do nosso capitalismo periférico, com uma precariedade assustadora, que a vida social brasileira está posicionada (*op. cit.*, p. 93).

Baltar (2014, p. 324) alertou para o fato de que, apesar de ser a exportação – principalmente de produtos manufaturados – o elemento que reativa a economia, é o consumo e o investimento que reforçam o crescimento do PIB. O impacto imediato da crise de 2008 foi sobre a exportação e o investimento, que diminuíram fortemente em 2009 (*op. cit.*, p. 356). A ação do governo foi importante para manter o crescimento do PIB nos anos seguintes. O esforço governamental para a consolidação do sistema de proteção social, o aumento do valor do salário-mínimo e a preservação da seguridade social ao valor do salário-mínimo foi fundamental. (*op. cit.*, p. 363)

Porém, a manutenção da estratégia centrada no consumo das famílias demonstrou sinais de esgotamento quando o endividamento se

tornou fenômeno robusto. As instituições financeiras e as empresas que produzem bens de consumo instigam o endividamento. Este, por sua vez, provoca um ciclo vicioso, pois seu pagamento acaba por ser efetivado por um novo empréstimo, com juros maiores. É o que pode ser constatado pela análise da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF):

Os dados da POF por faixa de renda mostram que, apesar de a proporção de domicílios de baixa renda ter diminuído consideravelmente, sua participação no consumo total se elevou. Tal fato é explicado pelo motivo de a relação gasto-renda dessas famílias ter subido consideravelmente (quase dobrando na faixa de renda mais baixa). Isso é um indício do papel que o crédito teve na sustentação do consumo das famílias de baixa renda. De fato, o peso da intermediação financeira nessas faixas subiu entre as POFs 2002-2003 e 2008-2009 [...] (IPEA, 2016, p. 39).

Os limites do processo de mobilidade que vigorava desde 2004 derivam do baixo desempenho do processo de desenvolvimento recente no que se refere aos desafios da reindustrialização e do progresso tecnológico.

[...] seria este desenvolvimento mais avançado e com amplas repercussões nos serviços produtivos, ao lado da recuperação da infraestrutura social, que poderia gerar novas oportunidades para ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas (QUADROS, 2015, p. 11).

Ampliamos a diferenciação e não a universalização necessária do indivíduo. Ao analisar a mobilidade social ascendente na primeira década dos anos 2000, Quadros (2010) privilegiou não apenas a ótica do consumo, mas também o perfil social dos trabalhadores por meio da estrutura ocupacional. O autor constata que o padrão de vida usufruído pela baixa classe média, *a tão decantada classe C*, parece um “mero simulacro daquilo que nas condições brasileiras pode ser chamado de classe média”.

No âmbito educacional, apenas têm acesso a escolas públicas degradadas ou particulares com mensalidades mais baixas e de qualidade no mínimo duvidosa. Na saúde, se não contarem com um plano

corporativo decente, dependem da rede pública deteriorada ou de planos de saúde baratos e precários. E esta precariedade estrutural se reproduz na habitação, transporte, segurança, alimentação, cultura, lazer, entretenimento e em todos os demais aspectos que efetivamente definem as condições de vida (QUADROS, 2010, p. 18).

A retomada do crescimento econômico, com base forte no desenvolvimento social e na geração de empregos, ocorreu paralelamente à permanência do quadro de precarização das relações de emprego no Brasil. A juventude brasileira, majoritariamente inserida de forma precoce no mercado de trabalho, agiganta os aspectos desse problema estrutural. As fragilidades das políticas de Estado voltadas para o fortalecimento da proteção social universal e para a regulação pública do trabalho condicionam os jovens ao negativo padrão de inserção ocupacional (CAMPOS, 2010).

De um lado, as opções políticas e econômicas dos governos brasileiros entre 2003 e 2012 produziram impactos positivos para a vida da juventude condenada à exploração do trabalho desde criança. Tanto as crianças de 10 a 14 anos quanto os adolescentes de 15 a 17 anos passaram a vivenciar redução em suas taxas de participação no mercado de trabalho (IPEA, 2013). De outro, os jovens inseridos no mercado de trabalho formal mantêm-se vitimados pela forte flexibilização e precarização das relações de trabalho, uma vez que essa faixa etária é fortemente absorvida pelos segmentos com maior rotatividade no emprego e que utilizam formas atípicas de contratação² (COURSEUIL, 2013; CAMPOS, 2010).

Compartilhamos a ideia segundo a qual a origem social é determinante para as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho (CAMPOS, 2010; CORROCHANO *et al.*, 2008; MTE, 2010; OIT, 2009; POCHMANN, 1998). De acordo com as PNADs dos anos recentes, cerca de um terço dos jovens brasileiros podem ser considerados pobres, uma vez que vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário-mínimo (SM). Verificando famílias

² Sobre as formas atípicas de contratação ver KREIN (2013).

com renda domiciliar *per capita* entre meio e dois SMs, o percentual chegava a 60% dos jovens do país. As condições sociais verificadas a partir da renda das famílias impõem limites para escolha sobre o momento de colocar sua força de trabalho à venda.

A análise de Corrochano *et al.* (2008) traz dados reveladores sobre a condenação precoce ao trabalho. Entre os jovens que só trabalham, os mais novos são também os mais pobres. Ou seja, quanto mais pobre for a família, mais cedo o jovem necessita entrar no mercado de trabalho. Ele acaba tornando-se uma fonte de renda extra para a família, como forma de contribuir com a sobrevivência coletiva. Análise da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009), sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, concluiu que quanto mais precoce a entrada no mercado de trabalho mais precária tende a ser a inserção laboral e maior o prejuízo para a formação educacional das pessoas, contribuindo para a reprodução da situação de pobreza. Os jovens oriundos de famílias com as menores rendas abandonam mais cedo seus estudos, se comparados aos filhos de famílias com as maiores rendas. Eles são obrigados, pela condição econômica da família, a dedicar integralmente o seu tempo ao trabalho³.

A busca da sobrevivência estabelece-se como principal elemento impulsionador da inserção ocupacional dos jovens⁴.

O desemprego juvenil tem características específicas e mesmo em situações de crescimento econômico permanece mais alto em relação ao desemprego dos adultos⁵. Do total de jovens de 16 a 29 anos, 50,5%

3. Enquanto parte considerável dos jovens pertencentes a famílias de baixa renda ainda ingressam no mercado de trabalho aos 14 anos, em situação de trabalho ilegal, sem concluir o ensino fundamental, os jovens de renda mais elevada ingressam aos 18 anos, principalmente em situações de trabalho protegidas e tendo completado o ensino médio (MTE, 2010).

4. O padrão de inserção ocupacional é a trajetória predominantemente traçada pelo segmento juvenil da população em idade ativa (PIA) na transição da inatividade para o mundo do trabalho (POCHMANN, 1998).

5. Análises da OIT sobre desemprego juvenil nos países da América Latina demonstram que, embora necessário, o crescimento econômico não resolve por si o problema do desemprego entre os jovens (OIT, 2007).

estavam desempregados em 2009 – início da crise econômica mundial –, diante da média de 8,3% na taxa de desocupação (DIEESE-CUT, 2011).

Ao analisar a literatura sobre as razões da elevada taxa de desemprego juvenil, Corrochano (2011) encontrou explicações na própria esfera produtiva, tanto na oferta quanto na demanda de trabalho.

Do lado da oferta, há um custo menor para os jovens em abandonar empregos, devido aos baixos salários e à menor probabilidade de manter uma família quando comparados aos adultos – por mais que não se possa desprezar o contingente significativo de jovens que são chefes de domicílio ou contribuem para a renda familiar. [...] outro fator econômico é que os custos da demissão dos jovens são menores que os dos adultos. Diversos aspectos contribuem para isso: menor investimento realizado na qualificação e treinamento dos jovens, menor sujeição dos jovens à legislação trabalhista e menos dispêndios com as indenizações, dado o menor tempo de trabalho. Por tudo isso, em termos econômico-financeiros, é mais barato demitir um jovem que um adulto em momentos de retração (*op. cit.*, p. 53).

A juventude é um grupo etário consideravelmente fragilizado do ponto de vista da estabilidade no emprego. Para o grupo de trabalhadores de 15 a 24 anos, a rotatividade atinge 72% (IPEA, 2013). Ou seja, sete em cada dez jovens nessa faixa etária perdem seus postos de trabalho ao longo de um ano. Para os mais velhos, é um pouco menos da metade (41%). A rotatividade da mão de obra passou de 45% em 2001 para 53,8% em 2010 (DIEESE-CUT, 2011). Os estabelecimentos em setores de alta rotatividade tendem a empregar uma parcela maior de trabalhadores jovens.

Ainda assim, o término dos contratos temporários é a forma mais frequente de desligamento dos jovens do que as demissões por parte das firmas (IPEA, 2013). Na Europa já é uma realidade a presença de jovens em trabalhos atípicos, incluindo os empregos temporários e trabalhos em tempo parcial⁶. As taxas de rotatividade no Brasil, que se

⁶ O emprego juvenil a tempo parcial como proporção do total do emprego juvenil na Europa era de 25% em 2011. Outros 40% dos jovens empregados na região trabalhavam com contratos temporários (OIT, 2013).

mantêm entre as mais altas na comparação internacional, são reflexo importante da hegemonia da regulação privada do mercado de trabalho. As restrições à demissão em massa são meramente econômicas (DIEESE-CUT, 2011).

Conforma-se uma tendência de maior instabilidade nas trajetórias iniciais de vida. Sob bases materiais frágeis, as condições de concorrência são muito desfavoráveis.

Em trabalhos anteriores, nos esforçamos em caracterizar os elementos do padrão de inserção ocupacional dos jovens no Brasil (CAMPOS, 2010; 2013). Seriam eles:

- a. O desemprego como marca central da inserção;
- b. A juventude como um grupo etário considerado fragilizado do ponto de vista da estabilidade no emprego;
- c. Os vínculos de trabalho são mais frágeis no contrato de jovens;
- d. São longas as jornadas de trabalho a que são submetidos os jovens, com efeitos sobre a impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, bem como sobre a saúde dos trabalhadores;
- e. A divisão sexual do trabalho tem um peso significativo na experiência juvenil;
- f. A remuneração dos jovens é baixa, consequência do grau de precarização dos postos de trabalho ocupados por eles;
- g. A condição social da juventude rural brasileira apresenta-se como verdadeiro risco para a reprodução da agricultura familiar.

A busca pela sobrevivência na sociedade estruturada desigualmente possibilita o barateamento da força de trabalho juvenil. Portanto, ocupações com predomínio de jovens são paradigmas de desvalorização do trabalho. A sobrevivência como objetivo central da inserção no mercado de trabalho reduz a busca por satisfação pessoal e projetos de vida de longo prazo.

A juventude na sociedade neoliberal

Recorremos à formulação desenvolvida por Dardot & Laval (2013) para explicar a sociedade neoliberal, extrapolando a explicação do neoliberalismo como projeto político-econômico. Segundo os autores, trata-se de uma dinâmica social em que a norma do mercado se estende e se impõe para além do mercado. O neoliberalismo estrutura e organiza tanto a ação dos governantes quanto a conduta dos próprios governados. Consideram, portanto, que o processo de subordinação se desenvolve como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que constituem um modo novo de governar homens e mulheres segundo o princípio universal da concorrência.

Esse princípio necessita, para se aplicar universalmente, do consentimento ativo e participativo dos concorrentes-empresas (empresas-pessoas e sujeitos-empresa).

a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da competência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (*op. cit.*, p. 15).

A ideia de mercado é introjetada na vida social, por meio da interiorização dos valores dominantes: diferenciação, hierarquia, disciplinas, o reconhecimento positivo da desigualdade. O mais importante não é ter acesso, mas o que vem junto com o acesso: afirmação da diferença, da hierarquia. Os autores recuperam, assim, o pensamento de Foucault (2010), cujo método de análise considera o *governo* como *atividade* mais do que como *instituição*.

Foucault (*op. cit.*) considera que a naturalização do mercado altera a ordem: a naturalização do mercado é a percepção de que o mercado nasce junto à sociedade e não por decisões oriundas desta. O mercado é visto como tendo existência em si. “A sociedade regulada pelo mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio norteador não é tanto a troca de mercadorias, antes os mecanismos de concorrência” (*idem*, p. 191). Busca-se reproduzir uma sociedade sujeita à dinâmica con-

correncial, “não uma sociedade de supermercado, mas uma sociedade de empresa” (*ibidem*).

No contexto de mudanças nas regras de funcionamento do capitalismo são modificadas radicalmente os modos de exercício da dominação. É exacerbada uma subordinação a um certo tipo de racionalidade política e social articulada com a mundialização e financeirização do capitalismo (DARDOT & LAVAL, *op. cit.*, p. 190).

A conduta individual, na sociedade neoliberal, é normatizada pelo modelo da competência como necessidade vital. “A adaptação de uma situação de competência considerada como natural se converteu na consigna da conduta individual, assimilada a um combate pela sobrevivência” (DARDOT & LAVAL, *op.cit.*, p. 47). O mercado assume papel central como um processo subjetivo: “processo de descobrimento e de aprendizagem que modifica os sujeitos ajustando-os uns com os outros” (*idem*, p. 139).

O mercado se concebe como um processo de autoformatação do sujeito econômico, como um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinário mediante o qual o sujeito aprende a conduzir-se. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. É autoconstrutivo. (*idem*, p. 140).

A política neoliberal é estratégica para dar multiplicidade à forma empresa no interior da sociedade: fazer do mercado, da concorrência e da própria empresa aquilo que se poderia chamar o poder formador da sociedade (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 193).

Um plano de trabalho para localizar o segmento juvenil da população na sociedade neoliberal deverá considerar as políticas neoliberais, tratando-as como práticas de disciplinamento que se estendem também a domínios que comumente são considerados não econômicos.

A teoria do capital humano deve ser entendida, sob essa forma de análise, como um tipo de programação neoliberal (FOUCAULT, *op.cit.*, p. 284). Um processo de autoformatação do trabalhador, que se entende, ele próprio, como uma espécie de empresa. Formar capital humano significa fazer investimentos educativos (*idem*, p. 289).

No âmbito das relações de trabalho, a inserção precarizada e a estrutura ocupacional devem ser observadas com base nas condições materiais de reprodução, que condicionam as posições determinadas para jovens no mercado de trabalho.

A mobilidade social assentada no consumo e na diferenciação deve ser observada como política de coesão de uma sociedade fragmentada pela desigualdade estrutural.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Paulo E. *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- BALTAR, Paulo. “Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil”. In: CALIXTRE, A. et al. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília, IPEA, 2014, pp 335-468.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CAMPOS, Anderson. *Juventude e ação sindical: crítica ao trabalho indecente*. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, 2010.
- CAMPOS, Anderson. “Juventude trabalhadora entre o estudo, o trabalho e a ausência de ambos”. In: KREIN, J. D. et al (orgs.). *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempo de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo, Annablume, 2009.
- CORROCHANO, Maria Carla et al. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo, Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.
- CORROCHANO, Maria Carla. “Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil”. In: Papa, F. C. & Freitas, M. V. (Org). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo, Peirópolis, 2011.
- COURSEUIL, Carlos Henrique et all. “A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro”. In: IPEA. *Boletim mercado de trabalho – conjuntura e análise*, 55, 2013.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. *La nueva razón del mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Barcelona, Gedisa, 2013.
- DIEESE. *Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos*. Mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo, 2008.
- DIEESE-CUT. *Mercado de trabalho e o desafio da organização sindical*. São Paulo (mimeo), 2011.

- EARP, Fábio de Sá & PAULANI, Leda Maria. “Mudanças no consumo de bens culturais no Brasil após a estabilização da moeda”. In: *Nova Economia*, 24. Belo Horizonte, UFMG, 2014.
- FONTENELLE, Isleide A. *O nome da marca: McDonald’s, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Lisboa, Edições 70, 2010.
- GIMENEZ, Denis M. *Ordem liberal e a questão social no Brasil*. Economia Social e do Trabalho, 3. São Paulo, LTr, 2008.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 2008.
- IPEA. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, nº 55, 2013.
- IPEA. *O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise estrutural a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais e da Pesquisa de Orçamentos Familiares*. Texto para Discussão 2209. Rio de Janeiro, 2016.
- KREIN, J. Dari. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. Economia Social e do Trabalho, 8. São Paulo, LTr, 2013.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Agenda nacional de trabalho decente para a juventude*. Brasília, MTE, 2010.
- NOVAIS, F. & CARDOSO DE MELLO, J.M. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. São Paulo, Unesp, 2009.
- OIT. *Trabajo decente y juventud: América Latina*. Lima, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2007.
- OIT. *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília, Escritório da OIT Brasil, 2009.
- OIT. *Tendencias mundiales del empleo juvenil 2013: una generación em peligro*. Ginebra, 2013.
- POCHMANN, Marcio. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo, ABET, 1998.
- POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2010.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- QUADROS, Waldir. *Melhorias sociais no período 2004 a 2008*. Textos para Discussão, n. 176. IE/Unicamp, maio, 2010.
- QUADROS, Waldir. *Paralisia econômica, retrocesso social e eleições*. Texto para discussão n.249. (Campinas: IE/IUnicamp, 2015).
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, Record, 2007.

Ocupar e resistir: pautas e desafios do movimento estudantil hoje

Rodrigo Toneto e Matias Rebello Cardomingo

Desde o início do século XX, quando se consolidaram as organizações estudantis no país, até hoje, o Movimento Estudantil (ME) se transformou profundamente. Diante das novas formas de organização da juventude, o ME que já representou um dos únicos espaços de militância para jovens, precisa repensar e entender sua atuação ao se tornar apenas mais uma das manifestações de militância jovem. Ainda assim, ele guarda profundas relações com o espírito que norteava as ações de seus primórdios: algumas pautas ainda permanecem, desafios inerentes a uma coletividade que se une a princípio por sua condição de juventude também continuam, mas principalmente utopias que seguem vivas no cotidiano de nossa militância.

Assim, entre a revisão de tradições, a construção de novas bandeiras e a repactuação com as utopias, o Movimento Estudantil avança revolucionariamente. Uma revolução dupla, como apontado por Octávio Paz¹: por um lado é a revolução da órbita que gira em torno de um mesmo eixo, revendo sempre o lugar de onde partiu para saber por onde caminhar, mas por outro, e principalmente, é a revolução

¹ Paz, Octávio. Os filhos do Barro: do Romantismo à vanguarda. São Paulo, 2013. Cosac Naify.

disruptiva que nós, jovens, queremos colocar para o mundo. Então, somados os dois movimentos, a revolução para o autor se torna uma espiral que orbita em torno de um eixo mas avança, cada vez mais rápido, rumo a um futuro desejado.

Por isso, é com muita alegria e dose grande de responsabilidade que escrevemos esta contribuição para o livro da Fundação Perseu Abramo, na certeza de que iniciativas como essa devem ser cada vez mais frequentes e louvadas. Buscaremos apresentar ao longo do texto nossa percepção do que hoje são as pautas e desafios maiores do movimento estudantil brasileiro, tendo em vista justamente este movimento de espiral que falávamos há pouco: voltando à história, para que entre tradições e utopias encontremos caminhos para nossa militância cotidiana.

É com esse espírito que escolhemos o mote deste texto: Ocupar e resistir. Ao mesmo tempo que é uma homenagem aos movimentos secundaristas que têm tido papel fundamental na agitação e organização da juventude, e também porque acreditamos que ele sintetiza de forma objetiva boa parte dos desafios colocados para nós. Ocupar, seja os espaços de fala, as posições de deliberação, os locais de destaque na política nacional, as escolas, as ruas e resistir ao avanço do conservadorismo, à retirada de direitos, à violência das autoridades, aos que tentam nos calar. Ocupar e resistir para repensarmos o papel e os desafios do movimento estudantil hoje.

Movimento Estudantil ontem e hoje

Quando as entidades estudantis começaram a se organizar no início do século passado, destacando aqui a pioneira Federação dos Estudantes Brasileiros de 1901 e finalmente a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, o movimento estudantil era o principal, senão único, espaço de militância da juventude. Naquele momento, portanto, havia uma imbricação muito maior entre pautas de juventude e pautas estudantis fazendo com que em determinados períodos não fosse clara uma diferenciação entre os dois movimentos. E, também, posto que era um movimento majoritariamente de universitários

num país muito mais desigual do que o que temos hoje, o movimento estudantil surge como um movimento restrito. Muito embora tenha conseguido travar lutas importantes desde o início, como a conhecida campanha “O petróleo é nosso!” promovida com vigor pela recém-criada UNE, o movimento ainda carecia de participação popular.

O cenário hoje é diferente, ao mesmo tempo em que a juventude tem se organizado para além do movimento estudantil, nas comunidades de bairro, movimentos culturais, nos próprios sindicatos, no combate a qualquer tipo de opressão, ampliando o movimento jovem como um todo, o próprio movimento estudantil também se massificou, com a expansão das universidades públicas, a criação do Proni, FIES e do sistema de cotas raciais e sociais. De acordo com Mesquita (2003):

Analisar o movimento estudantil [hoje] é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes. Assim, acreditamos que não exista um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter cruzam.

Dessa forma, seria pretensioso demais acreditar que nessas poucas páginas conseguiríamos abordar de maneira satisfatória toda essa miscelânea de vertentes e grupos que compõem o que é o movimento estudantil contemporâneo. Vamos nos ater àquilo que acreditamos ser comum e característico do movimento estudantil como um todo, buscando traçar paralelos históricos e criando algumas categorias na medida em que elas podem nos auxiliar a compreender esse fenômeno social sobre o qual falamos, no qual militamos.

Nesse sentido um apontamento é relevante: estamos escrevendo enquanto militantes do movimento estudantil universitário da Universidade de São Paulo (USP). Este é o lugar de onde falamos e a perspectiva que baliza nosso discurso. Não pretendemos aqui falar por

todo o movimento estudantil nacional, considerando a pluralidade regional, além da variedade entre aquilo que fazemos na universidade e a atuação ao longo do ensino médio. Tampouco nos colocamos na posição de pesquisador distanciado de seu objeto de estudo. Enquanto estamos escrevendo este texto ocorrem processos dos quais estamos participando ativamente, estamos tocando a militância, organizando atividades e construindo o nosso núcleo. Fazemos essa ressalva tão somente para deixar claro que escrevemos este texto também como tarefa militante. Acreditamos que faltam espaços para que aqueles que estão cotidianamente construindo os processos políticos possam fazer uma reflexão sobre o seu próprio movimento e militância. Além disso, quando estes espaços de reflexão existem, dificilmente são colocados entre os debates prioritários a juventude e o movimento estudantil e é justamente por isso que reafirmamos a importância desta oportunidade de que nos dá a Fundação Perseu Abramo.

Ainda, muito embora nossa perspectiva seja delimitada por nossa experiência, buscaremos traçar um panorama tão completo quanto conseguirmos dos grandes desafios do movimento estudantil brasileiro hoje, e esperamos que este texto possa contribuir para o debate acerca desta ferramenta de luta e transformação social que acreditamos ser o ME.

Caracterização do Movimento Estudantil enquanto um Movimento Social

Há uma série de contradições e desafios que se colocam ao tentarmos entender o que é movimento estudantil, para que e para quem ele serve. Uma primeira dificuldade surge ao se tentar caracterizar o movimento estudantil enquanto um movimento de juventude e conseqüentemente tentar definir o que é essa categoria juventude. Muito embora o debate sobre a existência de “juventudes”, em vez de juventude, seja maior e mais profundo do que o escopo deste texto, há que se mencionar essa discussão. Em trabalho clássico, Bourdieu (1984)²

² Bourdieu, P. (1998), O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

caracteriza a juventude, tal qual a velhice, como uma construção social para definir uma relação de poder entre este grupo e outros (notoriamente os adultos), mas reforça que não é possível estabelecer este como critério suficiente de agrupamento entre pessoas, isto é, a idade biológica de um determinado conjunto de indivíduos ser a mesma não seria suficiente para caracterizá-los enquanto grupo. Há diferenças fundamentais entre jovens, diferenças de classe, raça e gênero que não permitem tratarmos a juventude como um grupo homogêneo. Dessa maneira, qualquer caracterização de juventude que não leve em conta essas diferenças perde uma chave interpretativa fundamental dos movimentos jovens: sua pluralidade e todas as vantagens e os muitos desafios que essa gama diversa de atores políticos coloca para a organização, por exemplo, do ME.

Outra contradição inerente ao movimento estudantil universitário brasileiro é o fato de ele ser historicamente composto por jovens de classe média. Muito embora esse traço classista do ME tenha mudado recentemente com as novas políticas de acesso ao ensino superior e também com o novo movimento que tem surgido com força dentre os secundaristas das escolas públicas do país, ainda é um ponto a ser debatido. Há duas principais razões para a perpetuação desse perfil, a primeira, que vem sendo alterada com as políticas mencionadas, é que o perfil do jovem universitário no Brasil é de um jovem de classe média, classe média alta, morador de regiões mais centrais. Outro motivo é que pela própria lógica de funcionamento do movimento estudantil tradicional – inúmeras reuniões, dedicação intensa a tarefas em horários diversos, eventuais viagens – a juventude periférica encontra grandes dificuldades em conseguir participar dessas atividades porque ela muitas vezes precisa trabalhar enquanto estuda e, também, não pode se dar ao luxo de perder aulas, demorar mais tempo para se formar e outras coisas que os militantes de classe média naturalizam. Sobre esse debate citamos a contribuição do sociólogo Carlos Menegozzo (2014)³:

³ Disponível em: <http://teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/nova-classe-trabalhadora-e-o-movimento-estudantil&page=0,0>.

Em outras palavras, embora diferentes classes componham a população estudantil, é na classe média que a passagem da condição de aluno (“categoria em si”) à de estudante (“categoria para si”) é favorecida. Existem aí a expectativa de ascensão pela educação (a reforçar a relação do aluno com o estabelecimento de ensino) e a frustração com o curso e a profissão (presente também entre os alunos de origem popular, mas atenuada entre as classes dominantes). Com o tempo livre advindo da relativa desresponsabilização para com o próprio sustento e a relativa autonomização em relação à família possibilitada pela ocupação em tempo parcial (situação menos provável entre alunos de extração popular), essa frustração pode ser reelaborada coletivamente no espaço da universidade e gerar politização. Isso pressupondo a instituição como espaço agregador – coisa que já não acontece como nos anos 1960. (...)

Quanto à relação do movimento estudantil com a “nova classe trabalhadora”, pode-se concluir, em caráter de hipótese, o que se segue. Primeiro: não obstante as disposições progressistas existentes nesse segmento estudantil, sua condição de classe tende a desfavorecer a disposição quanto à mudança educacional. Segundo: tais condições restringem as possibilidades de participação num movimento com as características do estudantil, problematizando tanto a possibilidade de que se possa estabelecê-lo como movimento constitutivamente popular quanto a expectativa de que a politização dos estudantes da “nova classe trabalhadora” se manifeste plenamente por aí. Nessa limitação, todavia, reside um enorme potencial, frequentemente negligenciado: ligado à sua comunidade de origem por vínculos fortes, esse estudante desempenha um papel de formador de opinião no seio da “nova classe trabalhadora”, podendo servir de ligação entre os setores médios radicalizados e as periferias neste momento de relativa ascensão das lutas populares.

Nesse último ponto reside um dos grandes desafios para aqueles dispostos a repensar as estruturas do movimento estudantil, a saber: como tornar esse espaço de militância mais permissivo e interessante para a juventude periférica, conseguindo cada vez mais popularizar o movimento estudantil.

Ainda sob a perspectiva de classe, outra discussão importante que se coloca para o movimento estudantil é sua relação com os demais

movimentos sociais e de trabalhadores, uma vez que em relação a estes movimentos o ME é composto por indivíduos, em média, de maior renda e possui uma agenda de reivindicações mais abstratas. Como debatido por Menegozzo (2014) e Saes (2004), os estudantes diante da perspectiva da educação como ferramenta de ascensão social e do seu caráter transformador, somado ao privilégio de poderem obter vivências universitárias amplas e de espaços de política, manifestam sua posição de estudante por meio de demandas da ampliação de oportunidades de ensino, estando aí o germe da politização que potencialmente ultrapassa reivindicações do próprio âmbito da universidade. Diante disso, portanto, e em relação aos demais movimentos sociais cuja pauta reivindicatória é mais concreta e impacta de forma direta seus militantes (seja salário, emprego, terra, casa), é privilegiado no sentido de propiciar espaços que com frequência transcendem o escopo da vida universitária *stricto sensu*.

Como último desdobramento do grande debate sobre movimento estudantil e classe, vale a pena debatermos a associação entre movimento estudantil e a esquerda e seu potencial transformador. É esperado enquanto um movimento de reivindicação que a forma de funcionamento e a proximidade ideológica do movimento estudantil se deem com o campo progressista, embora, como em qualquer movimento, esta não seja a única possibilidade. Inclusive, o seu recorte de classe, como discutido acima, possibilita a disputa pela direita de forma mais lógica, inserida na ideologia predominante na classe média de se colocar enquanto aluno, e essa posição ser vinculada exclusivamente a um projeto de ascensão social. Ainda segundo Menegozzo:

Outro aspecto dessa ampliação aparece no próprio sentido do protesto: carentes de um projeto próprio de sociedade, os setores médios se voltam contra os obstáculos de sua própria perspectiva de ascensão, podendo sofrer polarizações à esquerda e à direita, servindo às forças da reação ou da revolução. Isso, a partir da politização das frustrações e disposições próprias dessa classe, tal como o descontentamento com as condições de ensino ou seu estilo de participação “iluminista”, que, pretendendo falar

em nome de outros setores no papel de vanguarda esclarecida, pode servir de estímulo ao engajamento no meio popular.

Diante disso, debate-se se o papel do movimento estudantil é ser uma vanguarda revolucionária, um *locus* de formação dos quadros partidários, ou se por sua condição essencialmente pequeno burguesa está fadado a ser capturado por autointeresses e ficar à margem do processo político. São todos debates fundamentais, mas que passam ao largo do objetivo deste texto. Entendemos, como coloca Menegozzo, que a partir do momento em que se caracteriza a categoria estudante pode-se melhor compreender o potencial transformador do movimento estudantil:

Pois a ideia de “estudante” é mais complexa que isso. Corresponde a um grupo ou “categoria social” que se constitui não apenas naquela condição objetiva compartilhada, mas também no reconhecimento dos interesses comuns suscitados por aquela condição compartilhada. Em outras palavras, a condição de “estudante” representa uma “categoria para si” derivada da condição de “aluno”, entendida como “categoria em si”. Ser estudante é mais que ser aluno: é olhar para o mundo e agir sobre ele desde esse ponto de vista particular.

Movimento estudantil para quê?

Diante dos debates e contradições traçados na seção anterior, buscaremos agora pontuar como enxergamos a atuação do movimento estudantil e seu potencial transformador não enquanto categorias abstratas, mas por meio daquilo que aprendemos na prática cotidiana de nossa militância e demais experiências com as quais tivemos contato. Destacamos dentre os pontos importantes da experiência do movimento estudantil e daquilo que se apresenta para nós como sua função enquanto movimento social: a perspectiva de ser para muitos um primeiro espaço de militância e formação política, uma força capaz de melhorar as condições materiais do espaço na qual ela se insere, desde a sala de aula, até a escola, universidade e, por fim, como ferramenta

de mobilização e transformação inserida num contexto mais amplo de disputa ao lado de outros movimentos sociais.

Na perspectiva individual, se é que uma experiência profundamente marcada pelos espaços de socialização e política tal qual o movimento estudantil possui uma perspectiva que se possa chamar de individual, ele é para muitas pessoas o primeiro contato com a militância política, quando não com a política em si. Seja no movimento secundarista, ou no universitário, as experiências de gestões de grêmios e centros acadêmicos, a realização de assembleias, fóruns de discussão, coletivos feministas, negros, LGBT's, núcleos de extensão, greves, ocupações, constituem um espaço de formação militante para os jovens que participam do movimento. Além disso, o próprio ambiente universitário que é, por excelência, um espaço de formação, permite que os debates de formação política, tanto prática quanto teórica aconteçam de forma privilegiada no movimento estudantil. Sendo assim, reafirma-se a importância do ME como capaz de emancipar politicamente seus militantes e formar importantes quadros políticos. Por mais divergências que se possam ter sobre este ser um papel do movimento estudantil, factualmente é algo que ocorre: importantes quadros políticos do país iniciaram sua trajetória de militância no movimento estudantil e deve-se levar isso em conta ao pensar o papel deste movimento e, portanto, a sua defesa.

Nesse sentido, por sua característica de grupo como colocado anteriormente, os espaços do movimento estudantil configuram importantes ambientes de socialização e que ampliam a vivência universitária, em nosso caso, de forma significativa. Fazendo com que os militantes criem vínculos e um sentimento de pertencimento muito diferente dos demais alunos que enxergam a experiência universitária restrita à sala de aula. Acreditamos e defendemos este movimento, um que possa ser considerado matéria curricular da vida universitária.

Para, além disso, é grande a importância dos espaços culturais, esportivos para a juventude de modo geral, no movimento estudantil não é diferente. Estranhamente, alguns militantes do movimento estudantil da esquerda resistem em caracterizar festas, torneios univer-

sitários, debates acadêmicos como atividades que possuem importância política. De outro lado, os setores conservadores do movimento estudantil, embora entendam a importância desses espaços, optam por não politizá-los. É preciso que enxerguemos o potencial que essas atividades possuem na construção tanto de uma experiência universitária mais ampla para todos os estudantes, inclusive aqueles que não conseguem ou não desejam participar ativamente do movimento estudantil, tal qual como espaços de disputa de narrativa.

Um exemplo claro disso são os jogos universitários que passam por um debate intenso no período recente. A partir do momento que se entendeu que aqueles eram espaços que deveriam refletir os acúmulos que a comunidade universitária trazia, que não estavam livres de disputa política e que se os setores progressistas não fizessem essa disputa os conservadores a hegemonizariam, foi possível qualificar este debate. Foi possível banir em muitos casos os cantos machistas, classistas, racistas e homofóbicos e iniciar este debate em muitos outros cursos. Foi essa disposição em politizar os espaços de integração que possibilitou em 2014 e 2015 a realização da CPI da Faculdade de Medicina da USP, trazendo à tona diversos casos de assédio, estupro e abusos ocorridos dentro da faculdade e acobertados pela diretoria e pela reitoria. Ainda que situações como essa sigam ocorrendo, o avanço nessa área é notório.

Este é o ponto em que a perspectiva mais individual da experiência do movimento estudantil, converge para o segundo ponto, que é a capacidade deste movimento de transformar a realidade na qual se insere. A organização dos estudantes e formação de muitas entidades estudantis num primeiro momento se deram, historicamente, por questões referentes ao espaço de ensino, qualidade do curso, problemas com professores entre outros. Ainda hoje, a faceta do movimento estudantil mais aparente para aqueles que estão de fora dos fóruns do movimento é justamente nessa esfera, sendo a garantia de assistência e consequentemente permanência estudantil de maior destaque. Em muitas localidades, o centro acadêmico, ou entidade equivalente, é responsável por fazer estas mediações entre as demandas individuais dos estudantes, que se transformam em demandas coletivas por meio da organização política destes, junto à

burocracia universitária. Seja por meio de simples conversas, em muitos casos, ou mesmo de fortes manifestações, como as greves e ocupações. Embora o movimento estudantil seja mais diverso do que as demandas do cotidiano acadêmico dos alunos, esse caráter mais sindical do movimento ainda ocupa um importante lugar nos debates entre forças do ME e representam uma das formas mais importantes que as entidades estudantis têm para se legitimar diante do corpo discente.

Atualmente, além dessas pautas que ainda se colocam - contratação de professores, aumento do número de cópias para os alunos, reformas nas salas de aula e salas de estudo -, o entendimento da vivência universitária como algo mais amplo, o avanço de diversas pautas por fora da universidade bem como a politização dos espaços de convívio, possibilitou a ampliação do escopo do ME para pautas como as de opressão, falta de democracia interna na universidade, democratização do acesso, entre outros. A luta por cotas raciais e sociais, por exemplo, é um acúmulo cada vez maior do movimento estudantil e que se reflete nos diversos embates que foram travados pelos estudantes visando garantir essa política nas mais diversas localidades e reafirmando o potencial transformador do ME.

Novamente, chegamos ao ponto em que as caracterizações estanques que fizemos das funções do movimento estudantil convergem. Neste caso as lutas internas à universidade coadunam-se com as disputas estaduais ou nacionais e entram num espaço mais amplo de debate. O destaque que algumas pautas do âmbito da Universidade possuem, combinadas com o potencial agitativo e organizativo do movimento estudantil, fazem com que este seja uma ferramenta importante de diversas lutas travadas nacionalmente. A instituição da lei federal de cotas, a garantia do Prouni e FIES, a luta pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, pela garantia dos 10% do PIB para a educação, são alguns exemplos recentes de pautas nacionais, que tocam direta ou indiretamente o cotidiano de todos os universitários, e que foram colocadas pelas instâncias do movimento estudantil.

Por conta justamente dessa posição favorável que ocupa, o movimento estudantil está também presente em debates que *prima facie* fo-

gem de seu escopo, como foi a luta contra o golpe militar de 1964 e o golpe parlamentar de 2016, o combate à retirada de direitos trabalhistas, a colaboração na luta pela reforma agrária e diversas outras mobilizações que aconteceram na história do país nas quais o movimento estudantil se coloca como instrumento de luta aliado aos setores progressistas.

A novidade secundarista

Embora tenhamos explicitado ao longo do texto certas diferenças entre as organizações estudantis universitárias e secundaristas, a vivacidade e o vigor desses últimos, assim como sua maior relevância no período recente cobram uma reflexão um pouco mais detalhada. Nos dois últimos anos podemos afirmar que os secundaristas protagonizaram jornadas de repercussão nacional e relativo sucesso em divulgação de suas pautas, ainda que com resultados incertos sobre suas demandas.

No ano de 2015 as escolas da rede estadual em São Paulo se tornaram palco de ocupações em resposta ao programa de “reorganização escolar” proposto pelo governo do estado. Estima-se que no auge dessas ações em torno de 250 estiveram ocupadas, segundo dados da Apeoesp. Um movimento de amplitude surpreendente constrangeu o governador Geraldo Alckmin, obrigando-o a demitir seu secretário de educação, Herman Vorwald, e que terminou por promover a suspensão da “reorganização” para aquele ano.

O segundo grande movimento foi no ano passado, quando um movimento estadual de ocupações, iniciado no Paraná, se espalhou pelo país e chegou a quase mil unidades de ensino ocupadas, entre colégios e universidades. Mais impressionante é o fato do estado originário ter contado com ocupações em quase 850 escolas, em um total de 2.114. A mobilização dessa vez era motivada pela Reforma do Ensino Médio proposta por Mendonça Filho, ministro da educação de Michel Temer, e pela proposta de impor “teto às despesas públicas”, congelando o valor real delas durante 20 anos.

Nenhum dos movimentos foi vitorioso por completo, tanto a “reorganização” está sendo gradativamente realizada, como a Reforma

do Ensino Médio e o teto dos gastos foram aprovados. Contudo, o constrangimento gerado por essas mobilizações foi significativamente maior do que aquele já conseguido por movimentos universitários em período recente. Em parte isso se relaciona com a facilidade em se manifestar solidariamente ao movimento devido à adesão massiva de jovens ainda menores de idade. Ao mesmo tempo, o fato de ambos movimentos declararem-se *apartidários*, ainda que perceptivelmente de esquerda, facilitava a ampliação de seu arco de influências em um período de ojeriza aos partidos e à política de modo geral.

Contudo, esse *apartidarismo* deve ser visto para além de seu papel em reduzir barreiras de diálogo e ser pensado em sua conexão direta com o *autonomismo* desses movimentos. Apesar de ajudados por organizações partidárias e movimentos sociais, destacava-se a organização e tomada de decisões coletivas que consistiam na forma de organização primeira de ambas as mobilizações. Sua conexão com movimentos autonomistas, por exemplo, no papel relevante do Coletivo O Mal Educado nas ações paulistas, já foi destacado como um nexos possível entre esses momentos e as grandes mobilizações de Junho de 2013, encabeçadas pelo Movimento Passe Livre, também autonomista. (JANUÁRIO *et al.*, 2016)⁴

Outra característica comum a ambos era o caráter *negativo*, tal como propõem Januário *et al.* (2016), no sentido de se organizarem contrariamente a determinadas medidas, refutando não só a proposta final, como a própria lógica de formulação da política pública que combatiam. Ou seja, em São Paulo negava-se não apenas a reorganização, como também a certeza de que ela se fazia imprescindível e inevitável; no Paraná, o discurso de Ana Júlia no plenário da Assembleia Legislativa buscava contrapor uma necessária reforma do ensino médio àquela proposta pelo governo de forma autoritária e com formulação insulada dos setores de maior participação na educação. Nesse sentido, é interessante notarmos que o movimento universitário já conta com acúmulos significativos ao redor de reivindicações propositivas, como as *cotas raciais*.

⁴ Revista Fevereiro, n. 9: www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12.

Se a novidade secundarista coloca novas perspectivas de organização, também indica a necessidade de formularmos mecanismos para tornar suas reivindicações concretas aos ambientes institucionais, de modo que possam atuar através de contrapropostas úteis para negociações. Além disso é preciso não idealizar nenhum movimento, seja universitário ou secundarista, a novidade e a força com que estes estudantes tomaram conta do noticiário do país deve ser destacada, assim como precisamos nos atentar para a relação tensa que tem com partidos, que ainda constituem importante ferramenta de mobilização social, e o caráter em larga medida liberal do discurso “nós por nós”.

Desafios e perspectivas

Diante de tudo o que colocamos, pretendemos encerrar esta contribuição levantando pontos cruciais que acreditamos que devam passar os debates sobre movimento estudantil, além de diagnósticos nossos de quais são as dificuldades e os desafios colocados para as nossas organizações.

Há desafios que são estruturais dadas as características do movimento estudantil e outros que se colocam na conjuntura em que vivemos de avanços das forças conservadoras. Elencaremos alguns desses pontos para debatermos com mais qualidade.

1. Rotatividade do Movimento Estudantil: aprendizado e memória

Há um diagnóstico compartilhado por boa parte dos militantes do movimento estudantil de que uma das dificuldades de se construir debates mais perenes e pautas mais amplas é a grande rotatividade característica deste espaço. A condição de estudante é transitória, entra-se na faculdade (ou no colégio, mas focaremos aqui no movimento universitário) alguns com mais ou menos tempo fazem o salto que colocamos acima da condição de aluno para o entendimento de ser estudante e então se vincula a grupos, organiza-se militância e quando se ganha musculatura política e condições de conduzir processos mais

importantes, o militante normalmente está perto de se formar e acaba se desligando dos espaços do movimento. É da lógica universitária que haja esse ciclo, espera-se que isso aconteça, o militante pode sair do movimento estudantil e militar em outros espaços, levando consigo a experiência adquirida, nisso não parece haver grandes desafios. A questão é que a experiência que acumulamos individualmente dificilmente é repassada para aqueles que chegaram na militância depois de nós. Há então uma tendência dos mesmos debates se repetirem com frequência sem que grandes acúmulos sejam feitos, o que permitiria ao movimento avançar com mais firmeza e qualidade.

Há dificuldade análoga, em certa medida, no debate sobre políticas públicas com relação a transformar uma política de gestão em uma política de estado. Ou seja, é difícil que pautas que atingiram o consenso em determinado momento se mantenham unânimes ao longo de gerações e, que a partir disso, qualquer grupo que venha a dirigir o movimento consiga em tese avançar nessas pautas. Também é difícil, por conta da alta rotatividade das gestões das entidades, que políticas iniciadas em determinado ano e que estejam em processo de amadurecimento sejam mantidas pelas gestões seguintes, uma vez que a tendência padrão do movimento é tentar sempre redescobrir a roda e patentear-la.

Dessa forma, conseguir criar estruturas que permitam a troca de experiência bem como tocar políticas que se mostrem importantes e suficientemente boas para permanecerem ao longo dos anos é especialmente importante. Isso na esfera do possível, não cabe a nós o julgamento moral de que o *certo* seria que os grupos tivessem maturidade de reconhecer o que é bom e o que é ruim e manterem essas políticas a princípio, isso não caberia na política. Mas o que sem dúvidas não só cabe, como é dever das estruturas políticas, é criar narrativas que sustentem estes projetos e cuja disputa constante a qual eles são submetidos sirva de alicerce, caso saiam vitoriosos, para que perdurem por mais tempo. Não há saídas fáceis, mas colocar isso no horizonte das gestões e dos grupos permite uma revisão tática de como conduzir os processos de tal forma que a perenidade das ações passe a ser uma preocupação.

2. Amplitude da participação

Após termos vivido uma sequência de fatos políticos de massas como Junho de 2013, passeatas contrárias e favoráveis ao golpe e as ocupações de escolas em 2015 e 2016, é importante o questionamento sobre formas de se manter o debate político tão presente no cotidiano das pessoas. Ainda que esses sejam momentos de inflexão e singulares, a baixa adesão ao cotidiano do movimento estudantil universitário pela massa dos estudantes merece ser objeto de reflexão.

Com graus variados, pode-se dizer que os ambientes institucionalizados, como assembleias, costumam funcionar para que as organizações políticas possam articular entre si, com um reduzido número de estudantes autônomos, rumos para o movimento legitimados por fóruns mais amplos de deliberação. Sem insinuar nenhuma espécie de dirigismo ou aparelhamento dessas instâncias, é preciso reconhecer que sua legitimidade enquanto fórum máximo do movimento é garantida mais por uma inércia institucional e concepções convergentes das diversas organizações, do que por sua representação numérica. De forma semelhante, greves e trancaços, por vezes costumam ser conduzidos por aqueles mais integrados a organizações, sejam elas partidárias, ou redes de ativistas políticos anarquistas.

Portanto, é importante destacar a importância de movimentos organizados para a existência contínua do ambiente político estudantil. Para além disso, a capacidade das organizações articularem a mobilização universitária com outras reivindicações externas, como foi o caso da *Greve Geral* de abril de 2017, dificilmente seria obtida sem elas. Nesse sentido, cabe também destacar a predominância de partidos e movimentos de esquerda na estruturação cotidiana do movimento, sem que isso necessariamente reflita as preferências ideológicas do corpo estudantil.

A falta de participação da direita organizada e dos estudantes conservadores dos ambientes de discussão do movimento exclui a perspectiva da direita desses ambientes. Ainda que essa maior pluralidade do discurso político não resultasse em maior participação, sua ausência acaba permitindo que, por vezes, o debate se radicalize de forma pouco propositiva ao movimento como um todo.

3. A direita no movimento estudantil e a reorganização das forças conservadoras

Contudo, a não participação das organizações de direita nos fóruns de discussão não significa sua inexistência enquanto grupo político. De maneira crescente, partidos, principalmente PSDB, PSD e PMDB – nesse caso unicamente conservadores –, e movimentos, como o MBL, vêm estruturando sua participação no movimento estudantil. Com matizes quase tão plurais quanto a esquerda, ainda que em menor grau devido ao tamanho numérico reduzido, a unidade desse bloco decorre primordialmente da oposição que fazem ao nosso campo.

Sua organização de forma estruturada, tal como é possível perceber no ambiente uspiano, tem início anterior ao processo do *impeachment*, contudo foi durante esse período e acompanhando a onda conservadora do país que esses movimentos ganharam força. Suas pautas, contudo, ainda parecem não estar bem estabelecidas para atuar no ambiente universitário que aparenta ser, em média, mais progressista que o conjunto da sociedade. Por diversas vezes são vacilantes e não propõem um projeto explícito, muito embora deixem transparecer o norte de sua atuação: contrária a uma universidade mais popular, em defesa de cobranças de mensalidade com um discurso travestido de igualdade social e com grande capacidade de se apropriar do debate sobre opressões de maneira liberal e mercadológica.

4. Entidades, coletivos e novas formas de organização

A multiplicidade de organizações estudantis vai para além das atléticas, já mencionadas, e centros acadêmicos, assim como também supera os coletivos organizados ao redor de pautas como o combate ao racismo, lgbtfobia ou coletivos feministas. Conta-se com diversos grupos de extensão, cursinhos populares, empresas juniores e baterias que organizam outras demandas incapazes de serem todas articuladas no ambiente político.

O interessante dessa variedade, contudo, é sua estranha relação com o ambiente político. Apesar de não terem todos um vínculo imedia-

to com orientações políticas, acabam por articular estudantes de uma forma organizada passível de ser utilizada em momentos de mobilização. Seja através de vínculos pessoais, ou institucionalizados entre essas entidades, é comum que processos eleitorais ou manifestações locais passem por uma mobilização que utilize da estrutura dessas entidades para atingir um maior número de estudantes não necessariamente conectados com o cotidiano político do ambiente universitário.

Tal como os coletivos modernos que organizam jovens através de demandas específicas, ou pautas segmentadas, essas outras entidades podem acabar por afastar pessoas de uma participação política mais ativa. Contudo, possibilitam atrair uma maior variedade de interesses e servem igualmente para construir uma vivência universitária para além da sala de aula que podem resultar em maior engajamento a respeito dos sentidos dados a universidade como um todo.

Conclusão

Temos convicção de que há muito mais dúvidas e desafios do que respostas e certezas sobre os rumos do Movimento Estudantil. O ME é uma categoria ampla que engloba movimentos de diferentes características e perspectivas, qualquer esforço de tentá-lo categorizar em definições estreitas pecará por deixar de lado suas diversas heterogeneidades, que acreditamos ser justamente o que torna este espaço tão forte e especial.

Entendemos que é dever das organizações partidárias, de movimentos sociais e demais entidades repensar sua relação com a juventude como um todo, inclusive com o movimento estudantil. Para que tenhamos nos jovens não reprodutores de velhos vícios, mas impulso propulsor da mudança que é sempre necessária para oxigenar e renovar as estruturas das organizações. Mais do que isso, enxergamos no movimento estudantil um espaço privilegiado de formulação e de debate político, mas esses debates têm que ser cada vez mais massificados, conseguir tocar aqueles estudantes que não conseguem estar presentes no cotidiano do movimento e principalmente ir além dos

muros das universidades e escolas, se tornando, cada vez mais, uma ferramenta de transformação social e disputa no sentido de um projeto democrático, popular e socialista.

Referências bibliográficas

- JANUÁRIO, A. CAMPOS A. MEDEIROS, J. RIBEIRO, M. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, n. 9. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12>>.
- MENEGOZZO, Carlos Henrique M. *Nova classe trabalhadora e o movimento estudantil*. 2014. Disponível em: <http://teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/nova-classe-trabalhadora-e-o-movimento-estudantil&page=0,0>.
- BORDIEU, P. (1998), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro, Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66. 2003, 117-149.
- PAZ, Octávio. *Os filhos do Barro: do Romantismo à vanguarda*. São Paulo, 2013. Cosac Naify.

A juventude camponesa e o modelo de produção no campo

Coletivo Nacional de Juventude do MST¹

Este artigo é resultado de uma série de debates e elaborações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através do coletivo de juventude. Por isso é uma compilação de vários temas já elaborados pela juventude sem terra nos seus diversos espaços de estudos e reuniões. Traz como temas centrais: a atualidade da luta de classes no campo nesse contexto histórico, uma caracterização sobre a realidade da juventude camponesa, as principais bandeiras de luta que a juventude do campo tem enfrentado e os desafios atuais. Tem como subsídios teóricos: o Programa Agrário do MST de 2014, no bojo da realização do seu VI Congresso Nacional, o Caderno de Formação da Pastoral da Juventude Rural, em preparação para sua assembleia nacional de 2017.

O modelo de produção capitalista tem total hegemonia no campo brasileiro atualmente. Esse modelo é expresso pelas empresas do agrobusiness, que utilizam grandes extensões de terras para monocultura, uso intensivo de agrotóxicos para destruir o meio ambiente e produ-

¹ O coletivo nacional de juventude faz parte da estrutura orgânica do MST. Foi criado em 2005 durante a realização da I Assembleia Nacional da Juventude Sem Terra na Marcha Nacional por Reforma Agrária.

ção voltada à exportação; pelas grandes empresas de mineração, que roubam do povo brasileiro a soberania dos minérios que estão nas mãos do grande capital; e pelas grandes barragens.

Até a década de 1990, os camponeses enfrentavam como inimigo no meio rural o latifundiário atrasado. Hoje, o que enfrentamos no campo é uma forte aliança entre empresas multinacionais, latifundiários, grandes bancos, mídia burguesa e Estado brasileiro. Essa aliança é o que domina o mercado nacional e hegemôniza a agricultura brasileira. Portanto, há claramente uma mudança na luta de classes do campo, de um lado, as forças produtivas do capital que avançam a passos largos no campo brasileiro, de outro, o campesinato tem a tarefa de pensar mediante esse novo cenário, um novo modelo de agricultura camponesa. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

O capitalismo mundial, a partir da década de 1980, ingressou numa nova fase de seu desenvolvimento, sendo agora hegemônizado pelo capital financeiro e pelas empresas privadas, oligopolizadas, que controlam o mercado mundial das principais mercadorias. Isso significa que o processo de produção de riquezas continua sendo realizado pelo trabalho da esfera da indústria, agricultura e do comércio. No entanto, as taxas de acumulação e divisão do lucro se concentram na esfera do capital financeiro e das grandes empresas privadas capitalistas oligopolizadas que atuam em nível mundial. (segundo dados do PNUD – Agência de Desenvolvimento das Nações Unidas, as 700 maiores empresas controlam 80% do mercado mundial). (Programa Agrário do MST, 2014, p.9).

Tais reflexões levam os movimentos camponeses, de forma geral, a também avançarem na compreensão sobre qual alternativa para o campo. Além de propor que a terra seja distribuída, há uma compreensão que só a terra não basta para a sobrevivência no campo e que a reforma agrária não é só dos camponeses(as), mas uma batalha de toda a sociedade brasileira. Por isso, chegam a definição de uma proposta de reforma agrária popular, na qual se mantém a distribuição de terra como central, mas também a produção de alimentos saudáveis ao

povo, a agroecologia como mudança do modo de produção, a educação e a cultura e democratização do Estado.

No que se refere à juventude, antes de entrarmos na especificidade da tarefa, se faz necessário refletir um pouco sobre esse sujeito “jovem” e o seu tempo. Ele existe em relação ao outro que não é jovem, e em relação aos demais em seu tempo. Como ser social está inserido no mundo do trabalho, mas ocupa um espaço diferente na produção, sua experiência histórica diferencia-se dos demais.

Abramo vai dizer que o tempo da juventude é uma criação burguesa, na qual é possível um tempo de “mais liberdade” e de menos “compromissos produtivos”. Seguem autores afirmando que é o tempo de “não trabalho”, liberado para o estudo e outras vivências. Esse tempo vem carregado de significados: “tempo da rebeldia, da aventura, da inconseqüência, do desbravamento”. Esse sentimento existe também entre a classe trabalhadora, porém sua condição de classe não permite ao jovem esse tempo, aqui a materialidade da reprodução da vida desses jovens entra em contradição com a “ideia de juventude”.

É um sujeito que está em permanente disputa. O capitalismo cria a juventude e logo a destrói, pois não é possível para a classe trabalhadora gozar desse tempo de “maior liberdade”, pelo contrário, ela vive privações ainda maiores, como o desemprego, a falta de acesso à universidade, bens culturais, entre outras. Cria-se desse modo uma disposição política de luta, determinada pela contradição da alienação do trabalho. Essa disposição é determinante para a formação de um jovem com consciência crítica. O capitalismo cria as próprias ferramentas para a sua destruição, como cria também os mecanismos de contenção da radicalidade social, portanto a disposição apenas não basta.

O tempo de juventude consiste em um tempo de afirmação enquanto sujeito, é o tempo que forma sua personalidade e só a desenvolve com um coletivo. Isso exige mais espaços de sociabilidade e, é aí que se forma a consciência coletiva, na relação entre as pessoas, quanto menor a intensidade de relações, maior o limite para desenvolvimento da consciência. Ao mesmo tempo, está sujeito a uma consciência in-

gênuo ou crítica, o jovem não tem necessariamente uma consciência crítica ou revolucionária, ele está sujeito a posições conservadoras.

Sabemos que vivemos sob a hegemonia do “homem burguês” (aqui entendido, não como categoria sociológica, mas como tempo histórico em que se encontra a sociedade), mesmo assim é necessário insurgir contra ele, contestando-o. Para formarmos sujeitos emancipados, estes precisam viver sob um outro tipo de relação. Precisamos de relações que permitam aos jovens a construção de valores socialistas e humanistas. É a própria vivência das contradições da sociedade e dos desafios da classe trabalhadora que possibilitará a experiência necessária para formar a juventude que a proposta de reforma agrária popular necessita.

Reforma Agrária Popular

O programa de Reforma Agrária Popular (RAP) que é fruto de um acúmulo teórico e prático do MST, mas sobretudo dos camponeses(as), sintetiza a estratégia de resistência ao modelo do capital no campo, o agronegócio. Ele demarca uma mudança na natureza da Reforma Agrária, essa passa a ter um caráter *popular*, se posiciona no cenário da *luta de classes*, e tem como inimigos os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais. Propõe um processo de acúmulo de forças em torno da construção de um projeto de campo que abranja as necessidades e demandas de todo povo brasileiro; pretende obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais; organizar e politizar nossa base social; ampliar e consolidar as alianças com os demais setores da classe trabalhadora na construção das mudanças estruturais da sociedade.

Na atualidade, a luta pela terra e pela reforma agrária se transformou, mudou de natureza frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvol-

vimento do país, a reforma agrária é cada vez mais urgente e necessária. Agora, a luta pela reforma agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais. (Programa Agrário do MST, 2014, p.31).

O programa aponta mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Apresenta como proposta a democratização da terra e dos bens da natureza; respeito e demarcação dos territórios indígenas e quilombolas; a organização da produção agrícola; a mudança da matriz tecnológica para a agricultura (a agroecologia); a industrialização do campo; a construção de uma política agrícola adequada; a garantia do acesso à educação pública e a implementação da política de Educação do Campo; a construção da infraestrutura social necessária; e a mudança na forma de funcionamento e na natureza das instituições públicas (Estado) em vistas de sua democratização. De outro lado, ainda não resolvemos o problema do trabalho no campo para a juventude, por dois fatores principais: o primeiro é que o agronegócio tem a hegemonia do campo e com isso o trabalho se torna precarizado, prioriza as máquinas agrícolas e expulsa a juventude do campo; o segundo é que a reforma agrária que gera empregos no campo está paralisada, faltam políticas públicas estruturantes. Esses fatores implicam uma saída em massa da juventude de nossos assentamentos em busca de emprego nas cidades. É fato que nossa juventude em sua maioria não retira seu sustento da agricultura, uma parte depende dos pais por não ter o lote próprio, outros optam por não trabalhar diretamente na agricultura. Resolver o problema do trabalho e renda é urgente e necessário. Isso deve ser colocado não como problema, mas como um desafio para proposta de reforma agrária popular.

A partir dessa nova síntese, algumas tarefas se colocam no patamar de urgência. Primeiro, precisamos produzir alimentos saudáveis para toda a classe trabalhadora e isso não significa apenas produzir sem veneno, mas mudar a forma de organizar a produção e as relações de trabalho no campo, como dizemos: fazer do campo um lugar “bom de se viver”. Esse lugar bom de se viver carrega o germe da nova sociedade, livre da opressão de classe e do trabalho alienado; tem base na propriedade coletiva da terra, no trabalho coletivo, livre das opressões machistas, racistas ou homofóbicas. Os assentamentos, acampamentos e comunidades rurais, encontram-se tensionados por essa dinâmica de território ampliado, mesmo assim as bases da nova sociedade devem ser construídas desde já, pois, será resultado do trabalho que realizamos hoje. A juventude se coloca como sujeito de nossa base com potencial de construir as novas relações sociais no campo, pois tem caráter de criatividade, de inovação, de mudança.

Além da produção de alimentos, outro desafio é o desenvolvimento de tecnologias que respeitem os seres humanos e a natureza, que considere a superação histórica da degradação dos trabalhadores e da natureza diante dos meios de produção, dos processos produtivos. Precisamos de um novo modelo tecnológico para o campo, e temos claro que o primeiro passo é a mudança da matriz tecnológica de produção para a agricultura, privilegiando a satisfação das necessidades sociais e não o lucro capitalista.

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado do seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo o povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos à lógica do lucro. Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. (Programa Agrário do MST, 2014, p.36)

Nossos(as) jovens acompanham o mundo das novas tecnologias, por isso nosso modelo de agricultura precisa compreender também

essa inovação, não podemos desconsiderá-la. Óbvio que as tecnologias que devemos pautar têm como objetivo construir uma outra relação com o meio ambiente. É preciso exigir do Estado e ao mesmo tempo ir forjando essa mudança nos territórios.

Outro elemento importante no programa diz respeito à educação do campo, precisamos garantir o acesso à educação para todos e todas, de nível fundamental, médio e superior. No entanto, entendemos por educação o acesso a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais, a formação para o trabalho e para a participação política, o jeito de produzir e de se organizar, a prática dos valores humanistas e socialistas que defendemos. É preciso ter a educação como centralidade de nossos assentamentos, aliada ao processo de produção. A luta por educação do campo é uma das principais bandeiras de luta de nossa juventude, desde o ensino fundamental até o acesso à universidade, pois é uma condição vital para a permanência dos(as) jovens no campo. Dois fatores fundamentais colocam a educação com centralidade para a juventude: o primeiro é que na escola os jovens têm os primeiros contatos com a vida social da comunidade e segundo porque a escola deve possibilitar a formação de um sujeito com consciência crítica da realidade.

Os nossos territórios precisam ser ainda espaços de produção de arte contra-hegemônica. É preciso avançar na perspectiva da mudança cultural, da nossa relação com a arte como instrumento para avançar na formação da consciência. No Brasil, herdamos do Golpe de 1964 uma inércia e distanciamento da produção artística dos(as) trabalhadores(as), acrescentado de uma imprensa de alienação que vende a “arte do riso pelo riso e pelo mercado”. A cultura não é algo estático, segue se construindo e acompanha nossos avanços e retrocessos. Nossa cultura é herança, mas também é permanente construção. Dessa maneira, nós nos referenciamos à cultura camponesa mas também questionamos alguns comportamentos oriundos dela. Por exemplo, não cabe na nossa construção uma cultura que legitime o mando do coronel, do patriarcado e da violência.

Nesse debate, a juventude é quem está mais sujeita às mazelas da indústria cultural, porque acessam com mais facilidade os meios

de produções artísticas da música, cinema, teatro etc. Precisamos construir uma mediação entre a não negação dos meios convencionais em sua totalidade, que os(as) jovens ainda usufruem deles, mas ao mesmo tempo construir nosso próprio ponto de vista, uma cultura que esteja realmente a serviço da classe trabalhadora. Negar por negar afasta a juventude e não a politiza.

Da juventude camponesa, estima-se que existem aproximadamente cerca de 7,8 milhões de jovens no campo, dos 51,3 milhões da juventude brasileira. Destes, 45,3% vivem na região Nordeste. (dados da Secretaria Nacional de Juventude de 2013). O que estes dados revelam é que em sua maioria temos uma juventude pobre, com dificuldades de acesso à educação, à cultura e cada vez mais é expulsa do campo para morar nas grandes cidades, por isso vive nas periferias desempregada. Apesar de não serem os únicos que sofrem com as mazelas causadas pelo modelo do agronegócio no campo, os jovens são os primeiros a sofrerem o impacto do desemprego, a exploração da mão de obra e expulsão em massa de seus territórios.

No que se refere à composição, há uma diversidade muito grande de jovens no campo: sem terra, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores(as), atingidos pela mineração, mulheres camponesas, jovens que vivem em comunidades rurais, indígenas, quilombolas. Também são jovens negros(as), LGBTs. Ambos vivem em seu território permanentes conflitos contra o modelo de produção do capital, cujo objetivo central é expropriar suas terras e dominar os recursos naturais. Mas também sofrem cotidianamente uma forte opressão da sociedade que é alicerçada pelo patriarcado, pela homofobia e pelo racismo.

Apontamos algumas reflexões para o conjunto da esquerda, especialmente para os movimentos camponeses no que diz respeito ao trabalho com a juventude camponesa. A juventude não pode ser interpretada como um problema a ser resolvido pela organização e sinônimo de delinquência. A juventude não é a solução da lavoura, e muito menos revolucionária por essência, como uma questão biológica ou na perspectiva do jovem como futuro da nação. A juventude está sujeita também a posições conservadoras.

O capitalismo bombardeia a juventude cotidianamente com a sua ideologia dominante, através do estímulo ao consumo, bem como com o modelo de escola que visa prepará-los para o mercado de trabalho, ou seja, é um produto para o mercado. Essa potencialidade vista como contradição nos coloca o desafio de disputar o projeto a ser assumido pela juventude. Não é por acaso que é na juventude que se reflete, com mais intensidade e em alguns aspectos, as contradições do modo de produção capitalista, que além de impor uma identidade transitória muito associada à irresponsabilidade, subestima o papel transformador do jovem, oprimindo-lhe com uma inserção precária no mercado de trabalho, com o controle do corpo da mulher e de sua sexualidade, com o extermínio dos(as) jovens negros(as) e pobres, com a criminalidade como meio de vida, êxodo rural etc.

Nossas bandeiras de luta

A luta por terra e território

O Brasil ainda é um dos países de maior concentração de terras do mundo, concentrada pelos latifundiários, as grandes empresas do agronegócio, da mineração, as grandes barragens. Além do mais, as comunidades camponesas, assentamentos, acampamentos, ou comunidades rurais vivem em permanentes conflitos com os megaprojetos do capital.

A permanência da juventude no campo, o trabalho e renda

A falta de garantia de renda permanente, ou seja, pensar no trabalho agrícola que viabilize a vida econômica além das safras anuais de produção e que seja administrada pelo próprio jovem. Mesmo nas cooperativas e associações são poucas as realidades que inserem a juventude no processo administrativo, no planejamento, no debate político e financeiro das entidades. Esse limite é imposto pelo avanço do modelo do agronegócio no campo e da falta de uma política estruturante por parte do Estado, por isso são fatores determinantes da saída de nossos

jovens do campo para as grandes cidades. No entanto, precisamos resolver esse dilema central na construção de um projeto alternativo para o campo, quer seja a reforma agrária popular ou plano camponês.

A luta por educação do campo

A realidade escolar é um grande limite nas áreas camponesas. Embora tenhamos avançado, é real a falta de escolas que atendam os níveis de ensino fundamental, médio e universitário. O que justifica a saída do jovem do campo para continuar estudando, ou mesmo a desistência, principalmente para frequentar o nível médio. Além de contribuir na inserção política a partir do processo organizativo dentro da escola.

O acesso a infraestruturas sociais coletivas

Que proporcionem espaços de cultura, lazer, esportes, teatro, música, dança, cinema para os jovens e para toda comunidade é um grande limite, principalmente quando comparado ao que é oferecido nas comunidades urbanas. Embora, saibamos que em nosso país a carência de políticas públicas nesta área é para toda a classe trabalhadora do campo e da cidade.

A luta contra o machismo, o racismo e LGBTfobia

O campo também expressa como hegemonia uma sociedade marcada pela dominação do patriarcado e do racismo. O capital no campo também se reproduz com essa ideologia. Os camponeses e camponesas, no seu projeto de agricultura, precisam construir não só uma alternativa ao modelo de produção, mas um modelo de relação social e humana entre os seres humanos, livre das opressões.

Desafios de nosso tempo

1. Retomar o trabalho de base, aproveitando o grande número de jovens que temos em nossas áreas. Debater coletivamente propostas

e soluções aos problemas enfrentados pela juventude camponesa, garantindo que o debate seja feito pelos próprios atores(as) e incentivando a participação nas várias lutas dos movimentos camponeses e da classe trabalhadora. Bem como, incorporar a própria juventude em conjunto com o movimento nas lutas por políticas públicas que possibilitem a permanência da nossa juventude no campo.

2. Avançar no envolvimento da juventude dentro do processo produtivo, pensando a produção camponesa em toda sua dimensão produtiva como: produção agrícola, marcenaria, artesanato, industrialização dos produtos agrícolas, confecções de roupas, serigrafias. Trabalhar nos cursos de formação e nas práticas gerais com a juventude, temas referentes à construção de uma nova cultura política, para aproveitarmos também a oportunidade de combater os vícios e desvios presentes nas organizações políticas e sociais.
3. Avançarmos na Agitação e Propaganda(Agitprop). A juventude se identifica e tem grande apreço pela construção de brigadas e grupos de agitação e propaganda nas áreas camponesas, e também em nível estadual e nacional. A Agitprop tem sido elemento que dá liga ao debate de juventude oferecendo ações práticas no terreno da arte e cultura, possibilitando a realização também de lutas de caráter mais gerais e ideológicas.
4. Fazer formação política e ideológica para projetar novos lutadores(as) do povo, ter como foco a projeção de militantes. Intensificar o trabalho de auto-organização da juventude dentro das escolas. É uma boa oportunidade tendo em vista que há um enorme número de jovens que residem nesses espaços sem que haja articulação com esse público. Da mesma forma, a juventude camponesa precisa contribuir com a juventude urbana na reorganização da esquerda, com novos métodos de luta e trabalho de base, na construção de um projeto popular e socialista para o país.

Herdamos da Igreja Católica e das pastorais sociais, o que chamamos de grupos de jovens, como forma de auto-organização. Esses

grupos ainda existem em muitos de nossos territórios de assentamentos, acampamentos e comunidades rurais, e tem como principais objetivos realizarem atividades ligadas à própria igreja e a promoção de festas ou gincanas. Muitos se reconhecem como sendo parte dos movimentos e outros não se identificam como sendo um coletivo organizado. Mas esses grupos não servem mais? Com o passar do tempo eles foram perdendo a capacidade de atrair a juventude para participar de suas atividades e se auto-organizar, não por vontade própria, mas porque os jovens gostam de inovação e os grupos não as possibilitam. Também porque a realidade em nossas comunidades é muito mais complexa e até os próprios camponeses estão com dificuldades de organização interna.

Para organizar o trabalho de base com a juventude camponesa é preciso levar em consideração a forma organizativa dos(as) jovens, o método e a linguagem. Na forma organizativa, onde couber, podemos continuar experimentando os grupos de jovens, mas precisamos avançar para a construção de coletivos de juventude, compreendendo que os(as) jovens podem se organizar pela capoeira, música, dança, grupo de produção, enfim, de diversas maneiras. Precisamos construir uma cultura organizativa e identidade com o campo que lhes possibilite participar da vida política do assentamento, comunidade rural etc.

Os coletivos de juventude precisam ter quatro características principais: leve, de massas, atrativo e formativo. Leve, porque os jovens não se organizam pelas mesmas formas que os assentados, tem certa flexibilidade, não precisa ter só formação densa. De massas, porque ele deve envolver e organizar o máximo de jovens possível, ter bastante participação, pois nós queremos ser milhões organizados(as). Atrativo, porque a juventude precisa estar motivada, animada a participar de espaços políticos de organização, não basta ter espaços de política se estes não dialogam com o nível de consciência dos(as) jovens. Formativo, porque não basta só animação, empolgação, a juventude precisa ter consistência ideológica, se não estará sujeita a posições e caminhos conservadores, por isso é necessário ter formação que contribua com a elevação do seu nível de consciência política e cultural.

Na questão do método, a agitação e propaganda com suas técnicas se apresenta como uma ferramenta fundamental. Entendendo que a Agitrop é mais do que suas técnicas, mas ela é uma tática da organização que está ligada a estratégia do movimento com os objetivos de denunciar os inimigos do povo e anunciar o nosso projeto de sociedade. Porém, é inquestionável que suas técnicas, sobretudo o teatro, a música, a arte são elos eficientes de organização da juventude. Mas, para além de organizar grupos de teatro, música ou dança, é preciso transformar em organização de núcleos ou coletivos de agitação e propaganda, onde aglutine todas as técnicas. Por isso a Agitrop tem mais facilidade de agregar a juventude e fazê-la combinar cultura com organização política.

No método de formação, é preciso avançar na compreensão de que as atividades massivas com os(as) jovens precisam vir acompanhadas de um processo mais consistente na base, caso contrário, elas se tornam eventos. Da mesma forma, precisamos ter atenção para os temas que são trabalhados com a juventude. Mesmo sendo necessários, muitos(as) jovens ficam alheios a alguns debates por falta de contato inicial em outros espaços de formação, por isso, pelo aprendizado e experiências, podemos ir exercitando e aperfeiçoando as pequenas plenárias, ainda que sem abandonar os encontros massivos, como espaços reduzidos e com maior possibilidade de apreensão do conhecimento, facilitando também que se faça o diálogo dos grandes temas com a realidade concreta da juventude.

A forma de falar e de se expressar é um desafio fundamental que está colocado para nós militantes, pois somos acostumados a fazer falas “bonitas”, usando expressões que não estão no vocabulário cotidiano dos(as) jovens, o que faz com que muitas vezes falemos para nós mesmos ou para as paredes, porque a juventude não entende quase nada. Portanto, o desafio é ir aperfeiçoando a forma simples de falar sem que perca o conteúdo a ser trabalhado.

As tecnologias sociais que conquistamos para nossos assentamentos, como por exemplo, as casas digitais, os pontos de cultura, rádios comunitárias, devem ser utilizadas e potencializadas como ferramentas de

luta e trabalho com nossa juventude. O audiovisual é um importante instrumento que podemos explorar melhor para mobilizar os(as) jovens, utilizando o cinema da terra, como forma de diversão e ferramenta política, da mesma forma, com a produção de pequenos vídeos para que através da internet possam ser divulgadas as atividades dos próprios jovens e dos territórios (assentamentos, acampamentos, comunidades).

No Nordeste, apresenta-se um vasto processo de êxodo rural, no qual a juventude camponesa migra para grandes cidades do Sul do país em busca de condições de vida. Mas, os assentamentos ainda congregam um bom número de jovens para organizarmos, sobretudo os que estão estudando, por isso, a escola é um espaço com potencial de organização, assim como as cooperativas, agroindústrias e os(as) que não estão em nenhum destes espaços.

Para organizarmos um trabalho de base eficiente, devemos levar em consideração todos esses elementos que em síntese são: a forma organizativa, ou seja, o jeito de se organizar, o método de organização e a linguagem a ser utilizada, por isso precisamos ir aperfeiçoando com nossa *práxis* política o trabalho de base com a juventude. Os desafios que apontamos de um novo modelo de agricultura, baseado na agroecologia e cooperação agrícola para o próximo período dos nossos movimentos, para o conjunto dos camponeses(as) e a sociedade brasileira, dependem também de um amplo processo de organização, mobilização, luta popular e trabalho de base com nossa juventude camponesa em todos os espaços necessários, porque a Juventude que ousa lutar constrói o poder popular.

Referências bibliográficas

SECRETARIA, Nacional, do MST. *Programa Agrário do MST*. 3º ed. 2013.

SECRETARIA, Nacional, da PJR. *Caderno de formação da Pastoral da Juventude Rural*. 2017

Quando a juventude torna-se agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma

Luiza Dulci e Severine Macedo

Introdução

O imaginário social evocado pelo que se entende por “juventude” é bastante diverso e controverso. Podemos dizer até mesmo que tal imaginário é marcado por certa dicotomia maniqueísta, em que a juventude é, por um lado, vista sob uma ótica idealista-positiva, por outro, sob uma ótica negativa. Se é comum vermos a associação da juventude com as ideias de “vanguarda”, “transformação”, e “questionamento”; também é comum sua associação às ideias de “inexperiência”, algo “em formação”, quando não de “delinquência” e “violência”. Estas percepções sobre a juventude que perpassam o imaginário popular são também fundantes do tratamento social e político que as/os jovens recebem do Estado e de outras instituições, tais como igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs), Movimentos Sociais etc.

No plano das políticas públicas as várias formas de encarar os diversos grupos sociais, os “públicos-alvo” das políticas, podem produzir efeitos sociais bastante distintos. O Brasil dos anos Lula e Dilma pode ser considerado uma espécie de laboratório social, uma vez que viveu a implementação de um conjunto de políticas públicas, dentre as quais têm destaque as políticas sociais, que impactaram diretamente as

condições de vida e a dinâmica de interações do tecido social brasileiro. O caso da juventude e das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) é particular, na medida em que as políticas elaboradas e implementadas neste início de século XXI apresentaram-se como uma novidade para o país. O presente artigo se dedica à análise da recente incorporação da temática da juventude pelo Estado brasileiro, buscando identificar quais foram as concepções adotadas, bem como quais foram os avanços, os limites e os desafios na implementação das PPJ.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessária uma ressalva a respeito do lugar de fala das autoras. Falamos do lugar da militância em defesa da juventude, ao passo que também vivemos a experiência da gestão pública na área da juventude. Nesse sentido, parte das reflexões aqui expostas provêm de vivências particulares que vão muito além da condição de observação participante, na medida em que as autoras estavam imbricadas nos processos de tomada de decisão de parte das políticas aqui analisadas. Não pretendemos esgotar as reflexões, mas levantar questões que contribuam para o registro e para o debate das PPJ no Brasil.

O conjunto de PPJ e a estruturação institucional e legal que dava suporte às políticas foi inaugurado no ano de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional 65, que inseriu o termo jovem na Constituição e, em 2013 foi aprovado e sancionado o Estatuto da Juventude. Nesse ínterim e nos anos que seguiram a aprovação do Estatuto, o dia a dia da política pública de juventude no Brasil – seja no plano federal, seja nos estados e municípios – era recheado de idas e vindas, desenho de políticas, avaliação, disputa por recursos e por aí vai. Ressalta-se ainda que, seguindo os princípios orientadores do conjunto mais geral das políticas públicas do Brasil dos anos 2000-2014, as PPJ foram marcadas pela forte dimensão da participação social. Não seria exagero afirmar que foi justamente nos espaços das PPJ em que o exercício da participação social foi mais experimentado e ampliado, sendo as três conferências

nacionais de juventude, responsáveis por mobilizar mais de um milhão e meio de jovens em todo o Brasil. Se podemos avaliar os limites da capacidade de implementação das resoluções aprovadas nas Conferências Nacionais, não temos dúvida em afirmar que estes processos contribuíram centralmente para fortalecer e ampliar a legitimidade de segmentos que ainda precisavam se fortalecer na agenda nacional.

Juventude: a consolidação política da categoria social

O reconhecimento da juventude como categoria política é um processo em construção e em constante transformação, no Brasil e no mundo. Este reconhecimento político foi precedido pela conformação da juventude como uma categoria social, que teve como um dos *locus* fundamentais da discussão a própria teorização social sobre o tema. Ou seja, as dimensões social, política e analítica da juventude são, por vezes, complementares e até sobrepostas, de maneira que as transformações que recaem sobre uma dimensão impactam as demais.

A recente teorização das questões da juventude propriamente dita apontada por Abramo (2005) contrasta com todo um campo analítico referente a um dos temas clássicos da sociologia, as gerações. Um dos principais teóricos do tema é o húngaro Karl Mannheim, cujo arcabouço teórico tem sido utilizado na identificação e explicação das particularidades da geração juvenil¹. Krauskopf (apud ABRAMO, 2005) faz uma periodização das abordagens sobre juventude e identifica quatro formas de encarar a juventude. Apesar de terem marcado épocas, tais visões ainda se fazem presentes em maior ou menor grau nos dias de hoje.

A primeira delas, que predominou até meados do século XX, toma a juventude como um período preparatório para o que seria a vida adulta. Um período de transição, que tem como política pública por excelência a Educação, uma vez que as/os jovens são sujeitos em

¹ Para uma análise mais detalhada das formulações de Mannheim, ver WELLER, 2010.

preparação e necessidades de formação. Este “enfoque é que ele não visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente, pois o futuro cumpre a função de eixo ordenador de sua preparação” (ABRAMO, 2005, p. 20). A segunda perspectiva analítica é aquela que identifica a juventude como uma etapa problemática, capaz de ameaçar a ordem social. Dominante nos anos 1980 e 1990, especialmente na América Latina, este paradigma tem o foco no indivíduo e dá menos importância ao contexto social no qual ele está inserido. Por isso, políticas de saúde e de segurança – que tratam de questões como gravidez precoce, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis (DST), envolvimento com violência, criminalidade e narcotráfico – despontam como soluções para os problemas diagnosticados. A terceira perspectiva parte de um pressuposto quase oposto àquele da anterior, e enxerga a juventude como um ator estratégico para o desenvolvimento e para a superação do subdesenvolvimento. Preocupações com a formação de capital humano e a atualização das sociedades para as exigências colocadas pelos novos padrões mundiais, o aproveitamento do bônus demográfico, o empreendedorismo e o protagonismo juvenil no desenvolvimento local dão a tônica das políticas e programas. Este terceiro paradigma, foi bastante difundido nos anos 1990, tendo sido apresentado como uma espécie de reversão retórica da perspectiva anterior. Finalmente, a quarta perspectiva, que vem ganhando espaço na literatura desde o início do século XXI, valoriza a dimensão da cidadania e toma a juventude como sujeito de direitos. Nesse sentido, ressalta-se a consolidação das noções de direitos, de cidadania e de participação expressas na Constituição Federal de 1988, que teve efeitos diretos sobre as transformações na cultura sociopolítica brasileira das décadas de 1990 e 2000.

Abramo (1997) analisa as percepções sociais sobre a atuação política da juventude brasileira ao longo do século XX e mostra como tais percepções dialogam e complementam as quatro abordagens acadêmicas sobre a juventude identificadas por Krauskopf. Abramo aponta que a imagem da juventude rebelde, associada tanto ao movimento estudantil no período de modernização brasileira e de combate às di-

taduras, entre as décadas de 1930 a 1970, e ao movimento hippie dos anos 1960 e 1970 mudou de figura nos anos 1980, quando a juventude saiu da cena política nacional e passou a ser associada às noções de individualismo, consumismo e apatia social. Nos anos 1990, a despeito das continuidades dos sintomas de individualismo e apatia da década anterior, vimos a pulverização de movimentos e ações de juventude. A relativa invisibilidade da juventude dos movimentos ditos tradicionais contrastava com a emergência de novas movimentações juvenis, particularmente do campo da cultura, muitos deles protagonizados por coletivos de jovens das periferias das grandes cidades. Vale lembrar que até esse momento, a categoria juventude era representada pelo tipo ideal de jovem estudante – os demais, ou seja, a quase totalidade da população pertencente à faixa etária jovem, não eram considerados jovens. A crítica e a denúncia social da condição marginal e precária da vida nas favelas eram os motivos de grande parte desse emergente caldo cultural e político – que tinha como pano de fundo o agravamento das desigualdades decorrentes da adoção do receituário neoliberal no país. Para o conjunto da sociedade estes jovens eram, via de regra, associados a episódios de violência, que tinham como símbolos os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras e os atos de vandalismo cotidianamente presentes nos noticiários nacionais. Como um dos componentes da agenda neoliberal, vimos nesse mesmo período a explosão de iniciativas do chamado terceiro setor, voltadas ao atendimento de jovens “em situação de risco” ou de “desvantagem social”. Tais programas atuavam prioritariamente nas áreas de ressocialização, por meio de oficinas, experiências de educação não formal e atividades de esporte e cultura, além de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho.

Os debates geracionais que mais sobressaíram no processo da Constituinte – e que resultaram nos marcos legais da Constituição de 1988 – dizem respeito às crianças. A publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e os esforços de construção de políticas e de uma rede de proteção à criança e ao adolescente nos anos 1990

tiveram sua contribuição para a agenda propriamente juvenil, porém há divergências marcantes que vão além da educação formal.

A importância e urgência do tema [infância] polarizaram o debate no que diz respeito à juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência e com que praticamente todos os serviços e programas montados, tanto pelo Estado como por entidades da sociedade civil, tivessem como limite máximo os 18 anos de idade. Os jovens para além dessa idade ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania (ABRAMO, 2005, p. 24).

De fato, até a criação da SNJ e do reconhecimento governamental da necessidade de um olhar específico para as questões da juventude, este segmento era, via de regra, encarado sob o par “prevenção da violência” e “profissionalização”, tendo havido iniciativas no âmbito federal a partir dos anos 1980, como no âmbito do Programa Comunidade Solidária dentre outros. Novaes (2011) aponta que a partir da segunda metade da década de 1990, surgiram espaços institucionais – coordenadorias e assessorias – de juventude em alguns municípios brasileiros². Nesse âmbito, destacam-se as primeiras experiências dos Centros de Referência de Juventude, as primeiras Conferências Municipais, bem como os festivais na área da cultura, com a valorização das chamadas culturas de periferia, como *hip hop*, *break*, grafite. As experiências municipais tiveram sua importância para criar referências, mas foi com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência em 2003, que a abordagem pontual e com viés protetivo da condição juvenil assumida até então pelo governo federal, foi substituída por uma agenda de ampliação de direitos, valorização da diversidade deste

². A autora aponta como pioneiras as prefeituras de Santo André (PT) e de Goiânia (PSDB). Vale lembrar que em vários municípios governados pelo PT, como foi o caso de Porto Alegre, as articulações de juventude foram motivadas por experiências de Orçamento Participativo. Sobre o assunto, ver (Fischer et alli, 2007). No estado do Rio de Janeiro, no governo Marcelo Alencar, Alessandro Ponce de Leon foi Coordenador Técnico do Plano Estadual de Políticas Públicas de Juventude, ligado ao Gabinete Civil, mas na época a iniciativa do plano não se concretizou. Registra-se ainda um Conselho de Juventude em São Paulo.

segmento social, da ampliação do reconhecimento da importância da autonomia e da participação social destes sujeitos, a incorporação da juventude na agenda pública como sujeitos de direitos, incluso nesse rol, o direito de “viver a juventude”, e da criação de condições para as experimentações e para a ampliação do horizonte de expectativas, especialmente dos/as jovens mais pobres. Vale destacar que a definição de juventude é uma construção social, que precisa ser entendida num contexto de diversidade e desigualdades.

As políticas públicas de juventude nos anos Lula e Dilma

A busca de reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos no país é parte da trajetória de lutas de jovens ativistas, de movimentos e organizações sociais, das experiências locais e das formulações de pesquisadores e acadêmicos. Fruto do acúmulo e das lutas desse conjunto de atores, as bandeiras do reconhecimento e dos direitos juvenis passaram à condição da agenda governamental a partir de 2005. Foram muitos os avanços registrados nas PPJ nos dez anos que seguiram a criação da SNJ, do Conjuve e do ProJovem. Contudo, conforme destaca Novaes (2012), em que pese os esforços de muitos, há um longo caminho a percorrer para a efetivação dos direitos da juventude. Seja na sociedade, seja na gestão pública, notamos que ainda são vigentes muitos (pré)conceitos e projeções sobre “a juventude”, os quais dificultam o (re)conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades que permeiam a vida dos jovens.

Uma breve linha do tempo nos permite recordar que o reconhecimento das crianças e adolescentes no Brasil já comemorou seus mais de 25 anos. O marco temporal é a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que veio assegurar a proteção e a promoção dos direitos das pessoas de zero a 18 anos.

O olhar específico para a juventude – inicialmente caracterizada pela faixa etária de 15-24 anos e, mais tarde, ampliada para 15-29 anos – foi impulsionado internacionalmente a partir do ano de 1985, decretado o Ano Internacional da Juventude, pela Organização das

Nações Unidas (ONU). Naquele período, o debate público brasileiro e parcela expressiva das ações ligadas à juventude no país eram protagonizadas por ONGs, que, via de regra, lidavam com a questão a partir de uma visão muito marcada pela ótica da prevenção aos delitos e da minimização dos riscos da vivência da juventude.

As primeiras demandas em torno dos “problemas dos jovens” foram levadas a público por organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, ONGs, organizações empresariais, setores de Igrejas e também sustentadas por um conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis. A favor da “juventude”, em um movimento de mão dupla, envolveram-se instâncias do poder público e diferentes setores e atores da sociedade civil. Contudo, nesse primeiro momento, ainda não se falava em “direitos”. A ênfase estava, principalmente, na necessidade de contenção e prevenção (NOVAES, 2012).

A década de 1990 foi marcada por ações governamentais esparsas e pouco articuladas – e quem sabe até desarticuladas – para este segmento. Todavia, na falta de uma estratégia mais abrangente e integrada, as ações desenvolvidas à época, seja pela sociedade civil e movimentos, seja por iniciativa de governos municipais, seja pela academia, tiveram sua importância para os avanços registrados na década seguinte.

De fato, foi somente a partir dos anos 2000 que o tema juventude – e seus sujeitos – entraram para a agenda governamental brasileira. Dentre os marcos desse processo, ressaltamos o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania; a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude; e a criação do Grupo Interministerial responsável por estudar, mapear e elaborar uma agenda de juventude no âmbito do governo brasileiro entre os anos de 2003 e 2004. A Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, instituiu a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República.

Conforme descrito na referida Lei, compete à Secretaria Nacional de Juventude, dentre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária

entre 15 e 29 anos, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. O Conjuve, denominado de CNJ pela Lei, é composto por um terço de membros governamentais e dois terços de membros da sociedade civil e tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

No que se refere à trajetória de construção da Política Nacional de Juventude (PNJ) nos governos Lula e Dilma, identificamos duas fases importantes. A primeira delas, de 2005 a 2010, foi marcada por políticas de inclusão social. O ProJovem articulava ações voltadas à elevação da escolaridade de jovens com o ensino fundamental interrompido. Sua inovação residia no fato de que tinha como foco os próprios sujeitos envolvidos, ou seja, não era apenas um programa de elevação de escolaridade, mas um programa de juventude – e que beneficiou, prioritariamente, as jovens mulheres e as jovens mulheres negras. O ProJovem Integrado surgiu da união de outros seis programas voltados para a juventude no ano de 2008: o próprio ProJovem (SNJ); o Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); o Saberes da Terra e a Escola de Fábrica (Ministério da Educação); o Juventude Cidadã e o Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego). Juntos, esses programas atenderam 683,7 mil jovens entre 2007 e 2008. Com a integração, o ProJovem passou a atuar nas modalidades ProJovem Urbano (SNJ que migrou para o MEC no ano de 2011); ProJovem Campo (MEC); ProJovem Adolescente (MDS) e ProJovem Trabalhador (MTE). O objetivo foi ampliar o atendimento a um número maior de jovens, assegurando-lhes a reintegração à escola e a qualificação profissional, além de inseri-los em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. Entre os anos de 2008 e 2009, somadas, as quatro modalidades atenderam mais de 1 milhão de jovens³.

³ Dados extraídos do programa de governo para juventude, campanha da presidenta Dilma de 2010.

A dimensão conceitual da PNJ é outro aspecto que merece destaque e que contou com a contribuição direta do Conjuve⁴.

A segunda fase foi marcada pela ampliação da pauta e do leque de ações da SNJ, sem, contudo, negar ou retroceder no enfoque de inclusão das políticas do período anterior. Isso se deu a partir de um esforço de articulação interministerial; da consolidação dos marcos legais da juventude; de uma atuação mais ativa na agenda de juventude no âmbito das relações internacionais; e da ampliação dos canais de participação social, especialmente com as experiências inovadoras nas Conferências Nacionais de Juventude e com a criação do Observatório Participativo da Juventude, o Participatório.

O Plano Juventude Viva, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, o Comitê Interministerial da PNJ, o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude Rural (Pajur), o Programa Estação Juventude, e a articulação de ações voltadas às agendas de gênero e ambiental, dão a dimensão desse movimento de diversificação do rol de atuação e de expansão da agenda das PPJ. Há que se destacar ainda os esforços pela ampliação da interlocução da secretaria com os estados e os municípios, resultando na criação de uma rede federativa de PPJ e de Conselhos de Juventude, em que pese a escala ainda pequena e insuficiente de iniciativas.

O arranjo institucional instituído em 2005, somado aos marcos legais da juventude – a Emenda Constitucional 65 aprovada em 2010 (conhecida como PEC da juventude) e o Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013 – constituem os arcabouços jurídico e político que garantem o reconhecimento da juventude como sujeito de direitos perante o Estado brasileiro.

Os direitos especificados no Estatuto integram o que a literatura define como terceira geração de direitos, caracterizada pela consagração dos chamados Direitos Difusos.

⁴ A publicação *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*, de 2006, traz esse registro.

Diferentemente das duas primeiras gerações de direitos – os direitos civis e políticos e os direitos sociais, respectivamente – a terceira geração tem como titulares grupos sociais ao invés de indivíduos. Sendo que dentre os grupos, destacam-se os negros, as mulheres, os homossexuais, as crianças, os adolescentes, a juventude e os idosos. A função dos direitos desta terceira geração é justamente garantir as condições para que tais grupos possam existir e se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados. E na medida em que estamos falando de grupos, de coletivos sociais, a violação de seus direitos compromete todo o conjunto da sociedade (CONJUVE, 2006, p.6).

Na esteira da terceira geração de direitos, o tema da participação social ganha cada vez mais centralidade e, no caso da juventude, vimos o avanço do entendimento de que política para a juventude se faz com a própria juventude. Este foi o entendimento orientou a SNJ e o Conjuve desde o princípio até 2015. Exemplo disso foi a realização da primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008, cujo lema era “Levante Sua Bandeira”. Foram milhares de jovens mobilizados num rico e efervescente processo, que resultou no apontamento de 22 prioridades e 77 resoluções relativas à agenda das PPJ no Brasil. Com o lema “Conquistar Direitos e Desenvolver o Brasil” a segunda Conferência Nacional aconteceu em 2011 e apontou 26 resoluções sobre as políticas públicas de juventude⁵. A terceira Conferência, realizada em 2015, organizou-se entorno do lema “As várias formas de mudar o Brasil” elegeu 99 resoluções de PPJ.

A permanente articulação da juventude e os desdobramentos de resoluções das Conferências foram fundamentais para a conquista da PEC da Juventude, que passou cinco anos em tramitação no Congresso Nacional até ser sancionada pelo presidente Lula em 2010. A Emenda Constitucional 65 inseriu o termo “juventude” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal.

⁵ Tais resoluções encontram-se registradas no documento Para Desenvolver o Brasil, que traz ainda reflexões e proposições mais gerais sobre o tema juventude, políticas públicas e desenvolvimento nacional.

No ano de 2013, veio a conquista do Estatuto da Juventude, que estava há quase dez anos em tramitação no Congresso Nacional. O Estatuto marcou o reconhecimento do Estado brasileiro sobre o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e veio apontar os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população. São eles: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao esporte e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e o acesso à justiça.

Além de definir os direitos da juventude e apontar a criação do sistema nacional de juventude, o Estatuto aprovou dois benefícios diretos aos jovens estudantes e jovens de baixa renda: a meia entrada em eventos culturais e esportivos e a reserva de duas passagens inteiras e duas meia passagem em transportes coletivos interestaduais. A proposta de regulamentação destes benefícios foi coordenada pela SNJ em diálogo com o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), instituído pela presidenta Dilma em 2013. O Programa Identidade Jovem (ID Jovem), foi proposto no mesmo ano como mecanismo de operacionalização do direito, que permitirá um benefício maior aos mais de 17 milhões de jovens registrados no Cadastro Único (CadÚnico).

A institucionalização dos marcos legais da juventude brasileira, a Emenda 65 e o Estatuto da Juventude, será plenamente efetivada com a aprovação e a implementação do Plano Nacional de Juventude que ainda tramita na Câmara dos Deputados, e com a regulamentação do Sistema Nacional de Juventude. Estes seriam os próximos passos da trajetória das PPJ no Brasil, caso o movimento de árduas lutas e conquistas não tivesse sido interrompido em 2015.

Vivemos no período dos governos Lula e Dilma, um ciclo de alargamento dos direitos sociais e de ampliação da visibilidade de segmentos até então inexistentes na agenda das políticas públicas. Tanto é assim que a própria noção de direitos foi reconfigurada e ampliada. Dados da

pesquisa Agenda Juventude Brasil, realizada em 2013 pela SNJ, apontam que 44% dos jovens entrevistados conheciam uma ou mais políticas públicas de juventude. Instados a citar o nome dos programas de maior conhecimento, a maior parte dos entrevistados mencionou programas na área da educação. O conjunto das respostas nos oferece um interessante painel analítico, aqui apresentado em ordem decrescente de menção: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; Programa Universidade Para Todos (Prouni); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Programa de Financiamento Estudantil (FIES); Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec); e Programas Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego. A percepção da maior parte dos entrevistados é de que as políticas de juventude são relevantes, tidas como “muito importantes” para 54% dos jovens e “mais ou menos importantes” para 29% deles.

Os dados refletem o reconhecimento dos esforços empreendidos para ampliação do acesso à educação por meio do ProJovem, da expansão da rede de universidades, do Prouni, do FIES, da ampliação da rede de institutos federais e Pronatec.

Em que pese às contradições e as dificuldades do tema ocupar um espaço maior na agenda pública e no centro do governo, comemoramos a inclusão de quase um milhão de pessoas de 15 a 29 anos no ProJovem e comemoramos um salto no acesso ao ensino superior. Entre 1995 e 2002, o país teve um total de 2,4 milhões de universitários formados. Número que saltou para 9,2 milhões de graduados entre 2003 e 2014, fruto do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Comemoramos as 240 novas unidades de ensino técnico criadas nos governos Lula e Dilma; comemoramos os 11 milhões que se formaram no Pronatec; a geração 12 milhões de novos postos de trabalho; comemoramos as políticas de igualdade racial; as cotas que triplicaram o acesso dos jovens negros e negras e indígenas nas universidades; comemoramos as políticas para as mulheres; as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, dentre tantas outras que contribuíram para a inclusão da juventude (MACEDO, 2017).

Os avanços materializados nas políticas públicas refletem um processo mais profundo, fruto de uma luta interna cotidiana na estrutura do Estado, que, aos poucos resultou na mudança do olhar do governo para o segmento juvenil. Em que pese a política de segurança pública e o olhar para a política de drogas ter encontrado muitas barreiras dentro e fora do aparato estatal, a SNJ, em conjunto com a SEPPIR, tomaram essas questões como prioridade. Ao encarar esse desafio, cientes de que as principais vítimas da violência são as juventudes negra, pobre e periféricas, a secretaria capitaneou um trabalho de questionamento e enfrentamento desta lógica social a partir da incorporação de conceitos como *autonomia, emancipação e experimentação* em seus programas e ações.

Nesse esforço de atuação, integrada a outros órgãos e ministérios, foi construído um programa específico da juventude no processo de elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) de 2011-2014 e 2015-2018, que contaram com ações e adesões de várias áreas do governo. Sobre o diálogo interministerial, foi instituído por meio do Decreto 8.074/2013, o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coi-juv), cuja proposta se assemelha a uma mesa de diálogo permanente entre as pastas ministeriais, com o objetivo de aperfeiçoamento das políticas públicas em geral, com atenção especial para a regulamentação do Estatuto – que permitiu a regulamentação dos benefícios nele previstos, bem como o ID Jovem. Nesse mesmo sentido de articulação entre as áreas, lembramos as iniciativas compartilhadas do Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos do Juventude Viva (Fompi); do grupo de trabalho sobre juventude rural, coordenado pela SNJ com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e do grupo de trabalho juventude e meio ambiente, coordenado pela SNJ com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que resultou na aprovação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, instituído pela Portaria Interministerial 390 (11/2015).

No rol das ações integradas e com central prioridade, foi elaborado o Plano Juventude Viva, de prevenção à violência contra a juventude negra e pobre, com ações voltadas à ampliação do acesso a direitos e

serviços públicos. Foi na ocasião do Fórum Direitos e Cidadania, criado em 2011, na qual a violência contra jovens negros foi eleita como uma das questões sociais prioritárias a ser enfrentada na agenda nacional, que a questão do enfrentamento à violência contra a juventude negra veio a ser acolhida pela presidenta Dilma e o Plano Juventude Viva foi assumido como pauta de responsabilidade compartilhada entre a SNJ e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Cabe lembrar que a implementação do Plano foi também uma resposta à reivindicação prioritária da I Conferência Nacional de Juventude, bem como de demandas registradas na II Conferência – e possui relação direta com a demanda prioritária da III Conferência, que rechaçava a proposta de redução da maioria penal à época em discussão no Congresso Nacional.

Conforme descrito no Relatório de Balanço de Gestão da SNJ 2011/2014, o Juventude Viva direcionava-se especialmente aos jovens negros, do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, que vivem nas periferias dos centros urbanos e estão em situação de maior vulnerabilidade. As ações do Plano eram distribuídas em quatro eixos principais: i) desconstrução da cultura de violência; ii) inclusão, oportunidade e garantia de direitos; iii) transformação de territórios; e iv) aperfeiçoamento institucional. Nestes quatro eixos encontravam-se reunidos 43 programas e ações, pactuados pelos 11 ministérios envolvidos (Cultura; Educação; Esporte; Justiça; Saúde; SNJ; SEPPIR; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Direitos Humanos; e Secretaria de Políticas para as Mulheres), cuja meta era alcançar os 142 municípios brasileiros que concentraram, em 2011, 70% dos homicídios contra jovens. Além de integrar órgãos no âmbito do governo federal, o Plano envolvia ainda os governos estaduais e municipais⁶. Do total dos 142 municípios prioritários, 100 fizeram adesão ao Juventude Viva,

⁶ Até o fim 2014, os estados da Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Distrito Federal e o município de São Paulo estabeleceram um acordo de parceria com o governo federal. Além dos acordos pactuados entre os entes, houve ainda 215 pedidos de adesões voluntárias ao Plano.

sendo 47 pactuações e 53 adesões voluntárias. Cabe destacar que 100 municípios concentravam 32,8% da população brasileira e 45,8% dos homicídios no país. Entre 2012 e 2014 o governo federal aportou mais de R\$ 1,3 bilhão em recursos aos programas ligados ao Plano. Um dos desafios identificados ao longo deste processo de construção e implementação – que é comum a todas as experiências de políticas públicas integradas – tem a ver com a elaboração de compromissos político-institucionais locais. Isto é, em que medida estados e municípios desdobraram o projeto do Juventude Viva em ações locais, a partir de seus limites na capacidade de apresentar projetos e receber os recursos destinados pelo governo federal, assim como das suas próprias definições de territórios vulneráveis.

A vida do Plano foi interrompida antes mesmo que este e outros desafios pudessem ser colocados na pauta. Ainda assim, consideramos que a construção do Juventude Viva merece destaque na medida em que trata-se do primeiro Plano no âmbito do governo federal a reconhecer o racismo como um dos fatores preponderantes da violência no país; assim como o racismo institucional como um elemento presente em nossas instituições. Foi também a primeira iniciativa a tratar a questão de maneira integrada e integralmente voltada à prevenção do extermínio da juventude negra, pobre e periférica brasileira.

Outra experiência de diálogo interministerial que merece destaque é o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR)⁷. Elaborado sob a coordenação do MDA, o Plano conta com ações de mais sete ministérios (Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; Educação; Cultura; Comunicações; Trabalho e Previdência Social; Meio Ambiente; e Saúde), conforme exposto no Decreto 8.736, de 5 de maio de 2015, que instituiu o PNJSR. Suas ações, distribuídas em cinco eixos, têm por objetivo ampliar o acesso da juventude do campo, das florestas e das águas aos serviços públicos; propiciar o aces-

⁷ A publicação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, bem como de outros documentos de juventude rural produzidos pela Assessoria de Juventude do MDA estão disponíveis em: <https://issuu.com/assessoriadejuventudemda>.

so à terra e à oportunidades de trabalho e renda, por meio de inclusão produtiva; e ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios, especialmente das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária.

Seguindo a orientação de assumir a participação social como método de governo⁸, outro campo de atuação inovador da SNJ foi a participação social, donde destacamos além da criação do Conjuve em 2005, a experiência do Participatório, a primeira plataforma de interação digital do governo federal, lançada em 2013.

No âmbito da produção e difusão de conhecimentos sobre a juventude, a SNJ, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), a Unesco e a Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ) realizaram em 2013, por meio do Programa Gestão das Transformações Sociais da Unesco (MOST/Unesco, a edição brasileira da escola regional para discussão e difusão de estudos sobre juventude na América Latina e Caribe. Organizou uma biblioteca digital com materiais sobre juventude; e como destaque, a Secretaria coordenou a realização de uma pesquisa nacional sobre perfil, percepções e opiniões da juventude brasileira, a Pesquisa Agenda Juventude Brasil, aplicada entre abril e maio de 2012 e divulgada em 2013.⁹

Por fim, na área das relações internacionais, merecem destaque as apostas da SNJ, em parceria com o Conjuve, nos seguintes espaços:

⁸ No ano de 2014, a demarcação do termo participação social como método de governo, orientou a elaboração da política nacional de participação social, que foi coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República e teve sua instituição por meio do decreto presidencial. Este ato foi posteriormente anulado pelo Congresso Nacional. Devido ao conservadorismo instalado no Congresso, tal proposta foi barrada e não voltou a ser discutida.

⁹ A pesquisa coordenada pela SNJ e desenvolvida pelos pesquisadores/as: Helena Wendel Abramo, Elisa Guaraná Castro, Gustavo Venturi, Ana Laura Lobato, Carla de Paiva Bezerra, Anna Luiza Souto, Maria Virginia Freitas, Rita Doias e Sônia Hotimsky. Colaboração especial: Regina Novaes e Eliane Ribeiro. A publicação com os resultados da pesquisa está disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>. E o livro coordenado pela UNIRIO, com artigos analisando a pesquisa está disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/10759-2/>.

i) reorganização da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ) e na criação do Juvensur, um programa permanente de formação de lideranças jovens do Mercosul; ii) retomada de diálogo com a Organização das Nações Unidas e na participação no debate sobre a criação de um Fórum Permanente de Juventude na ONU; iii) realização da Mostra de Jovens Criadores no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); iv) envolvimento com a Organização Ibero Americana de Juventude, inclusive com a SNJ assumindo sua Presidência entre 2012 e 2014; v) participação na União das Nações Sul Americanas (Unasu); vi) bem como no envolvimento com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 e em outras iniciativas ligadas ao tema do desenvolvimento sustentável, como a correalização da realização da Youth Blast, que mobilizou jovens de todo o mundo para debater sustentabilidade.

Como vimos, é extensa a relação de ações, programas e iniciativas levadas a cabo pelo governo federal, e, em particular, pela SNJ ao longo desta década e meia de governo democrático popular no Brasil. Reconhecemos, contudo, que, apesar dos avanços a PNJ encontrou dificuldades em ampliar sua escala de atuação. Parte dessas dificuldades advinha do fato de que a própria agenda de juventude estava em processo de consolidação na sociedade e no governo. Ou seja, lutava por disputar recursos no orçamento federal ao mesmo tempo em que despendia esforços para consolidar seu reconhecimento político no âmbito do governo. Outra frente de atuação chave era a relação com estados e municípios e a necessidade permanente de convencimento a respeito da centralidade dos temas da juventude. Um dos pontos-chave relativos ao desenho das políticas públicas diz respeito à integração das ações nos territórios. A própria estrutura do Estado dificulta esta integração, na medida em que é organizada em “caixinhas” temáticas, que têm dificuldade de dialogar entre si. Contudo, sabemos que os problemas cotidianos da juventude – e do restante da população – nada têm a ver com esta divisão e exigem atenção integral e integrada das diversas áreas do governo. A integração das políticas deve abarcar também o componente federativo. Ou seja, é preciso que o governo

federal, os estados e os municípios canalizem esforços de forma conjunta e articulada para a criação de oportunidades e para a promoção do bem-estar e dos direitos da juventude. A canalização de esforços de maneira integrada e integral é de fundamental importância para a promoção dos direitos em um país tão desigual como o Brasil, as políticas focalizadas não devem ser vistas como descoladas das políticas universais, mas, ao contrário, devem ser pensadas de forma complementar. Chegar nos quatro cantos do país e nas diversas juventudes com suas especificidades foi e continua sendo um desafio.

O Desmonte pós-golpe

As mudanças e os reveses decorrentes do golpe têm se abatido fortemente sobre toda essa construção. No plano das políticas públicas, vivemos a desconstrução de parte das estruturas governamentais de juventude e das PPJ no plano federal. A Medida Provisória (MP) 726, de 12 de maio de 2016 extinguiu, dentre outros, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRJDH); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério das Comunicações (MiniCom). Cabe lembrar que a SNJ e o Conjuve passaram por um limbo administrativo até que foram então reintegrados à estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República. Os demais ministérios, MDA, MinC e MiniCom, que tinham interfaces e políticas voltadas à juventude, também ficaram por algum tempo à mercê de indefinições político-administrativas que comprometeram e seguem comprometendo sobremaneira seus programas e ações. O caso do MDA é emblemático. Uma semana antes da extinção do Ministério havia sido lançado, sob sua coordenação, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, fruto do esforço governamental e de anos de lutas e acúmulos da juventude do campo, das florestas e das águas. Com a nova estrutura da pasta, que, depois de idas e vindas, foi transformada em Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), não apenas a juventude, mas também

as mulheres rurais e os povos e comunidades tradicionais perderam seu espaço institucional. A perda das estruturas não deve ser tomada por uma ótica burocrática, afinal, as estruturas traduzem o reconhecimento político desses segmentos e indicam o grau de porosidade das estruturas governamentais.

As estruturas e políticas que ainda sobrevivem estão submetidas a uma reorientação da agenda política e social, que vai na contramão do que a população escolheu nos últimos quatro pleitos eleitorais. Os efeitos desta reorientação consistem na adoção de uma agenda neoliberal e privatista para o país, cujos impactos recaem sobre toda a população, em especial sobre os grupos historicamente mais vulneráveis, dentre eles os mais pobres, as mulheres, as/os negros e a juventude. Os exemplos mais nefastos e simbólicos desta nova agenda (que de nova não tem nada) são a contrarreforma trabalhista; a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que ficou conhecida como a PEC do teto dos gastos; o fim do Programa Ciências Sem Fronteiras; a desidratação do ProUni e dos investimentos em educação de maneira geral; e a proposta de contrarreforma da previdência social. Os efeitos sociais já têm sido duramente sentidos e a juventude responde por grande parte dos indicadores de desemprego, de trabalhos precários e de baixos salários. A aprovação da PEC 55 merece nossa atenção, pois inviabiliza a execução do Plano Nacional de Educação (PNE) e congela os investimentos públicos nas políticas sociais. Com isso, condena toda uma geração a permanecer na base da pirâmide social brasileira, justamente quando esta geração deveria ser um ativo fundamental da transformação do país. A contrarreforma trabalhista precariza ainda mais a situação da juventude no mercado de trabalho e inviabiliza por completo a agenda nacional do trabalho decente. Sem falar que todas as ações que seguem sob a coordenação da SNJ, sofreram cortes expressivos de recursos e o Conjuve passou por alterações que levaram à redução de sua representatividade e o colocaram na condição de espaço subordinado à gestão da Secretaria. De lá para cá, a SNJ não tem se manifestado publicamente sobre os desmontes e descaminhos das políticas públicas e alterações legislativas que impactam a juventude,

assim como tem mantido silêncio sobre o agravamento da situação social do país e os episódios de violação de direitos que afetam sobremaneira a juventude negra e pobre, – sendo o estado do Rio de Janeiro um *locus* emblemático desse contexto.

Considerações finais

Os governos Lula e Dilma promoveram transformações socioeconômicas e políticas que mudaram a cara do Brasil e o lugar que nosso país ocupava no mundo e, estas mudanças impactaram fortemente a juventude, elevando os indicadores de inclusão educacional como um dos grandes diferenciais. No que diz respeito especificamente as PPJs, a mudança começou com o reconhecimento das/os jovens como sujeito de direitos e na valorização da diversidade juvenil. A criação da SNJ, do Conjuve e do ProJovem, em 2005, inaugurou a institucionalização das PPJs no plano federal e impulsionou sobremaneira as iniciativas e esforços municipais e estaduais que haviam despontado timidamente até então. Daí em diante vimos a estruturação de uma verdadeira rede, que chegou a somar mais de 500 conselhos de juventude em todo país. A tarefa de gerir o ProJovem logo passou a ser uma das várias atribuições da Secretaria, que chegou a gerir uma série de programas e ações sob sua responsabilidade, dentre eles Juventude Viva, Estação Juventude, Pajur, para citarmos somente alguns. Um dos desafios perseguidos cotidianamente era a busca da integração das políticas públicas voltadas à juventude ou que incidiam diretamente sobre as/os jovens localizadas em outras pastas governamentais, que não a SNJ. Para este dar conta desse desafio, em 2013 foi criado o Conjuv. A dimensão da participação mereceu destaque e foi experimentada com ousadia nos espaços do Conjuve e nas três Conferências Nacionais de Juventude (2008; 2011; e 2015). O maior reflexo – e também marco – de todo este processo de construção foi a aprovação do Estatuto da Juventude, sancionado pela presidenta Dilma em 2013.

Como vimos, os avanços se deram nos planos da política pública, do reconhecimento político, dos direitos, da cidadania e da democra-

cia. Nesse processo, os próprios sentidos e significados de cidadania e democracia foram reconfigurados e expandidos. Isto é, já não se pode falar em cidadania e democracia plenas sem considerar os direitos dos diversos segmentos sociais, dentre os quais a juventude. Sem que as/os jovens tenham garantido seus direitos de viver a juventude, de experimentar, de usufruir de bens e serviços públicos e tenham assegurado o direito à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à justiça; à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à profissionalização, ao trabalho e à renda; o direito à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente, a democracia não pode ser plena. Não se trata, portanto, de uma abordagem orientada pela incorporação de recortes associados a públicos específicos, mas de respeitar e valorizar a diversidade de atores e segmentos fundantes da sociedade brasileira.

O golpe de Estado expresso no processo de *impeachment* da presidenta Dilma abortou a trajetória de construção das PPJs – e a democracia. As PPJs são mais um exemplo de que o *impeachment* não era uma questão jurídico-administrativa. Falamos de golpe porque, de fato, a agenda política brasileira foi inteiramente alterada, desnacionalizada e privatizada a partir de então. No caso das PPJs, vimos o fim do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Juventude ser extinto no mesmo dia em que a presidenta deixou o governo. Emblemático e sintomático.

Nossa esperança reside no fato de que os esforços e as políticas construídas nos governos Lula e Dilma produziram mudanças reais na sociedade brasileira. E a juventude sentiu tais mudanças de formas muito pronunciada. Sabemos que o Brasil de hoje não é o Brasil dos anos 1990 e mais do que isso, não deseja voltar a ser o Brasil de antigamente. A cultura política da participação e a noção dos direitos, inclusive do direito de sonhar, são conquistas pelas quais esperamos que a sociedade, em especial, a juventude, lute para preservar e ampliar cada vez mais.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (Orgs.), *Juventude e contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- ABRAMO. Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia (Orgs.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2005.
- Agenda Juventude Brasil. *Leituras de uma década de mudanças*. RIBEIRO, Eliane, NOVAES, Regina, PINHEIRO, Diógenes, VENTURI Gustavo (Orgs.). UNIRIO. 2016. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/10759-2/>. Acesso em: 27 set. 2017.
- BRASIL. Agenda juventude Brasil, 2013. Relatório. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.
- BRASIL. CONJUVE. Política Nacional de Juventude, Diretrizes e Perspectivas. 2006. Disponível em: http://www.juventude.gov.br/jspui/bitstream/192/51/1/CNJ_pol%C3%ADtica_2006.pdf. Acesso em: 27 set. 2017.
- BRASIL. SNJ. Balanço de gestão 2011 2014. Disponível em: http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/140/1/SNJ_relatorio_2014.pdf. Acesso em: 27 set. 2017.
- MACEDO, Severine. 12 anos da política nacional de juventude. Respeito pelos jovens e seus direitos. 2017. Disponível em: <http://lula.com.br/12-anos-da-politica-nacional-de-juventude-respeito-pelos-jovens-e-por-seus-direitos>. Acesso em: 1 set. 2017.
- NOVAES, Regina R. As juventudes e a luta por direitos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2012. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/as-juventudes-e-a-luta-por-direitos/>. Acesso em: 4 set. 2017.
- WELLER, Wiviam. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Brasília: *Sociedade e Estado*. Vol. 25; n. 2; mai-ago, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004. Acesso em: 20 ago. 2017.

Jovens mulheres e as contribuições para o campo feminista brasileiro

Clarisse Paradis

O acirramento das disputas democráticas no mundo e, especialmente no Brasil, foco desse capítulo, nos provoca a refletir sobre as contribuições dadas pelos vários segmentos da sociedade às resistências e às lutas políticas democratizadoras. A convivência entre projetos emancipadores e projetos fascistas, nos marcos de uma democracia cujo sequestro pelas forças do capitalismo neoliberal se torna cada vez mais nítido, requer uma profunda reflexão sobre as condições de construir um projeto político calcado nos ideais de liberdade e igualdade.

Em todos os momentos de acirramento das disputas políticas, a juventude teve papel fundamental, no sentido de construção de pautas que abarcassem um segmento ainda bastante largo na sociedade brasileira, que sofre de contradições específicas e no sentido de adicionar novos repertórios de ação, construindo formas de resistência que dialogam com as diferenças geracionais. Na última década no Brasil, a questão da juventude ganhou uma importância significativa, a partir dos processos de organização política, dos canais de participação e de liberação, e da construção de marcos fundamentais para a elaboração de políticas públicas específicas.

Assim como a juventude, o campo de luta política feminista assiste uma intensa pluralização, processo captado por Sônia Alvarez (2000;

2009; 2014) desde os anos 1990. O movimento feminista brasileiro tem contribuído fundamentalmente com os marcos das lutas democráticas, entre a casa e a rua, o corpo e o trabalho, os bens comuns e os serviços públicos, construindo uma luta global por um outro mundo livre da exploração, da violência, do racismo e da opressão. As mulheres jovens, a partir de diferentes espaços de mobilização, são parte fundamental dessa trajetória. Sua presença no movimento feminista e nos movimentos gerais da juventude trazem luz sobre as condições específicas de opressão e contribuem com novos fazeres políticos.

O objetivo desse capítulo será o de refletir sobre a condição das mulheres jovens como sujeitos políticos, buscando conectar a relação entre feminismo e geração. Vamos pensar o papel das jovens no campo feminista brasileiro atual e também as especificidades dos processos de opressão e exploração relativos ao corpo e sexualidade, ao trabalho e à organização política.

Refletir sobre a questão da geração para o feminismo nos leva a (re)pensar as transformações e continuidades do campo, no sentido de captar os desafios mais latentes para a luta política. Espera-se que o texto contribua para discutir os desafios que o capitalismo patriarcal impõe sobre as mulheres jovens e visibilizar suas contribuições para um outro mundo possível e necessário.

Reflexões sobre o estado do campo feminista

Na tentativa de se fazer um certo diagnóstico do estado do feminismo no Brasil e do lugar das mulheres jovens nele, um recurso importante é pensar não os movimentos em si, mas a ideia de campo feminista, conforme noções elaboradas por Alvarez (2014) e por Matos (2008). Para esta, o campo “feminista e de gênero” abarcaria a pluralidade de participantes concernentes às lutas envolvidas no redimensionamento do *status* das mulheres e, na América Latina, seria articulado por um movimento multimodal de mulheres ou a partir de diferentes “comunidades de políticas de gênero” (MATOS; PARADIS, 2013, p.99).

Nas palavras de Sonia Alvarez, pode-se entender o feminismo como “campo discursivo de ação” (Alvarez, 2014), isto é, um campo ancorado na sociedade civil, mas com certas extensões em alguns espaços da sociedade política, englobando uma vasta gama de participantes, espaços e organizados de modo difuso, heterogêneo, polisêmico e policêntrico. No sentido dado pela autora, os campos discursivos de ação são, portanto, “muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/atores individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos” (ALVAREZ, 2014, p. 18).

Segundo a autora, esses campos são fluidos e são parte de disputas políticas com consequências para os elementos que os constituem e para os seus parâmetros. Para Alvarez, alguns dos elementos que conformam um campo discursivo de ação são: “1) atoras/atores mais ou menos visíveis, hegemônicas/os, marginalizadas/os; 2) malhas/teias/redes articuladoras; 3) pontos nodais; 4) dimensões verticais, horizontais, e talvez densidade; 5) discursos definidores; 6) lutas interpretativas/conflitos constitutivos; e 7) paradoxos transformadores” (ALVAREZ, 2014, p.46). Apesar de não desenvolver muito cada um desses elementos, eles ajudam a visualizar o campo como algo em transformação, em disputa e em movimento.

O processo de redemocratização no Brasil e América Latina, de um lado, representou um momento fundamental de retomada da democracia e da ação coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras e de uma maneira geral das mulheres nos movimentos e partidos políticos, por outro lado, foi acompanhado pela vigência do neoliberalismo, que representou, além de uma orientação na política econômica, um modo específico de legitimidade das relações sociais e políticas, centralizadas na capacidade do mercado em mercantilizar as diferentes esferas da vida.

O grau do impacto do neoliberalismo sobre o campo feminista variou entre as décadas e os lugares. No Brasil, a partir do novo milênio, a construção de uma forte atuação feminista nos Fóruns Sociais Mundiais possibilitou outros marcos de atuação, uma agenda com-

partilhada de resistência ao livre comércio e uma forte denúncia do imbricamento entre os processos de pobreza e violência que atingem prioritariamente as mulheres e, dentre elas, as mulheres negras, indígenas, rurais, moradoras das periferias urbanas etc.

Desde esse período, a eleição dos governos progressistas na América Latina representaram, ainda que com graus de conflitos e contradições, novas oportunidades de construção de agendas feministas compartilhadas, novos trânsitos, negociações e diálogos entre sociedade civil e política e novos acessos ao “microfone público” (ALVAREZ, 2014, p.43).

Segundo Sônia Alvarez (2009), o fenômeno de transversalização ou *mainstream* do gênero durante os anos 1990 e 2000, em que o discurso da igualdade entre homens e mulheres passou a atingir, de maneira vertical, diferentes níveis de governo, partidos de todo o espectro ideológico e instituições internacionais e regionais, conviveu com outro tipo de alastramento do feminismo, que se deu de maneira horizontal, o que a autora chama de “*sidestream*”, em que seu discurso atingiu “uma ampla gama de classes, de comunidades étnico-raciais, e de espaços culturais e sociais, incluindo paralelamente movimentos sociais públicos” (ALVAREZ, 2009, p. 177, tradução nossa). Para Amorós e De Miguel (2010), “[...] os princípios do feminismo passaram de patrimônio de “quatro radicais” para se converter em um sentido comum alternativo” (AMORÓS; DE MIGUEL, 2010, p.87-88, tradução nossa).

Nesse contexto, o “*sidestream*” do feminismo pode ser considerado uma nova fase do feminismo no Brasil e na América Latina. Esse momento atual está marcado segundo Alvarez (2014) por “mobilizações, protestos e manifestações ‘não cívicas’, não institucionalizadas e mais fluidas, e de feminismos cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si” (ALVAREZ, 2014, p.45). Além disso, como afirma a autora, esse processo não é livre de controvérsias:

Em efeito, o poder, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais também são elementos constitutivos do campo feminista. Como é o caso em todas as formações políticas, os campos discursivos de

ação movimentistas estão sempre minados por desigualdades e relações desiguais de poder (ALVAREZ, 2014, p. 19).

Nancy Fraser (2013) reconhece que, com a crise do neoliberalismo e descrédito do “culturalismo reduutivo”, o interesse feminista na economia política está se afluando rapidamente. (FRASER, 2013, p.12, tradução nossa). Para ela, o feminismo do futuro está sendo reinventado por uma nova geração de ativistas feministas, combinando redistribuição, reconhecimento e representação, buscando transformar um mundo diferente do sistema Westphaliano de Estados soberanos, combinando o feminismo socialista com novos paradigmas, como o pós-colonialismo e a ecologia.

No Brasil é possível reconhecer um fortalecimento crescente da identificação com o feminismo, entre mulheres de diferentes origens e espaços de atuação. Há um sentido do feminismo como uma prática popular, isto é, um conjunto de valores e de repertórios de atuação política que integram os modos de vida e o horizonte de transformação das mulheres organizadas em múltiplos espaços e territórios.

Parte desse processo tem a ver com os espaços institucionais que foram forjados na última década, a partir das Conferências de Políticas para as Mulheres, dos Conselhos, da criação dos Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIM)¹ nos governos subnacionais, mobilizando números muito expressivos de mulheres em todo território nacional. No entanto, as contradições do último período e o atual desmonte das políticas públicas de igualdade nos revela que uma ação política “não cívica” tem sido também fundamental para politização das contradições do capitalismo na vida das mulheres e na mobilização dos setores médios e marginalizados.

¹ Os MIMs podem ser entendidos como órgãos do poder executivo do Estado, responsáveis pela implementação das políticas de igualdade de gênero. Variam de formato em cada país e nível federativo, podendo ser ministérios, secretarias, coordenadorias, institutos, conselhos, entre outros.

Feminismo e geração: o papel e lugar das mulheres jovens

Reconhecer as transformações do último período no campo feminista brasileiro requer refletir sobre as trocas intergeracionais. Como nos mostra Gonçalves e Pinto (2011), a relação do feminismo com as diversas gerações de mulheres nos remete às continuidades e descontinuidades, às “crises, avanços e superações” (GONÇALVES e PINTO, 2011, p.37). As autoras remarcam que a relação entre idade e geração não é necessariamente alinhada. De fato, a geração poderia ser entendida como um encontro no tempo, a partir de traços mais preponderantes das questões vigentes no feminismo, provocada, especialmente, pelas mulheres jovens, mas abarcando o conjunto de ativistas e seus debates.

Ainda que algo das relações de poder estejam presentes nas contradições das gerações no interior do feminismo, é necessário refletir sobre as possibilidades de construção de um movimento que, de um lado, se apoia em uma tradição² e, de outro, está aberto a absorver novos pensamentos, novas leituras e novas práticas políticas. No entanto, a atenção dada às especificidades e contradições vividas pelas mulheres jovens na atualidade nos permite complexificar as agendas de luta e construir leituras mais abrangentes sobre as transformações nas formas de opressão e exploração vigentes.

Nesse sentido, as jovens feministas são parte fundamental desse processo de renovação do feminismo. Como nos mostra Alvarez (2014), elas são muito heterogêneas, mas de uma maneira geral, reconhecem a necessidade de uma prática feminista mais contestadora, organizada nas ruas, a partir de processos de mobilização “não cívicos”. Além disso, segundo Alvarez (2014), a politização da identidade de jovem no feminismo tem sido mais organizada pelas militantes vinculadas aos espaços mais institucionalizados. Nos movimentos mais autônomos, essa identidade não teria tanto apelo, sendo substituída pelas identidades de classe, raça e sexualidade (ALVAREZ, 2014).

² Como nos mostra Amorós e De Miguel (2010), o pensamento feminista, ainda que tenha tido alguma expressão durante o período feudal, se organizou a partir dos marcos do iluminismo, no século XVIII e possui um fio condutor até os dias atuais.

É preciso reconhecer que as jovens sempre estiveram presentes nos espaços de construção do feminismo. Podemos destacar alguns processos importantes de organização das mulheres jovens, no período do novo milênio. Como nos mostra Giovanni (2003), o III Acampamento Intercontinental da Juventude, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2003, foi um espaço fundamental para politização da condição das mulheres jovens no contexto neoliberal, para inserção do feminismo como prática e leitura política no contexto das resistências altermundialistas e também ferramenta para denunciar as práticas machistas no interior do evento e do cotidiano dos movimentos. Como afirma a autora:

Essas jovens são portadoras de um feminismo renovado porque precisam responder continuamente a desafios históricos que se colocam hoje não apenas para o feminismo, mas também para o conjunto dos projetos emancipatórios dos quais o 'movimento de movimentos' pretende ser canal de convergência (GIOVANNI, 2003, p.657).

Outro processo fundamental para organização das mulheres jovens foi a construção da diretoria de mulheres da União Nacional dos Estudantes (UNE), que desde 2003, tem articulado um espaço de auto-organização das mulheres, estabelecendo, desde 2005, edições bianuais dos Encontros de Mulheres Estudantes (EME). A partir desses espaços, o feminismo se fortaleceu como uma prática no interior do movimento estudantil, foi possível elaborar formas de lidar com o machismo na militância e na universidade, reivindicar marcos não sexistas para a educação pública, além de (re)elaborar as pautas feministas fundamentais.

Além disso, uma das políticas incentivada pela diretoria de mulheres da entidade foi a de constituição de coletivos de mulheres organizados nas universidades, dando capilaridade ao processo de organização feminista na juventude universitária e também secundarista. Hoje é possível encontrar uma variedade de coletivos organizados como o de mulheres negras e de diversidade sexual, que contribuem fortemente

com a construção da prática feminista contra o racismo e a imposição da heteronormatividade.

A institucionalização da política nacional de juventude, durante o governo Lula, também significou uma organização das mulheres jovens na luta por políticas que compreendessem as especificidades da juventude, superando os estigmas e situando os/as jovens como sujeitos de direito e autônomos (Silva, 2015). Os conselhos e conferências de juventude e de mulheres foram importantes espaços para constituição das jovens como sujeitos políticos, ainda que a luta por inclusão das pautas específicas tenha se dado com disputas e contradições nesses espaços tal como nos mostra Áurea Carolina Silva (2015), em sua pesquisa de mestrado.

Mais recentemente, de acordo com Alvarez (2014), uma série de espaços de atuação congregaram as mulheres jovens no contexto das Jornadas de Junho e das resistências contra a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil. Como nos mostra a autora, o feminismo tem sido pauta importante desses processos, inclusive na resistência ao machismo cotidiano nas práticas políticas. Mais recentemente, foi possível notar a importância das mulheres jovens que lideraram as ocupações nas escolas, contribuindo fundamentalmente com as resistências democráticas no Brasil, no contexto do golpe, reconhecendo a articulação de um discurso conservador sobre a vida e corpo das mulheres e as ações de desmonte das políticas públicas de igualdade.

Nas batucadas da Marcha Mundial das Mulheres, nas organizações de mulheres negras, na UNE, nas ocupações das escolas do ensino médio, nos coletivos autonomistas, nos partidos de esquerda, mulheres jovens constroem olhares próprios sobre as formas de luta e as agendas, conectam as contradições do capitalismo com as formas perversas de exploração de uma geração especialmente impactada pelo recrudescimento do conservadorismo, da flexibilização do trabalho, da mercantilização do corpo e da sexualidade.

A seguir examinaremos alguns dos debates feitos sobre a relação entre opressão de gênero, raça, classe e geração. Nossa intenção não é cobrir todas as agendas, nem fazer um estudo massivo de todas essas

interconexões, o que seria impossível no escopo desse trabalho, mas apenas captar algumas das possibilidades de debate e ação política trazidas pelas jovens no campo feminista.

Aportes das mulheres jovens para complexificar as agendas políticas

Compreender as contradições que o capitalismo patriarcal e racista impõe sobre as mulheres jovens requer pensar as relações entre trabalho e estudo, maternidade e sexualidade e desafios do funcionamento da democracia brasileira. Essas questões são, muitas vezes, dramáticas para as mulheres jovens, impactando nas possibilidades reais de autonomia.

Do ponto de vista da relação entre trabalho e estudo, é possível perceber o impacto das tarefas domésticas e de cuidados para a capacidade das mulheres jovens constituírem independência econômica. Como afirma Pappa e Borges (2014), a partir dos dados do Censo de 2010, as mulheres formam 64% da geração “nem nem”, isto é, do conjunto da população jovem que não estuda nem trabalha fora de casa. Dentre todas as mulheres jovens brasileiras, um pouco mais de 30% pertencem a essa categoria (PAPPA e BORGES, 2014). Como nos mostram as autoras, a preponderância maior de mulheres nessa situação revela o peso do trabalho doméstico e de cuidados.

Sendo mães ou cuidando das crianças de outras mães, essas jovens comprometem as possibilidades de autonomia econômica no presente e futuro. Segundo as autoras, das jovens que têm filho, a maioria pertence ao grupo “nem nem” (61,1%). Em contraposição, somente 3,5% das jovens mães estudam e trabalham (Pappa e Borges, 2014). O impacto da maternidade sobre o estudo é ainda maior do que sobre o trabalho. Enquanto as jovens que só trabalham variam em torno de 27% com filhos e 33% sem filhos, do total de jovens mães aproximadamente 8% apenas estudam, enquanto entre as jovens sem filhos, quase 26% só estudam. A insuficiência de políticas de cuidado, como creches públicas, impacta fundamentalmente as possibilidades de vida autônoma das mulheres jovens.

Essa realidade nos remete a pensar sobre o papel da maternidade para esse segmento. Essa é uma questão sensível às intersecções de raça e classe. Se os jovens homens sempre foram tratados como problema, associados às drogas, à violência e à delinquência, os estigmas que pairam sobre as mulheres jovens relacionam-se fortemente com a sexualidade e maternidade. De um lado, pouco se compreende das relações entre autonomia e maternidade. Se para as mulheres de classe média, com acesso à universidade, a maternidade é vista como um problema para os planos de vida, entre parte das mulheres nos meios populares, a maternidade é vista, em algumas ocasiões, como um destino para legitimar-se como sujeito responsável, a partir do sentido moral de ser mãe como uma mulher que tomou “juízo”, como mostra a pesquisa realizada por Chacham e Jayme com jovens nas vilas e favelas da zona sul de Belo Horizonte (Chacham; Jayme, 2016, p.9).

A visão que ainda impera sobre as mulheres jovens, especialmente as das classes populares, dos aglomerados urbanos, é a de sujeitos sem autonomia e responsabilidade, sem credibilidade. Como nos mostra Oliveira (2008), em estudo sobre a relação entre adolescência, maternidade e trabalho em São Paulo, entre as entrevistadas, havia presente a conexão entre ser mãe e atingir o *status* de adulto. É evidente que existem diferentes situações. Em casos em que há a conjugalidade, a maternidade tem um sentido mais aceito, nos casos em que ela não existe, a gravidez é, muitas vezes, considerada irresponsabilidade das jovens (Oliveira, 2008).

De toda forma, esses traços na socialização das mulheres jovens brasileiras nos mostram como a experiência das fases da vida é muito diferente entre homens e mulheres. O cuidado referente aos filhos continua sendo uma tarefa primordialmente exercida pelas mulheres como algo naturalizado. A ausência de políticas públicas de cuidado, como as creches, a precariedade de acesso à renda na juventude e a falta de políticas de assistência estudantil agravam essa situação desigual.

O peso do trabalho doméstico e de cuidados também parece figurar como um dos fatores que impacta na participação política das mulheres jovens. Evidentemente que as relações patriarcais no interior

da política dificultam a presença de todas as mulheres. No caso das jovens, elas estão ainda mais distantes dos centros de poder do partido. Desde 2014, apenas duas deputadas federais são jovens, de um número ainda muito pequeno de mulheres eleitas (Pappa; Borges, 2014).

Alguns dados sobre a candidatura da juventude, no quadro abaixo, nos mostram que, em 2016, o número de candidatas entre 18 e 19 anos foi superior ao de homens. Entre 20 a 24 anos, o número de candidatas é bastante equalizado e somente atingindo os 25 anos em diante é que o número de mulheres candidatas cai em relação aos homens.

Quadro 1 – Quantitativo de candidatos/as por sexo e faixa etária nas eleições municipais de 2016

Idade	Mulher		Homem	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
18 a 19 anos	1465	60,97	938	39,03
20 a 24 anos	7776	48,98	8099	51,02
25 a 29 anos	11943	39,21	18519	60,79

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2017.

Seria necessário estudar os fatores que fazem com que as candidaturas entre as mulheres diminuam em relação aos anos de vida. Uma possível resposta poderia corresponder ao que vemos no padrão de organização política de muitas jovens. Assim que os anos vão passando, as responsabilidades com o trabalho de cuidados e domésticos também aumentam, o que poderia impactar na disponibilidade de tempo para que as mulheres exerçam papel na política. Outros fatores também poderiam jogar peso, como a dinâmica dos partidos e o aumento do número de candidatos acima dos 24 anos, fazendo com que haja mais competição e, portanto, menos incentivos para as mulheres se candidatarem. Por outro lado, esses dados também demonstram que as mulheres jovens, especialmente entre 18 a 24 anos, estão se mobilizando na política tanto ou mais do que os homens e os mecanismos necessários para garantir condições igualitárias nas

campanhas eleitorais são fundamentais para a presença das mulheres e das jovens na política.

Além disso, é preciso denunciar a violência que as mulheres jovens vivenciam cotidianamente. De acordo com o Mapa da Violência, em torno de metade das jovens internadas por motivo de violência foi agredida pelo (ex) parceiro (Waiselfisz, 2015). Ainda de acordo com esses dados, o perfil preferencial das mulheres vítimas de homicídio é de mulheres negras, entre 18 e 30 anos. Nesses crimes, há uma prevalência maior de mortes no domicílio e perpetrados por objetos cortantes ou contundentes, o que indica o peso do feminicídio entre esses crimes. É preciso problematizar e “desromantizar” o nível de controle patriarcal sobre o corpo e vida das mulheres, construindo lutas coletivas e reivindicando acesso à justiça.

Outro aspecto importante para pensar as agendas de luta das mulheres jovens tem a ver com a conexão com o racismo. Alvarez (2014) identificou, em sua pesquisa de campo no Brasil, a existência de uma concepção das jovens de que o feminismo deve ser uma prática que se articula no combate às diferentes opressões. Nesse sentido, não é possível uma prática feminista que não seja antirracista e o protagonismo do feminismo negro nos interpela a repensar as articulações entre desigualdade de gênero e raça. É evidente que esse processo compreende pensar diferentes categorias e visões de mundo das mulheres.

Um exemplo emblemático é o papel dos concursos de beleza. Enquanto para muitas mulheres brancas, esse é um exemplo cabal da defesa de uma feminilidade débil, mercantilizada, padronizada, para as mulheres negras tem um sentido de desafiar os padrões de beleza que se construíram em torno dos referenciais eurocêntricos. Como nos mostra Davis (2016), historicamente, as mulheres negras foram vistas como não sendo adequadamente mulheres, isto é, estando fora dos parâmetros da feminilidade hegemônica.

No último período, é possível perceber o protagonismo das mulheres negras em denunciar o racismo e suas consequências diferenciadas entre homens e mulheres. A construção de marcos estéticos não eurocêntricos, a denúncia do crescimento da violência sobre as mulheres

negras, a visibilidade da luta das mães dos jovens assassinados cruelmente pelas forças do Estado brasileiro, o resgate da história de luta do povo negro, convocam a toda a sociedade a se rebelar contra essas desigualdades estruturais que conectam classe, gênero, raça e geração.

Além disso, precisamos reconhecer a força que o mercado tem de capturar as nossas pautas políticas, impactando nossas bandeiras de lutas, nossas ideias de vida e nossas subjetividades. No contexto do capitalismo racista e patriarcal, os discursos emancipadores são moldados no sentido de fixá-los nos padrões de consumo e de liberdade liberal. No âmbito da sexualidade essas contradições se tornam ainda mais agudas. De um lado, um campo conservador, reforça a ideia das mulheres “belas, recatadas e do lar”, reforçando as categorizações patriarcais entre as mulheres e combatendo ideias mais abrangentes de liberdade. De outro lado o mercado organiza um discurso anticonservador que, no entanto, visa transformar o corpo em um negócio e propagar uma autonomia superdimensionada que não reconhece os laços sociais e a sustentabilidade da vida humana.

Considerações finais

Essa breve contribuição buscou reconhecer a presença e organização política das mulheres jovens como fundamental para o momento atual de pluralização do campo feminista, a partir de uma prática contestadora, irreverente, que dialoga com as diversas realidades e abarca as diferentes lutas e reivindicações. Em um momento de recrudescimento do conservadorismo, de desmonte das políticas de igualdade e de reforço dos centros de poder neoliberais, as mulheres jovens interpe-lam a sociedade por uma sociedade livre do machismo, do racismo e da imposição da heteronormatividade.

Essa prática é orientada a partir do feminismo, como campo eferescente e plural. O feminismo, em toda sua diversidade, tem a tarefa e o potencial de oferecer um caminho para vivência da liberdade das mulheres, que combata o conservadorismo, isto é, o moralismo sexual, a imposição da heteronormatividade, o racismo; que combata o

discurso do mercado, que busca transformar todas as esferas da vida em mercadoria, inclusive as próprias pessoas.

Assim o feminismo deve repor um sentido comum de luta democrática, capaz de conectar vida pública e privada e garantir que as gerações de mulheres possam fazer escolhas em um contexto em que os direitos e deveres são garantidos de maneira igualitária.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000a, p. 383-426.
- ALVAREZ, Sonia. Beyond the NGO-ization? Reflections from Latin America. *Development*, v. 52, n. 2, 2009, p. 175-184.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Campinas: *Cadernos Pagu*, v. 43, jan/jun. 2014, p.13-56.
- AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana. Introducción: teoría feminista y movimientos feministas. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Ed.) *Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización: de la ilustración al segundo sexo*. Madrid: Minerva Ediciones, v. 1, 2010.
- CHACHAM, Alessandra S.; JAYME, Juliana G. *Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade*. Porto Alegre: Civitas, v.16, n.1, jan-mar. 2016, p.1-19.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism: from State-managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres, Nova York: Verso, 2013.
- GIOVANNI, Julia R. Di. Jovens, feministas, em movimento: a Marcha Mundial das Mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v.11, n.2, jul-dez. 2003, p.655-660.
- GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. Campinas: *Cadernos Pagu*, n.36, jan-jun. 2011, p.25-46.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. Quito: *Íconos*, n. 45, set. 2013, p. 91-107.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, n. 16, v.2, mai/ago. 2008, p. 333-357.

- OLIVEIRA, Régia C. Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. São Paulo: *Saúde e Sociedade*, v.17, n.4, p.93-102, 2008.
- PAPA, Fernanda; BORGES, Larissa. Imaginando cores que nunca vimos. In: LOBATO, Ana Laura (org.). *Jovens mulheres e políticas públicas*. Brasília: Presidência da República, 2014.
- SILVA, Áurea Carolina de Freitas. *Ampliando os limites do Estado: conflito e cooperação entre agentes estatais e da sociedade civil na luta por inclusão das mulheres jovens na agenda governamental*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2015.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas eleitorais 2016 – Candidaturas. Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/candidaturas>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- WASELFSZ, Julio J. *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: ONU; SPM; FLACSO. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

Cansados de não sermos, abriremos o nosso caminho: uma juventude negra que (re) existe e luta

Clédisson Júnior

Para Maria Eduarda Alves e Rafael Braga

Para início de conversa

As revoluções do século XXI devem relacionar-se com um programa de transformação econômica, política e social com participação ativa da classe trabalhadora e do povo organizado, articulando a dinâmica de uma revolução democrática e popular mobilizadora de tradições e setores com graus distintos de consciência anticapitalista. Todavia, ela somente adquire sentido histórico se conseguir afirmar uma direção socialista, isto porque o aprofundamento da dinâmica da participação e dos direitos vem a cada dia perdendo espaço na luta contra os domínios nacional e internacional do capital. A disputa na sociedade global em torno das saídas para a crise capitalista combinadas com a disputa política e ideológica é o que deve organizar os posicionamentos das forças políticas em movimento. A esquerda socialista deve localizar-se nesse contexto defendendo medidas imediatas que reduzam os impactos da crise, principalmente sobre os empregos, a renda e os direitos. No plano internacional, a formação de uma massa de trabalhadores empobrecidos beneficiou um ambiente instável. Este cenário fluído permitiu o aparecimento de atores e comportamentos de massa singulares. As classes populares decepcionadas passam a ser disputadas com

centralidade pelo bloco conservador surgindo assim a base política e social que elegeu o ultraconservador Donald Trump nos EUA, assim como moldou a maioria política que se definiu pela retirada da Grã-Bretanha da União Europeia tal como o forte desempenho eleitoral da ultra direita Frente Nacional que novamente disputou o segundo turno nas eleições presidenciais francesas.

É importante destacar que o neoliberalismo responde, como uma de suas atribuições, ao paradigma da “cultura do controle” que se apresenta a partir de um paradoxo enigmático da modernidade tardia, exercendo o controle sobre todas as áreas da vida social com rara exceção da economia. A contrarreforma neoliberal carrega uma profunda discriminação de classe, étnico-racial e espacial. No Brasil a consolidação do golpe e o retorno triunfante da hegemonia do neoliberalismo retomam com fôlego as privatizações supostamente apontadas como saída para a crise econômica, cortes de gastos nas áreas sociais e privilégios aos setores financeiros, fazendo com que os ganhos na produtividade surjam a partir da degradação do trabalho, gerando como consequência as marginalidades econômicas e sociais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relatório recente, divulgou que o desemprego entre os negros no final do ano passado foi maior que a média nacional. Enquanto a taxa de desemprego no país foi de 12% no final do quarto trimestre de 2016, ela chegou a 28,5% entre os negros. Para os brancos, a taxa foi menor, de 9,5%. Do total de 12,3 milhões de desempregados no último trimestre de 2016, a maioria (63,7%) era negra. Brancos representavam 35,6%. Na população total, os brancos representam 45,2%, os negros, 54%, de acordo com a última contagem do IBGE, de 2015. A pesquisa também mostrou diferenças no rendimento de negros e brancos. Enquanto os brancos tiveram rendimento médio de R\$ 2.660,00 acima da média nacional (R\$ 2.043,00), negros receberam R\$ 1.470,00.

Proporcionalmente, o desemprego é maior entre as mulheres. A taxa de desocupação entre elas foi de 13,8%, e entre os homens, de 10,7%. O percentual de mulheres (50,3%) na população desocupada foi superior ao de homens (49,7%) no quarto trimestre em quase

todas as regiões do país. A exceção foi a região Nordeste, onde as mulheres representavam 48,7% da população desocupada. Considerando o desemprego por idade, o IBGE informou que a taxa foi maior entre jovens de 18 a 24 anos (25,9%). Já nos grupos de pessoas de 25 a 39 anos o desemprego foi de 11,2% e, no de 40 a 59 anos, de 6,9%. O Brasil fechou 2016 (ano do golpe) com 11,8 milhões de desempregados, em média, o que representa um aumento de 37% na comparação com 2015, quando eram 8,6 milhões. É a maior média registrada pela pesquisa, que começou a ser feita em 2012.

Não satisfeitos com as inúmeras derrotas impostas ao povo trabalhador, o governo do golpe tenta agora produzir mais uma retirada de direitos a partir da aprovação de uma reforma previdenciária. Vários estudos apontam o papel dos gastos previdenciários e assistenciais como mecanismos de redução da miséria e de atenuação das desigualdades sociais. Os avanços em termos de grau de cobertura e de garantia de renda mínima para a população são significativos. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cerca de 36,4 milhões de pessoas ou 43% da população ocupada são contribuintes do sistema previdenciário. Esse contingente cresceu de forma considerável nos últimos anos, embora muito ainda precise ser feito para ampliar a cobertura e evitar que, no futuro, a pobreza na velhice se torne um problema entre os mais graves. A PEC 287/16 se referencia na ideia de falência dos sistemas previdenciários públicos e os ataques às instituições do Estado de bem-estar social, programas estes amplamente alardeados e utilizados pelos governos neoliberais no final do século passado e início deste. O que está em disputa é um sistema de seguridade social universal, solidário e baseado em princípios redistributivistas que inerentemente entra em conflito com uma política de defesa da ampla soberania dos mercados e dos interesses individuais sobre os interesses coletivos.

E a juventude negra com isso?

Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos criminosos praticados por policiais, os jovens negros

lideram o *ranking* dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes do tempo e dos que têm maior defasagem escolar.

A violência a que jovens negros e negras cotidianamente são submetidos é fruto do racismo institucional, que também é sistêmico e tem, na polícia, na política, na mídia e demais instrumentos de dominação, espaços propícios para o nosso linchamento moral e físico, processo que se mantém desde o início do tráfico e escravização dos povos africanos. As mortes por assassinato da juventude negra estão diretamente relacionadas à ação ou omissão do Estado. De um lado, a proliferação do tráfico de drogas nas comunidades de baixa renda, sobretudo nas vilas e favelas, é resultado, em última análise, da falta de segurança pública e da ausência dos órgãos de Estado. Em um ambiente onde a omissão do Poder Público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. Situações envolvendo a morte de jovens negros, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados autos de resistência.

O racismo é funcional ao sistema capitalista, uma vez que as posições ocupadas pelos negros nas relações de produção historicamente trouxeram uma excepcionalidade: a possibilidade de uma extração de mais-valia, acima da média. O ponto de partida para pensar as formas como o racismo se concretiza e se expressa, foram os processos históricos e sociais que indicaram as condições dos negros após a abolição, ou seja, no processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre e, portanto, as situações concretas que diferenciaram brancos e negros. No caso brasileiro, os brancos como classe operária, passaram a integrar o processo incipiente de industrialização e os negros, no âmbito das novas relações de produção, posicionaram-se na retaguarda desse processo, inserindo-se nas ocupações amplamente rejeitadas pelos brancos.

Diante de um incipiente mercado de trabalho, fortemente moldado para os trabalhadores brancos que imigraram da Europa, os negros, na concorrência com os primeiros, passaram a compor majoritariamente o “exército dos desocupados” e a se constituir em “reserva de força de trabalho superexplorada”. Esse processo de permanência dos negros à margem das ocupações fabris, nas regiões mais dinâmicas do Brasil, e de inserção apenas naquelas tarefas rejeitadas pelo imigrante, desencadeou a sua expulsão para as áreas decadentes do país, onde não se verificava a concorrência com os trabalhadores brancos. Duas determinações desses processos podem ser aqui apresentadas: a primeira diz respeito à concentração dos negros no “exército dos sem trabalho” e nas ocupações precárias; associada a essas condições, a segunda, o seu deslocamento dos centros mais dinâmicos e concentração nas regiões menos desenvolvidas economicamente, passando a se constituir em força de trabalho excedente para as necessidades médias do capital agrário. Como determinação central do racismo, no emergente processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, os negros mesmo tendo presente o restrito mercado de trabalho e os padrões de exploração da força de trabalho no Brasil passaram a se constituir em reserva de força de trabalho e, por isso, força de trabalho suscetível às ocupações e empregos degradantes.

Para enfrentar esta realidade, contra a discriminação direta, o Estado a partir das pressões feitas pelo movimento negro procurou avançar na tipificação do racismo como crime e em instrumentos de repressão. Contra os efeitos da discriminação indireta e das desigualdades, recorreu-se às ações afirmativas. Para enfrentar o preconceito, que alimenta e nutre-se destas manifestações, é preciso recorrer a estratégias diferenciadas, que vão de encontro ao imaginário social e quebrem estereótipos raciais muito arraigados na formação brasileira como nação. São tarefas essenciais na luta antirracista: a desconstrução, nas mentes de brancos, negros, indígenas, de uma vasta formação que estabelece hierarquias baseadas em raça; a resignificação da história e do papel de cada segmento na formação nacional e a ruptura com a folclorização.

Um estado de guerra permanente

Guerras são empreendidas por militares contra inimigos externos da nação, enquanto o combate ao crime, independentemente do quão duro seja, envolve órgãos civis que lidam com cidadãos e detentos protegidos por uma série de direitos e que, ao invés de serem expulsos ou aniquilados, são reintroduzidos na sociedade após um período em custódia penal. No Brasil hoje, assim como em diferentes partes do mundo, existe uma guerra onde o alvo na verdade são determinadas categorias de ilegalidades cometidas em um setor bem definido dos espaços físico e social: basicamente crimes de rua cometidos em bairros de classes desfavorecidas e segregadas das metrópoles. O acionamento da luta contra o crime serviu tão somente como pretexto para uma reformulação do perímetro e das funções do Estado.

A governança do Estado neoliberal implementado inicialmente nos Estados Unidos tem servido de padrão para os demais países, onde se identifica um deslocamento do braço social para o braço penal do Estado a partir da realocação de orçamentos públicos, de recursos humanos, assim como a orientação das políticas sociais pela lógica punitivista. A substituição do exercício estatal social para o penal e a reorientação das políticas sociais são características marcantes do modelo de gestão baseados na contrarreforma neoliberal.

Uma das consequências dos ataques às políticas de seguridade social é a transformação dos mecanismos de serviço social em instrumentos de vigilância e controle, em que a sua dimensão mais radical consiste no encarceramento da juventude negra oriunda das regiões mais empobrecidas dos grandes centros urbanos, principalmente envolvida com o tráfico varejista de drogas. As raízes históricas e o passado escravagista em nosso país são vetores do desenvolvimento do sistema punitivista e da sua transformação em um meio de controle social que visa uma gestão das “classes perigosas”.

O racismo mata simbólica e fisicamente jovens negros e negras cotidianamente. Submetidos à constante discriminação em virtude da cor da nossa pele e de nossas características físicas, negros e negras

desenvolvem problemas psicológicos e alterações comportamentais, que, conseqüentemente, retroalimentam os estereótipos dos grupos subalternizados e as tendências discriminatórias entre a população branca, criando assim um círculo vicioso de complexa interrupção. O racismo no Brasil é um crime perfeito, objetiva a manutenção dos privilégios dos brancos condicionada à subalternidade negra e indígena. Os racistas constituíram no Brasil um pensamento que nega as nossas dimensões políticas e sociais de raça buscando legitimar uma pretensa ausência de conflitos raciais em nossa sociedade.

No Brasil, a morte prematura da juventude negra em decorrência de causas externas (homicídios, suicídios e acidentes) é a face mais visível e mais cruel do racismo. O IBGE aponta o homicídio como a principal causa de mortes não naturais e violentas entre os jovens negros. Em 2011, a cada 100 mil jovens, 53,4 foram assassinados. As mortes não naturais e violentas cresceram 207,9% entre os jovens no período de 1980 a 2011. O número é ainda maior quando analisados somente os assassinatos, com aumento de 326,1%. Com o aumento dos homicídios entre a população negra, a probabilidade de um preto ou pardo ser vítima de assassinato no país passou a ser 2,4 vezes maior do que a de um branco. Esses dados explicitam o que podemos definir como um verdadeiro genocídio. Nos últimos dez anos, foram registrados 522 mil homicídios. Estudos oficiais revelam que o executor mais contundente é o agente do Estado. Após cruzar dados de mortalidade por força policial do Ministério da Saúde e das ocorrências registradas nas secretarias de Segurança Pública do Rio de Janeiro e São Paulo, o jornal *Correio Brasiliense* em 2011 revelou que uma pessoa é morta no Brasil pela polícia a cada cinco horas e que 141 assassinatos são realizados por agentes do Estado a cada mês. Ainda segundo a pesquisa, Rio de Janeiro e São Paulo concentram 80% dos assassinatos cometidos por policiais no Brasil.

O sistema prisional brasileiro já encarcera mais de 500 mil pessoas, somos a quarta maior população prisional do mundo, tendo registrado sua mais rápida expansão no período de 1992 a 2013, quando houve um aumento de 403% no número de pessoas presas no país,

do total de presos 61,6% são negros, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014.

A necropolítica

Vivemos numa época histórica na qual a própria base do sistema, o trabalho vivo como base da produção de mercadorias, é minada pelo desenvolvimento das forças produtivas que constitui a dinâmica de sua manutenção. Em termos econômicos, isso significa que sua principal fonte, o trabalho, torna-se dispensável devido ao aumento da composição orgânica do capital e aumento da maquinaria. Nos momentos de expansão, a força de trabalho foi racionalizada dentro da atividade produtiva a exemplo do fordismo. Atualmente a tendência para o “trabalho morto” na produção de valor encontra o “trabalho de morte” da política. Os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade. O que está em jogo é constantemente produzir a vida, sejam indivíduos dóceis politicamente e úteis produtivamente, sejam populações sadias que garantam as riquezas às nações. No contexto da crise sistêmica como a que vivemos, no qual o Estado de exceção é a regra, a política se converte em “trabalho de morte”.

O conceito de necropolítica possibilita uma análise crítica dos fenômenos de violência próprios da periferia do capitalismo, onde o desmantelamento de um débil Estado de Bem-Estar Social se realiza por meio da barbárie numa dinâmica em que a era de crescimento de direitos individuais e políticos é substituída pela fase de declínio e retirada desses mesmos direitos. Toda esta dinâmica de desconstrução do arranjo de Bem-Estar Social é feita também por meio da agudização das tendências que sempre foram à regra na periferia brasileira do capitalismo: exclusão, barbárie e autoritarismo. A necropolítica pode ser vista como uma categoria que permite problematizar a fundamen-

tação da política contemporânea a partir dos modos como se entrelaçam, por um lado, violência e direito e, por outro lado, exceção e soberania.

A ação política de morte, a necropolítica, é a forma política adequada ao capitalismo em crise estrutural, no sentido de que atende aos seus objetivos. Na medida em que a questão social já não é mais solúvel no interior das instituições sociais capitalistas, a sua consequente militarização e barbarização aparece como modelo de gestão possível. Em tempos de crise estrutural, não se trata mais de superá-la, dado o seu caráter permanente, e uma vez que o horizonte emancipatório de uma outra forma social possível está ausente, trata-se, então, de empreender um processo de gestão da barbárie enquanto estratégia de manutenção de um mundo em ruínas.

A política de morte perpetrada pelos aparatos policiais do Brasil constitui a paisagem da necropolítica atual em vigência na periferia do capitalismo no quadro da crise mundial contemporânea. Com o colapso do desenvolvimentismo para essas nações periféricas, bloqueando, portanto, qualquer transição para uma autonomia nacional, a tarefa de ordem do dia parece ser a de controlar à força os territórios para os quais já não existe futuro promissor.

O devir negro do mundo

Os devires se definem em um campo de multiplicidade, desdobramento da diferença, onde as forças que constituem o corpo entram em uma zona de vizinhança fronteira, uma copresença, seu objetivo é abrir para a criação de novos territórios, abre para a criação de novas subjetividades, os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura.

A modernidade, propriamente dita, começa com a expansão europeia, a dispersão dos povos e a formação de grandes diásporas, um movimento acelerado de mercadorias, de religiões e de culturas. O trabalho do escravo negro desempenha, neste processo, um papel relevante. Muitos dos aspectos estruturantes das configurações espaço-

-temporais de hoje são produto desse processo. A noção de *Negro* é inventada durante a modernidade e foi sendo adaptada e ressignificada de acordo com interesses ideológicos em jogo. Assim, há um dinamismo social, ideológico e discursivo, num contexto histórico de muitos entrelaçamentos.

O termo *Negro* assinala uma série de experiências históricas desoladoras, a realidade de uma vida vazia, configurando uma realidade discursiva singularmente dolorosa, mas plural. A pluralidade, por sua vez, é delineada pelas representações de fragmentos, que são sempre novos, ou seja, são sempre reinventados. Milhões de pessoas são apanhadas nas redes da dominação de raça, e assombradas pelo funcionamento dos seus corpos e pensamentos a partir de fora e por terem sido transformadas em espectadores de qualquer coisa que era e não era a sua própria vida.

Num mundo no qual o neoliberalismo e a reativação da lógica das raças que ele engendra desencadeiam uma tendência a universalização da condição negra isto é, da humanidade subalterna, torna-se urgente a uma dinâmica de ruptura, de descolonização. O combate ao racismo se dá, em primeiro lugar, pelo entendimento da ideia de sistema relacional rompendo com o sentido em torno de qualquer centro ou seja, não existe uma cultura superior, uma civilização principal ou uma religião mais próxima da verdade. Essa abordagem opera com uma teoria do discurso que sustenta a heterogeneidade como constituinte só social, reafirmando que os elementos do social não preexistem, mas se constituem por meio dele.

A saída deve vir de baixo e pela esquerda

O objetivo do socialismo é o homem, mas o homem rico, plenamente realizado na sua dimensão humana natural. Isso requer que as condições sociais que produzem a existência humana sejam revolucionadas, pois se o homem é resultado das suas relações sociais de produção, são estas que precisam ser modificadas em conjunto com suas forças produtivas. Em uma sociedade socialista a produção é associativa em

substituição à produção competitiva; a produção passa a ser racionalmente planejada e executada, como também sua distribuição controlada, conforme a necessidade de cada produtor; o trabalho deixa de ser alienado, estranhado, pois teremos o homem ativo, criativo e produtivo; e, por fim, o tempo livre do homem será ampliado com o desenvolvimento das forças produtivas que o liberará para o desenvolvimento das suas forças humanas, das suas potencialidades criativas, desenvolvendo, assim, seus talentos naturais.

A sociabilidade no socialismo trabalha com a ideia de uma nova humanização a partir da busca pelo comum entre os indivíduos. O homem é produtor de si mesmo, da realidade que o cerca, quer dizer, o homem é movimento na história, mas não movimento mecânico, e sim movimento como impulso, entusiasmo, vitalidade criadora e energia; a paixão humana é a faculdade essencial para o homem alcançar o seu fim em si mesmo que é o homem autêntico, livre e *sui generis*. Deste modo, o socialismo como sistema antagônico ao capitalismo é uma necessidade histórica para que um novo movimento de desenvolvimento de um modo de produção social se dê. Isso favorece ao homem desenvolver suas forças essenciais, à medida que permite mais tempo livre com a redução do tempo de trabalho necessário e o fim do trabalho excedente à sua sobrevivência material.

O socialismo, além de ter como tarefa atender as necessidades mais fundamentais do homem coletivo, tem como meta efetivar a essência do homem, superando o estágio de alienação econômico-social, quer dizer, abolir a autoalienação do homem numa sociedade reificada por relações estranhas de produção. Se no capitalismo, o homem é um ser carente, deficiente, um existente construído em torno de um “não ter”, então é preciso criar as condições subjetivas e objetivas da revolução que são os passos fundamentais para a construção do socialismo. O descontentamento com a vida real, baseado na carência material e espiritual, na falta de algo, na exclusão da maioria do banquete científico e tecnológico e no crescente desemprego crônico, faz com que o impulso de insatisfação torne-se um elemento sensível e propulsor de um movimento que seja a antítese dessa vida real.

O século XVI é compreendido com o início da formação do eurocentrismo, do ocidentalismo, que são dimensões gêmeas do imaginário dominante do mundo moderno que legitimou a dominação e a exploração do homem dito “atrasado” pelo branco europeu. A narrativa que cria, classifica e subalterniza o outro é também a primeira fronteira do nascente sistema do mundo moderno (colonial). A busca pelo papel da identidade na política é a única maneira de pensar descolonialmente, todas as outras formas de pensar e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais significam permanecer, transitar na racionalidade daqueles que historicamente compuseram este projeto internacional de dominação.

O grande desafio das esquerdas em especial as esquerdas do sul global é constituir uma dinâmica de produção do conhecimento e de ação política que ao invés de reconhecer uma única modernidade, centrada na Europa e imposta ao resto do mundo como um desenho global, proponha que se desafie a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas descoloniais que partam do sul global, escutando não apenas aqueles que se encontram geograficamente ao Sul, mas aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade.

A dura realidade que vivenciamos aqui no Brasil (em especial após o golpe de 2016), em decorrência dos entraves conjunturais e das dinâmicas estruturais nos desafia de forma imperativa a trabalhar com a possibilidade de incorporar a experiência negra e indígena não apenas na formulação de conhecimento, mas também na busca de soluções para os problemas que enfrentamos. A partir desta nova síntese, aglutinadora dos processos de resistência do nosso povo, poderemos constituir uma política potente com centralidade em uma transformação dialética, que supere as contradições as quais estiveram inseridos os programas anteriores do movimento marxista revolucionário que tinham como objetivo o socialismo, mas que não conseguiram combinar os diferentes tipos de reivindicações dos trabalhadores: as parciais, as democráticas e as transitórias. Nosso objetivo principal é a consolidação de um partido (dos de baixo) e um programa descolonial,

orientador de um diálogo estratégico com outros sujeitos coletivos que vivenciam o racismo e os diferentes processos de subordinação em todo o mundo, na busca por superarmos o capitalismo.

Referências Bibliográficas:

- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.15-57.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça. Levantamento nacional de informações penitenciárias. Disponível em: <www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novorelatorio-do-infopen-nestaterca-feira/relatorio-depenversao-web.pdf>.
- BRASIL. Mapa da Violência 2013: Homicídio e Juventude no Brasil – Ministério da Saúde. Disponível em: <www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/07/homicidio-de-jovens-cresce-3261-mostra-mapa-da-violencia>.
- BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/02/epoca-negocios-ibge-desemprego-e-de-144-entre-negros-141-entre-pardos-95-entre-brancos.html>>.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GUEVARA, Ernesto Che. El socialismo y el hombre em Cuba. Publicada na edição de 12 de março de 1965 do semanário uruguaio Marcha. Disponível em: www.marxists.org/espanol/guevara/65-socyh.htm.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. *Public Culture*, 15, 2003, p. 11-40.
- MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MISSE, Michel. *Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: NECVU; BOOKLINK, 2013.
- MUNANGA, K; GOMES, N. L. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global, 2006.
- PAIXÃO, M. *Manifesto Anti-Racista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

ROSSI, Marina. Mais brasileiros se declaram negros e pardos e reduzem número de brancos. El País. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643_374264.html>.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* [A onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

A juventude latino-americana: os movimentos sociais contemporâneos

Luana Alice Forlini

Os movimentos sociais na América Latina são diversos e estão historicamente relacionados ao contexto econômico e social em que a região vive. Neste capítulo faremos um recorte temporal baseado na juventude atual, mostrando algumas características gerais do neoliberalismo dos anos 1990, do ciclo progressista posterior, nos anos 2000 e, por fim, da retomada que a direita está realizando em alguns países. Todos estes eventos foram marcados por movimentos influenciados pela conjuntura e que ainda estão impactando as organizações de jovens. Assim, escolhemos quatro movimentos chaves que se conectam com a época exposta: Movimento Zapatista, Revolução dos Pinguins, Ni Una Menos e os Estudiantes por la Libertad.

A América é um continente, segundo visão eurocêntrica, jovem. Fomos “descobertos” em 1492, ou seja, temos pouco mais de 500 anos. O próprio termo América Latina só foi utilizado pela primeira vez no século XIX, durante o império de Napoleão III na França. Além da jovialidade cultural e sociológica, tem grande parcela de jovens: mais de 25% em países como Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai¹.

¹ Dados disponíveis em: www.ibase.br/userimages/livros%20das%20juventudes_FINAL1.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

O contexto no qual essa juventude se insere é marcado por desigualdades que são o legado histórico de séculos de exploração, o que reflete na sua luta. Apesar de a América Latina ter passado, na última década, pelo chamado ciclo progressista há um longo caminho a percorrer. Nossa região ainda sofre com educação precária e desemprego, além de possuir alto nível de feminicídio e homicídio motivado por preconceito racial ou sexual.

O presente capítulo pretende, portanto, discorrer brevemente sobre o cenário político e econômico no qual os jovens latino-americanos cresceram e estão vivendo, tratando de quatro movimentos sociais que marcaram suas trajetórias. Passaremos pela era da hegemonia neoliberal nos anos 1990, pelos governos progressistas a partir da década de 2000 e, finalmente, pela retomada dos valores de direita, vistos em países como Brasil, Paraguai e Argentina.

Com o pano de fundo exposto iremos, então, focar em alguns movimentos sociais que foram pontos-chaves na história recente da região. Começaremos com o Zapatismo do México que é referência na luta contra as ideias neoliberais dos anos 1990, influenciando grande parte dos movimentos posteriores. Nos anos 2000 percorreremos pela Revolução dos Pinguins em 2006 no Chile, a qual buscava melhores condições na educação do país e que foi abraçada como modelo pelas manifestações dos secundaristas no Brasil em 2015. Com o crescimento da visibilidade do feminismo, potencializado pelas redes sociais, é relevante falarmos, também, do *Ni Una Menos* - coletivo argentino contra o machismo que mobilizou protestos recentemente. Já correspondendo a virada à direita que estamos vivendo, sobretudo, a partir de 2016, trataremos dos *Estudiantes por la Libertad* (EsLibertad), movimento de estudantes de direita que vem ganhando força e adeptos na juventude da América Latina.

Nascidos na década de 1990: os herdeiros do neoliberalismo

A década de 1990 foi marcada pela hegemonia do pensamento neoliberal. Os países adotaram medidas como a abertura comercial, des-

regulamentação financeira e trabalhista e privatizações, aliando-as, é claro, com a diminuição do tamanho do papel estatal – deixando livre, assim, o funcionamento do mercado. Com o Estado mais enxuto as políticas para combate à desigualdade social também perderam terreno. Foi nesse cenário que grande parte dos jovens de hoje nasceu.

Cabe ressaltar que tal concepção não era majoritariamente aceita só na América Latina. A onda neoliberal começou com a eleição de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979 ao cargo de primeira-ministra e Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980. No começo dos anos 1990, o mundo ocidental regozijava com a diluição das fronteiras, com a globalização e com a vitória do lado capitalista contra o socialismo da União Soviética que teve, como marco, a queda do Muro de Berlim em 1989.

Era amplamente aceito que os países subdesenvolvidos iriam lograr desenvolvimento ao integrar-se de maneira aberta, sem barreiras, à economia mundial. Esperava-se que ocorresse propagação de tecnologia vinda dos países desenvolvidos, enquanto o papel primário-exportador do território latino-americano se acentuava. Dizia-se que o Estado teria perdido seu posto para os atores transnacionais como, por exemplo, as organizações internacionais e as empresas transnacionais. Seguindo nessa esteira, os blocos econômicos brotavam: houve a criação do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta), do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a proposta do Acordo de Livre-Comércio das Américas (Alca).

Em termos propagandísticos, o neoliberalismo difundiu, no Terceiro Mundo, a tese esperançosa de que o jogo livre dos mercados fecharia a brecha do atraso, ao passar não somente pela abertura de fronteiras, como também pela estabilização de preços e contas públicas. Com algum simplismo, postulou-se que o desenvolvimento exportador e de investimento estrangeiro erradicariam a pobreza crônica do subdesenvolvimento, enquanto a difusão automática das melhoras tecnológicas elevaria os padrões de vida e se inverteriam em favor da orientação mercantil das políticas públicas. (IBARRA, 2011, p. 239)

As heranças do neoliberalismo não foram nem de longe tão otimistas quanto o discurso proclamava. Países como Brasil, Argentina e Equador quebraram no final da década e tiveram que recorrer à ajuda dos bancos internacionais e, principalmente, do Fundo Monetário Internacional (FMI). O crescimento da economia apontava dados pífios. Quanto às condições sociais da população, presenciamos o aumento do desemprego e os projetos para a educação sendo deixados de lado, assim como as outras políticas públicas nesse âmbito.

As contradições entre as classes sociais foram exacerbadas. Isso abriu espaço para que movimentos de esquerda na região ganhassem popularidade e conquistassem os governos de seus países. O ciclo progressista foi iniciado em 1998 com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, seguida das vitórias de Néstor Kirchner, na Argentina e Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil.

Os governos progressistas e a retomada da direita

Nos anos 2000 a retórica neoliberal, até então principal ideologia seguida por grande parte dos governos latino-americanos, perde força. O plano de desenvolvimento econômico e social defendido não estava funcionando. O mercado e o comércio exterior não se mostraram agentes eficientes. Os países estavam quebrando – como o Brasil em 1999 e a Argentina em 2001 –, as taxas de desemprego eram altas e o desencanto atingiu a sociedade.

Com esses fatores não havia como fugir da insatisfação popular. O discurso da esquerda começou a ganhar mais espaço, argumentando a favor de um governo com políticas voltadas para os mais pobres, passando por medidas de redistribuição de renda e de melhorias na educação. Há, então, uma profusão de governos progressistas tomando quase a metade dos países da América Latina: Venezuela, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Equador, Bolívia, El Salvador e Nicarágua.

As premissas desses governos estavam alinhadas, salvo suas peculiaridades e especificidades, em torno de alguns pilares básicos. Entre os quais, podemos ressaltar o anti-imperialismo e a busca por maior

integração entre os países do Sul global; a ênfase em dar poder de consumo à população, elevando seu nível de renda com a criação de mais postos formais de trabalho e aumento do salário-mínimo; e a diminuição da taxa de analfabetismo.

Os avanços sociais durante o período foram seminais. Milhares de pessoas saíram da pobreza, universidades foram criadas, grande número de postos de trabalho foi gerado, aumentos reais de salários foram concedidos, assim como o acesso ao crédito foi ampliado. Além disso, houve reconhecimento de populações marginalizadas, proporcionando-lhes melhores condições de vida, como foi o caso da criação de cotas raciais no Brasil e de indígenas em outros países, por exemplo no Equador. Tais conquistas foram legitimadas pelo bom desempenho econômico, fruto da alta de preços das *commodities* no contexto internacional.

No que tange às políticas voltadas para a região, podemos dizer que os avanços também foram significativos. Devido à concepção anti-imperialista de alguns países, junto com a vontade de dar mais importância às alianças com outros Estados em desenvolvimento, a integração teve êxito. O Mercosul foi aprofundado com contornos sociais e políticos, a entrada da Venezuela foi admitida em 2012. Ademais ocorreram as criações da Aliança Bolivariana Para os Povos da Nossa América (Alba) em 2004 e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008.

Apesar dos triunfos, mudanças estruturais fundamentais para a manutenção desses governos e das melhorias não foram realizadas. Os países latino-americanos continuaram sendo exportadores de produtos primários, ainda mais com a valorização dos preços destes no mercado internacional propiciado, em grande parte, pelas compras dos chineses. Venezuela, Bolívia e Equador seguiram sua economia baseada no petróleo, assim como a Argentina o fez em cereais e soja, o Uruguai em carne e o Chile em metais e minerais. O que mudou foi que as rendas advindas das exportações foram focalizadas em dar melhores condições de vida para a população mais carente.

Desse modo, os privilégios da burguesia não foram tocados significativamente. Essa parcela minoritária continuou a ganhar lucros

exorbitantes por causa do aumento do consumo das camadas mais carentes e do crescimento dos preços das *commodities* supracitados. Isso foi possível porque os governos progressistas não modificaram de maneira expressiva os arranjos institucionais herdados na era anterior, ou seja, encontraram “muita dificuldade em romper a ‘jaula de aço’ do neoliberalismo” (MARTINS, 2016, p. 19).

Enquanto era possível conciliar as políticas para a redistribuição de renda e os ganhos da burguesia, os governos progressistas não tiveram grandes problemas. Porém, a partir da crise mundial deflagrada em 2008 o quadro mudou. As compras das exportações provenientes da região caíram e a China desacelerou. A recessão bateu nas portas dos países. Não era mais possível continuar com a política do “ganha-ganha”. Foi nesse cenário de crise que a direita começou a recuperar força na região.

A contraofensiva realmente existente ocorreu no ambiente criado pela crise de 2007-2008, que teve impactos diretos e indiretos sobre o crescimento da América Latina e Caribe, afetando fortemente os governos progressistas e de esquerda, alterando o “humor” das classes dominantes locais, potencializando as debilidades e erros próprios de cada processo nacional. (POMAR, 2016, p. 197)

Juntamente com tal contraofensiva dos setores de direita observamos os questionamentos do aparelho estatal e da própria política vindos da sociedade civil. No Brasil, os casos de corrupção, ilustrados com a Operação Lava Jato, que resultaram no golpe em 2016, no Paraguai o golpe em 2012 e as posteriores manifestações em 2017 devido à mudança feita de maneira autoritária na lei sobre reeleição, na Venezuela os protestos e no Equador as acusações de fraude na última eleição são exemplos e consequências disso.

Os movimentos sociais contemporâneos

O Movimento Zapatista

O Movimento Zapatista tem como origem a cidade de Chiapas no México. Seu nome deriva de um dos líderes da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata, a qual combateu o governo autocrata de Porfirio Díaz em 1910. Após 84 anos, em 1994, o movimento tornou-se reconhecido no mundo por lutar contra o Nafta, ao tomar parte de Chiapas com seu Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e influenciar a esquerda, sobretudo latino-americana, e as resistências à globalização.

O zapatismo é composto, basicamente, pela sinergia entre os ideais dos indígenas camponeses e o marxismo trazido por intelectuais da cidade. Há uma relação recíproca entre essas duas visões. O foco são os assuntos relacionados à terra e à justiça, buscando, portanto, a reforma agrária e a gestão democrática do território.

O momento no qual se deu o levante em Chiapas transformou este movimento em algo inédito. Em 1994, as ideias neoliberais eram hegemônicas e a URSS havia caído diante da ofensiva capitalista. A esquerda perdia forças. Porém, o zapatismo mostrou-se forte na luta contra o Nafta – tratado que acordaria o livre-comércio entre México, EUA e Canadá. Também, como característica fundamental do movimento, temos, nesse contexto, a luta contra a globalização. É estranho, em um primeiro momento, ouvir falar em anti-globalização. Contudo, devemos ter em mente que ela anda de mãos dadas com o neoliberalismo, pois está por trás da ideia de integração dos países com maior abertura econômica, sem nenhum crivo crítico sobre como isso poderia afetar negativamente os mais pobres. Está, ademais, acompanhada da concepção de que o Estado estaria perdendo seu posto para atores transnacionais.

Atualmente, o movimento, após acordo com o governo, adotou táticas de resistência civil e controla parte de Chiapas, mantendo presença sobre questões como a educação e o judiciário. Sua importância ecoa até hoje e influenciou alguns movimentos brasileiros como,

por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL). Um dos fatores em comum entre os movimentos é a aposta na horizontalidade dentro da organização, não possuindo nenhuma figura em destaque ou líder. Ainda, segundo um dos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Gilmar Mauro: “O zapatismo cumpriu um papel de influência na juventude de todo planeta com o discurso que se diferencia da visão clássica da tomada do poder na esquerda. Ou seja, eles mostram a ideia de poder popular”².

A Revolução dos Pinguins

Em 2006 os protestos de cerca de 800 mil estudantes secundaristas tomaram conta do território chileno. Suas reivindicações eram a favor da escolaridade gratuita, condenando o sistema educacional presente no país que leva à mercantilização do ensino. Para entendermos melhor o que levou os jovens deste país a se manifestarem temos que ter em mente um pouco da história recente do Chile e como esta se insere no ciclo progressista.

A trajetória chilena é peculiar se compararmos com a de outros países da região. Ela é marcada pela primeira experiência real de neoliberalismo com o ditador Augusto Pinochet entre 1973 e 1990, período de enormes dificuldades para as camadas mais pobres da população, marcado por um alto nível de desigualdades sociais. Um de seus maiores legados foi a Constituição de 1980, a qual vigora até hoje e, é arquitetada nos moldes neoliberais.

De 1990 até 2010, o país foi liderado pela frente de centro-esquerda Concertación de Partidos por La Democracia, que tem como membros o Partido Socialista, o Partido Demócrata Cristão, entre outros. Ela foi responsável por ilustrar o ciclo progressista chileno que, segundo a definição de Martins (2016, p. 193), poderia ser caracterizado como um “progressismo resignado”. Resignado porque, dentre todos os países que participaram do ciclo citado, o Chile foi o que teve

². Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html. Acesso em: 26 abr. 2017.

menos avanços e o que mais deu continuidade aos princípios neoliberais. As conquistas logradas foram reféns da herança ditatorial e da Constituição feita nesse período.

A Revolução dos Pinguins propôs, então, o fim de um dos pilares que ainda resistem. O modelo de educação é fruto da época de Pinochet e foi preservado pelos presidentes da Concertación, mostrando, justamente, um dos limites que o progressismo teve no país. A educação gratuita e universal não é realidade, sendo altamente excludente.

Michelle Bachelet era a presidenta quando as manifestações estouraram e, apesar de ter o discurso de priorização do enfrentamento da desigualdade social e de buscar mais diálogo com os movimentos sociais, não resolveu a questão educacional. Assim, os protestos ressurgiram em 2015 e 2016, potencializados pela participação dos universitários mobilizados pela Federação dos Estudantes Chilenos (FECH).

Os protestos no Chile foram grandes influenciadores das ocupações nas escolas estaduais de São Paulo em 2015, após o governador Geraldo Alckmin propor, junto com o então Secretário de Educação, Herman Voorwald, uma reestruturação do ensino que afetaria negativamente muitos estudantes. A reforma, suspensa justamente por causa dessas ocupações, seria feita com o fechamento de escolas e a manutenção de apenas um ciclo por unidade. Em 2016 foi lançado o documentário *Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile*, de Carlos Pronzato, que mostra de perto o dia a dia das ocupações e como essas tiveram impactos do processo chileno.

Estudiantes por la Libertad

A *Estudiantes por la Libertad* (EsLibertad) se caracteriza como a maior organização estudantil a favor das ideias libertárias da América Latina. Ela faz parte da rede *Students for Liberty* e está presente em 18 países da região, tendo 150 líderes estudantis e cerca de 40 grupos organizados. Suas pautas estão voltadas para os princípios de liberdade econômica, social e acadêmica.

A rede teve início em 2008, com reuniões de estudantes que eram adeptos às concepções libertárias na Universidade Columbia nos EUA. Desde então ela cresceu e, atualmente, tem grande influência na América Latina. Tal poder tem aumentado por causa dos limites dos governos progressistas que vieram à tona após a crise mundial que começou, justamente, em 2008. Para atrair os jovens, o EsLibertad realiza cursos, conferências, grupos de leituras *on-line* e mantém um blog no qual os membros podem escrever artigos com análises.

De um lado, os jovens latino-americanos de hoje nasceram ou ainda eram crianças em 1990. Portanto, não vivenciaram de fato o período neoliberal. De outro, foi durante o ciclo progressista que eles estiveram mais cientes dos acontecimentos políticos e econômicos. Quando a crise chegou não é espantoso que tenham sido atraídos pela direita, já que esta propõe um modelo de ruptura com o anterior, apesar de ter ideias velhas com roupagem nova. A retórica defendida é radicalmente contra os governos de esquerda dos anos 2000. No blog da organização, por exemplo, os textos são voltados para desmoralizar tais governos. Os mais atuais, na época da escrita deste capítulo, dão ênfase a Venezuela, denunciando Chávez e Nicolás Maduro como ditadores, apesar desses governantes terem sido eleitos democraticamente e dos inúmeros plebiscitos realizados por eles.

O EsLibertad possui lideranças no Equador, Porto Rico, Guatemala, Uruguai, Paraguai, entre outros países. Ainda, segundo a organização, consta de seus maiores triunfos as atividades realizadas na Venezuela contra o regime chavista nas redes sociais por Inés Margarita González Arraga, que resultou em sua condenação a três anos de prisão.

No Brasil, país que possui uma organização própria da rede, alguns membros dos Estudantes pela Liberdade (EPL) foram os criadores do Movimento Brasil Livre (MBL), o qual, por sua vez, teve grande papel no golpe de 2016, instigando a população a favor da queda de Dilma Rousseff. Um dos líderes do MBL, Kim Kataguirí, fez cursos de formação dos EPL e participa de conferências da rede geral *Students for Liberty*.

Ni Una Menos

Dos 25 países com maiores índices de violência contra mulher, 14 estão na América Latina e Caribe³. Apesar de, durante os governos progressistas, contarmos com três presidentes mulheres (Dilma Rousseff no Brasil, Cristina Kirchner na Argentina e Michelle Bachelet no Chile), além de melhores leis para proteção das mulheres e promoção da igualdade de gênero, os dados latino-americanos estão entre os piores do mundo.

Ao mesmo tempo, em vários países da região, observamos, nos últimos anos, uma multiplicidade de marchas e protestos contra o feminicídio. O *Ni Una Menos* se insere neste contexto, tendo se espalhado pela América Latina. Sua origem foram as manifestações que tomaram conta da Argentina após a adolescente Chiara Páez, que estava grávida, ser assassinada pelo namorado. O movimento ganhou ainda mais força depois da morte brutal de Lucía Perez, que foi violentada e empalada por dois homens. Após esse crime, ocorreu no país a primeira greve geral de mulheres.

Passatas baseadas nas diretrizes do *Ni Una Menos* aconteceram no México, Peru e Chile, cujo foco principal é a luta contra o feminicídio, buscando respostas dos âmbitos estatal e da sociedade civil. Segundo Heloisa Buarque de Almeida, especialista da Universidade de São Paulo sobre as questões feministas, as ideias desse movimento se alastraram por tratar de um tema comum a todas as vertentes do feminismo: “Mesmo entre os mais conservadores, já que o feminismo não é só de esquerda, ficam tocados com estas histórias. A mensagem de ‘Nenhuma a Menos’ permite a união de diferentes grupos quando enfoca nos assassinatos”⁴.

Dentro da Argentina a principal reivindicação do movimento é a instrumentalização total da Lei de Proteção Integral das Mulheres,

³ Disponível em: www.telesurtv.net/news/Crimenes-impunes-el-rastro-del-feminicidio-en-America-Latina-20160704-0009.html#>. Acesso em: 01 mai. 2017.

⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>. Acesso em: 01 mai. 2017.

nº 26.485. Ela foi aprovada em 2009 com ampla maioria dos votos, 174 votos contra três abstenções. Porém, sem a regulamentação de alguns artigos, a lei mostra-se ineficiente. Paralelamente a isso, luta-se, também, pela publicação de dados oficiais sobre a violência contra as mulheres, pela garantia de proteção às vítimas, pela criação de refúgios de emergência, entre outros.

Considerações finais

Procuramos mostrar ao longo do capítulo que os movimentos organizados pela juventude na América Latina são reflexos da conjuntura socioeconômica da região, assim como as lutas destes movimentos estão diretamente relacionadas a tal fator. Foi assim no período neoliberal dos anos 1990, no ciclo progressista dos 2000 e na atual retomada da direita em alguns países.

Os movimentos aqui expostos são, portanto, reflexos desta conjuntura e exercem impacto em ações da sociedade civil e no âmbito estatal: o Movimento Zapatista com sua luta contra os efeitos nocivos da globalização, na época da hegemonia neoliberal; a Revolução dos Pinguins feita pelos estudantes chilenos e exibindo um dos limites do governo progressista no país; os *Estudiantes por la Libertad* que está ganhando adeptos e crescendo na América Latina, ainda mais após o avanço do discurso da direita na região; e, por fim, o *Ni Una Menos* expondo que, apesar das melhorias no desenvolvimento social, ainda há muito o que fazermos contra o feminicídio.

Referências bibliográficas

- EL PAIS. *América Latina nunca teve tantos jovens, mas não aproveita impulso*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/22/internacional/1437565216_070158.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BBC. *América Latina despertou para a violência contra mulher*, diz organizadora de protesto argentino. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-36486585>. Acesso em: 01 mai. 2017.

- CARTA CAPITAL. *Zapatismo*, vinte anos depois. Disponível em: < www.cartacapital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- IBARRA, D. O Neoliberalismo na América Latina. *Revista de Economia Política*, vol. 31, n° 2, Centro de Economia Política. São Paulo, 2011. p 238-248.
- IBASE. *O Livro das Juventudes Sul-Americanas*. IBASE, Rio de Janeiro, 2010. 165 p.
- MARTINS, J. *Chile*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 478 p.
- NI UNA MENOS. *En qué creemos y qué pedimos*. Disponível em: <http://s1000050.ferozo.com/wp-content/uploads/2015/06/documento_OK-1-1.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- PETRAS, J.; VIEUX, S. Mitos e Realidades da Sublevação em Chiapas. *Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais*, n. 5. PUC-SP, São Paulo, 1998. p. 57-63.
- POMAR, V. Aconteça o que acontecer. *Revista Lutas Sociais*, vol. 20 n. 36. PUC-SP, São Paulo, 2016. p 194-201.
- STUDENTS FOR LIBERTY. Disponível em: < www.studentsforliberty.org>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- TELESUR. *Feminicidio en América Latina*. Disponível em: < www.telesurtv.net/news/Crimenes-impunes-el-rastro-del-feminicidio-en-America-Latina-20160704-0009.html>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- UOL. *Nascido de tragédia argentina, Ni Una Menos tenta parar mulheres por direitos e leis*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

Sobre os autores e autoras

Anderson Campos é sociólogo, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Unicamp, autor do livro *Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente* (Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010).

Cledisson Junior é mestrando em Desenvolvimento Rural pela UFRGS e integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Economias do Sul – UFRGS / UFPE.

Erik Bouzan é militante do PT, Secretário Estadual da Juventude do PT de São Paulo e ex-secretário municipal da JPT de São Paulo. É estudante de Ciências Sociais (FESPSP) e Gestão de Políticas Públicas (USP). Fez intercâmbio de projetos de Políticas Públicas de Juventude (2014).

Filipe Rodrigues é morador na comunidade Pedreira Prado Lopes onde atua como oficinairo de Capoeira Angola e Cultura Popular em uma parceria do Levante Popular da Juventude com o programa *Fica Vivo*. Também estuda economia na Universidade Federal de Minas Gerais.

Juliane Furno é militante do Levante Popular da Juventude, doutoranda em desenvolvimento econômico na Unicamp. Também é formadora da Escola Sindical da CUT-SP.

Laura Martin é militante da Juventude do Partido dos Trabalhadores (PT) e estudante de Letras – Português/Francês na Universidade de São Paulo (USP). Integra a equipe do Curso de Difusão de Conhecimento na Fundação Perseu Abramo. É também vice-presidenta da ONG da Cidadania com atuação no Vale do Paraíba.

Luana Alice Forlini é formada em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Participa do Grupo de Conjuntura e do Grupo da Juventude da Fundação Perseu Abramo.

Luiza Dulci é economista (UFMG), mestre em sociologia (UFRJ) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Integra o Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (2016-2020). Foi assessora de juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015-2016).

Matias Rebello Cardomingo é estudante de economia da FEA-USP, filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 2012 e participou da fundação do Balaio – Núcleo de Estudantes Petistas da USP.

Rodrigo Toneto é estudante de economia da FEA-USP onde começou a atuar no movimento estudantil universitário. Foi presidente do Centro Acadêmico Visconde de Cairu (CAVC) em 2015. Foi um dos fundadores e é atual coordenador do Balaio – Núcleo de Estudantes Petistas da USP.

Severine Carmem Macedo, formada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS; oriunda da agricultura familiar, foi da direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e da FETRAF Brasil; foi Secretária Nacional de Juventude do PT de 2008 a 2010; Secretária Nacional de Juventude

da Secretaria Geral da Presidência da República de 2011 até janeiro de 2015; diretora de ações territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Tamires Gomes Sampaio é advogada, mestranda em Direito Político Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie, mesma universidade em que foi eleita a primeira mulher negra a presidir o Centro Acadêmico de Direito João Mendes Jr; foi 2ª vice presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 2015 a 2017. É coordenadora da Juventude da Coordenação Nacional de Entidades Negras. Em 2015 foi nomeada Conselheira para África do Instituto Lula e compõe o Comitê Contra o Genocídio da Juventude Pobre Preta e Periférica.

A juventude é a primeira a sofrer com as consequências das deficiências estruturais e dos retrocessos políticos atuais.

É, por exemplo, a juventude de hoje que sentirá os efeitos de uma provável reforma da Previdência e é o jovem o primeiro a ser imposto à precarização das formas de trabalho causada pela reforma trabalhista, se tornando cada vez mais refém da informalidade.

Com o golpe de 2016, os primeiros cortes se deram justamente em áreas que afetam diretamente os jovens, como os cortes do **FIES** e o fim do **Ciência Sem Fronteiras**, além da interrupção de programas como o **Juventude Viva**, que surgia como possibilidade de enfrentamento da violência que vitimiza principalmente os jovens de periferia.

É, enfim, principalmente o jovem que se vê prejudicado com a conformação de um sistema histórico e intrinsecamente problemático e carente de mudanças estruturantes.

Nessa coletânea, as várias faces da juventude serão apresentadas visando atingir as entidades e indivíduos que se organizam em torno da construção de políticas para a juventude, buscando congrega visões e contribuindo para a formação das bases de militância.

ISBN 978-85-5708-117-8

